



31 de Março de 2014

**Demonstrações Contábeis
Completas em IFRS**

Itaú Unibanco Holding S.A.

Relatório de revisão sobre as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Itaú Unibanco Holding S.A.

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas do Itaú Unibanco Holding S.A. e suas empresas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração da instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Itaú Unibanco Holding S.A. e suas empresas controladas em 31 de março de 2014, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o período de três meses findo nessa data, de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

São Paulo, 28 de abril de 2014

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Balço Patrimonial Consolidado

(Em milhões de Reais)

Ativo	Nota	31/03/2014	31/12/2013
Disponibilidades	4	16.030	16.576
Depósitos Compulsórios no Banco Central	5	79.281	77.010
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	6	30.391	25.660
Aplicações no Mercado Aberto	6	163.310	138.455
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	7a	123.592	148.860
Dados em Garantia		18.364	25.743
Demais Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		105.228	123.117
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	7b	333	371
Derivativos	8 e 9	10.862	11.366
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	10	76.299	96.626
Dados em Garantia		8.836	18.851
Demais Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		67.463	77.775
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	11	22.187	10.116
Dados em Garantia		5.026	5.095
Demais Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		17.161	5.021
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, Líquida	12	387.046	389.467
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro		408.322	411.702
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(21.276)	(22.235)
Outros Ativos Financeiros	20a	49.994	47.592
Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	13	4.004	3.931
Ágio	3a e d	1.928	1.905
Imobilizado, Líquido	15	6.676	6.564
Ativos Intangíveis, Líquido	16	5.819	5.797
Ativos Fiscais		34.370	34.742
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes		2.066	1.955
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	27b	31.613	31.886
Outros		691	901
Bens Destinados a Venda	36	116	117
Outros Ativos	20a	13.047	12.142
Total do Ativo		1.025.285	1.027.297

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Balço Patrimonial Consolidado
(Em milhões de Reais)

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/03/2014	31/12/2013
Depósitos	17	278.208	274.383
Captações no Mercado Aberto	19a	258.839	266.682
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	18	436	371
Derivativos	8 e 9	12.031	11.405
Recursos de Mercados Interbancários	19a	109.864	111.376
Recursos de Mercados Institucionais	19b	70.938	72.055
Outros Passivos Financeiros	20b	55.541	61.274
Provisão de Seguros e Previdência Privada	30c II	101.529	99.023
Passivos de Planos de Capitalização		3.066	3.032
Provisões	32	19.483	18.862
Obrigações Fiscais		3.114	3.794
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes		1.380	1.655
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidas	27b II	288	328
Outras		1.446	1.811
Outros Passivos	20b	26.749	20.848
Total do Passivo		939.798	943.105
Capital Social	21a	60.000	60.000
Ações em Tesouraria	21a	(1.568)	(1.854)
Capital Adicional Integralizado	21c	960	984
Reservas Integralizadas	21d	13.162	13.468
Reservas a Integralizar		13.331	12.138
Resultado Abrangente Acumulado		(1.404)	(1.513)
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores		84.481	83.223
Participações de Acionistas não Controladores		1.006	969
Total do Patrimônio Líquido		85.487	84.192
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		1.025.285	1.027.297

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada do Resultado
Períodos Findos em
(Em milhões de Reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro por ação)

	Nota	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2013
Produto Bancário		22.579	19.446
Receita de Juros e Rendimentos	23a	27.470	21.352
Despesa de Juros e Rendimentos	23b	(14.185)	(8.494)
Receita de Dividendos		12	64
Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos	23c	105	(941)
Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior		1.101	383
Receita de Prestação de Serviços	24	6.201	5.257
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização		1.660	1.678
Receitas de Prêmios de Seguros e Previdência Privada	30b III	5.041	6.877
Resseguros de Prêmios	30b III	(312)	(275)
Variações nas Provisões de Seguros e Previdência Privada		(3.200)	(5.041)
Receita de Operações de Capitalização		131	117
Outras Receitas	25	215	147
Perdas com Créditos e Sinistros		(4.005)	(4.342)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	12b	(4.606)	(4.861)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo		1.088	1.086
Despesas com Sinistros		(646)	(675)
Recuperação de Sinistros com Resseguros		159	108
Produto Bancário Líquido de Perdas com Créditos e Sinistros		18.574	15.104
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais		(11.380)	(10.294)
Despesas Gerais e Administrativas	26	(10.087)	(9.164)
Despesas Tributárias		(1.368)	(1.182)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	13	75	52
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	27	7.194	4.810
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		(3.049)	(1.868)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		456	548
Lucro Líquido		4.601	3.490
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	28	4.551	3.482
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas não Controladores		50	8
Lucro por Ação - Básico	28		
Ordinárias		0,92	0,70
Preferenciais		0,92	0,70
Lucro por Ação - Diluído	28		
Ordinárias		0,91	0,70
Preferenciais		0,91	0,70
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Básica	28		
Ordinárias		2.518.212.730	2.518.212.730
Preferenciais		2.447.063.887	2.455.378.506
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Diluída	28		
Ordinárias		2.518.212.730	2.518.212.730
Preferenciais		2.461.022.629	2.472.019.014

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente
Períodos Findos em
(Em milhões de Reais)

	Nota	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2013
Lucro Líquido		4.601	3.490
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		219	(958)
Variação de Valor Justo		283	(1.528)
Efeito Fiscal		(106)	565
(Ganhos) / Perdas Transferidos ao Resultado por Alienação	23c	69	8
Efeito Fiscal		(27)	(3)
Hedge		380	252
Hedge de Fluxo de Caixa	9	35	116
Variação de Valor Justo		67	193
Efeito Fiscal		(32)	(77)
Hedge de Investimentos Líquidos no Exterior	9	345	136
Variação de Valor Justo		573	226
Efeito Fiscal		(228)	(90)
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós Emprego ^(*)		19	1
Remensurações	29	31	2
Efeito Fiscal		(12)	(1)
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior		(509)	(62)
Total do Resultado Abrangente		4.710	2.723
Resultado Abrangente Atribuível à Participação dos Acionistas não Controladores		50	8
Resultado Abrangente Atribuível ao Acionista Controlador		4.660	2.715

() Montantes que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.*

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITÁÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
 Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido (Notas 21 e 22)
 Períodos findos em 31 de março de 2014 e de 2013
 (Em milhões de Reais)

	Atribuído à Participação dos Acionistas Controladores											Total Patrimônio Líquido - Acionistas Controladores	Total Patrimônio Líquido - Acionistas não Controladores	Total
	Capital Social	Ações em Tesouraria	Capital Adicional Integralizado	Reservas Integralizadas	Reservas a Integralizar	Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes							
							Disponíveis para Venda ⁽¹⁾	Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós Emprego	Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior	Ganhos e Perdas - Hedge ⁽²⁾				
Saldo em 01/01/2013	45.000	(1.523)	888	22.423	7.379	-	2.004	-	648	(917)	75.902	96	75.998	
Transações com os Acionistas	-	137	36	(1.887)	-	(655)	-	-	-	-	(2.369)	818	(1.551)	
Ações em Tesouraria - Outorga de Opções de Ações Exercidas	-	137	36	-	-	-	-	-	-	-	173	-	173	
Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas	-	137	(18)	-	-	-	-	-	-	-	119	-	119	
Outorga de Opções Reconhecidas	-	-	54	-	-	-	-	-	-	-	54	-	54	
(Aumento) / Redução de Participação de Acionistas Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	822	822	
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - Reserva Especial de Lucros (Nota 21b)	-	-	-	(1.730)	-	(655)	-	-	-	-	(2.385)	(4)	(2.389)	
Reorganizações Societárias (Nota 3b)	-	-	-	(157)	-	-	-	-	-	-	(157)	-	(157)	
Outros	-	-	-	-	7	-	-	-	-	-	7	-	7	
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	3.482	(958)	1	(62)	252	2.715	8	2.723	
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	3.482	-	-	-	-	3.482	8	3.490	
Outros Resultados Abrangentes no Período	-	-	-	-	-	-	(958)	1	(62)	252	(767)	-	(767)	
Destinações:														
Reserva Legal	-	-	-	124	-	(124)	-	-	-	-	-	-	-	
Reserva Estatutária	-	-	-	1.694	1.009	(2.703)	-	-	-	-	-	-	-	
Saldo em 31/03/2013	45.000	(1.386)	924	22.354	8.395	-	1.046	1	586	(665)	76.255	922	77.177	
Mutação do Período	-	137	36	(69)	1.016	-	(958)	1	(62)	252	353	826	1.179	
Saldo em 01/01/2014	60.000	(1.854)	984	13.468	12.138	-	(1.183)	(379)	1.283	(1.234)	83.223	969	84.192	
Transações com os Acionistas	-	286	(24)	-	-	(899)	-	-	-	-	(637)	(13)	(650)	
Ações em Tesouraria - Outorga de Opções de Ações	-	286	(24)	-	-	-	-	-	-	-	262	-	262	
Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas	-	286	(76)	-	-	-	-	-	-	-	210	-	210	
Outorga de Opções Reconhecidas	-	-	52	-	-	-	-	-	-	-	52	-	52	
(Aumento) / Redução de Participação de Acionistas Controladores (Nota 2.4a I e 3c)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(12)	(12)	
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - Reserva Especial de Lucros (Nota 21b)	-	-	-	-	-	(899)	-	-	-	-	(899)	(1)	(900)	
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2014 - Exercício 2013 - Reserva Especial de Lucros	-	-	-	(2.597)	-	-	-	-	-	-	(2.597)	-	(2.597)	
Reorganizações Societárias (Nota 3b)	-	-	-	(160)	-	-	-	-	-	-	(160)	-	(160)	
Outros	-	-	-	(8)	-	-	-	-	-	-	(8)	-	(8)	
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	4.551	219	19	(509)	380	4.660	50	4.710	
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	4.551	-	-	-	-	4.551	50	4.601	
Outros Resultados Abrangentes no Período	-	-	-	-	-	-	219	19	(509)	380	109	-	109	
Destinações:														
Reserva Legal	-	-	-	168	-	(168)	-	-	-	-	-	-	-	
Reserva Estatutária	-	-	-	2.291	1.193	(3.484)	-	-	-	-	-	-	-	
Saldo em 31/03/2014	60.000	(1.568)	960	13.162	13.331	-	(964)	(360)	774	(854)	84.481	1.006	85.487	
Mutação do Período	-	286	(24)	(306)	1.193	-	219	19	(509)	380	1.258	37	1.295	

(1) Inclui participação no Resultado Abrangente de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto relativo a Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

(2) Inclui Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimentos Líquidos no Exterior.

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa
(Em Milhões de Reais)

	Nota	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2013
Lucro Líquido Ajustado		22.571	14.497
Lucro Líquido		4.601	3.490
Ajustes ao Lucro Líquido:		17.970	11.007
Opções de Outorgas Reconhecidas	22d	52	54
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		1.287	268
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	12b	4.606	4.861
Despesa de Juros e Variação Cambial de Operações com Dívida Subordinada		8.395	724
Despesa de Juros de Operações com Debêntures		-	20
Variação das Provisões de Seguros e Previdência		3.200	5.041
Resultado de Operações de Capitalização		(131)	(117)
Depreciações e Amortizações	15 e 16	615	562
Despesa de Atualização/Encargos de Provisão de Passivos Contingentes e Obrigações Legais		258	227
Provisão de Passivos Contingentes e Obrigações Legais		950	804
Receita de Atualização/Encargos de Depósitos em Garantia		(102)	(55)
Tributos Diferidos		(456)	(548)
Resultado de Participações sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto		(75)	(52)
(Ganho) Perda em Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	23c	69	8
Receita de Juros e Variação Cambial de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		(667)	(705)
Receita de Juros e Variação Cambial de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		(106)	(87)
(Ganho) Perda na Alienação de Bens Destinados a Venda	25 e 26	6	(7)
(Ganho) Perda na Alienação de Investimentos	25 e 26	2	(3)
(Ganho) Perda na Alienação do Imobilizado	25 e 26	8	5
Outros		60	7
Variação de Ativos e Obrigações (*)		16.610	(14.767)
(Aumento) Redução em Ativos		18.679	(5.101)
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		(767)	(681)
Aplicações no Mercado Aberto		5.606	(14.128)
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil		(2.682)	1.952
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		25.215	14.150
Derivativos (Ativos / Passivos)		1.002	(353)
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo		25	(4)
Operações de Crédito		(5.503)	(7.604)
Outros Ativos Financeiros		(2.565)	1.286
Outros Ativos Fiscais		791	802
Outros Ativos		(2.443)	(521)
(Redução) Aumento em Passivos		(2.069)	(9.665)
Depósitos		7.049	(4.482)
Captações no Mercado Aberto		(7.800)	(4.479)
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação		84	(48)
Recursos de Mercados Interbancários		(1.240)	2.266
Outros Passivos Financeiros		(5.443)	(3.175)
Provisão de Seguros e Previdência		(800)	(1.665)
Passivos de Planos de Capitalização		165	155
Provisões		(165)	(73)
Obrigações Fiscais		2.746	914
Outros Passivos		6.638	3.992
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social		(3.303)	(3.070)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais		39.181	(270)
Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos Recebidos de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto		2	9
Recursos da Venda de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		37.546	14.076
Recursos do Resgate de Ativos Financeiros Mantidos Até o Vencimento		203	86
Alienação de Bens Destinados a Venda		10	29
Alienação de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto		(2)	3
Caixa e Equivalentes de Caixa Líquido de Ativos e Passivos decorrentes da Aquisição da BMG Seguradora	3e	(88)	-
Alienação de Imobilizado de Uso	15	7	3
Aquisição de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		(27.820)	(5.281)
Aquisição de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		(21)	(173)
Aquisição de Imobilizado de Uso	15	(567)	(403)
Aquisição de Intangível	16	(257)	(275)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento		9.013	8.074
Captação em Mercados Institucionais		-	80
Resgate em Mercados Institucionais		(9.038)	(3.612)
(Aquisição)/Alienação de Participação de Acionistas não Controladores		(12)	302
Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas		210	119
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos a Acionistas não Controladores		(1)	(4)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(3.830)	(3.343)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento		(12.671)	(6.458)
Aumento / (Diminuição) em Caixa e Equivalentes de Caixa	2.4c e 4	35.524	1.346
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4	55.790	45.775
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(1.287)	(268)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4	90.027	46.854
Informações Complementares sobre o Fluxo de Caixa			
Juros Recebidos		30.743	21.320
Juros Pagos		14.286	14.037
Transações não Monetárias			
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Declarados e Ainda não Pagos		841	600

(*) Inclui os valores dos juros recebidos e pagos conforme demonstrado acima

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Em 31 de Março de 2014 e 31 de Dezembro de 2013 para Contas Patrimoniais e De 01/01 a 31/03 de 2014 e 2013 para Contas de Resultado

(Em milhões de reais, exceto informações por ação)

Nota 1 – Informações Gerais

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. (ITAÚ UNIBANCO HOLDING) é uma companhia aberta, constituída e existente segundo as leis brasileiras. A matriz do ITAÚ UNIBANCO HOLDING está localizada na Praça Alfredo Egidio de Souza Aranha, nº 100, na cidade de São Paulo, Brasil.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING fornece uma ampla gama de produtos e serviços financeiros a clientes pessoas físicas e jurídicas no Brasil e no exterior, sendo esses clientes relacionados ou não ao Brasil, por meio de suas agências, subsidiárias e afiliadas internacionais. No Brasil, atendemos aos clientes de varejo por intermédio da rede de agências do Itaú Unibanco S.A. ("Itaú Unibanco") e de atacado pelo Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA"); no exterior, por intermédio de agências em Nova Iorque, Grand Cayman, Tóquio e Nassau e de subsidiárias, principalmente na Argentina, Chile, Estados Unidos (Nova Iorque e Miami), Europa (Lisboa, Londres, Luxemburgo e Suíça), Ilhas Cayman, Paraguai, Uruguai e Colômbia.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é uma holding financeira controlada pela Itaú Unibanco Participações S.A. ("IUPAR"), uma empresa de participações que detém 51% de suas ações ordinárias e que é controlada conjuntamente pela (i) Itaúsa Investimentos Itaú S.A. ("Itaúsa"), uma empresa de participações controlada pelos membros da família Egidio de Souza Aranha, e pela (ii) Companhia E. Johnston de Participações ("E. Johnston"), uma empresa de participações controlada pela família Moreira Salles. A Itaúsa também detém diretamente 38,7% das ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Conforme descrito na Nota 34, as operações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são divididas em quatro segmentos operacionais e reportáveis: (1) Banco Comercial - Varejo, que oferece uma ampla gama de serviços bancários para clientes pessoas físicas de varejo (sob várias áreas especializadas em distribuição, utilizando diversas marcas como Itaú, *Uniclass* e *Personnalité*) ou com alto patrimônio (*Private Bank*) e para clientes pessoas jurídicas (micro e pequenas empresas), incluindo serviços como administração de recursos de terceiros, serviços a investidores, seguros, planos de previdência privada, planos de capitalização e cartões de crédito emitidos a correntistas; (2) Crédito ao Consumidor - Varejo, que oferece produtos e serviços financeiros para além do universo de clientes correntistas como financiamento de veículos, transações com cartões de crédito e financiamento ao consumidor; (3) Banco de Atacado, que oferece produtos e serviços de atacado para empresas de médio e grande porte, bem como atividades de banco de investimento e (4) Atividade com Mercado + Corporação, que gerencia fundamentalmente o resultado financeiro associado ao excesso de capital do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, ao excesso de dívida subordinada e ao carregamento do saldo líquido dos créditos e débitos tributários, bem como a margem financeira advinda da atividade de negociação de ativos financeiros via posições (mesas) proprietárias, de gestão de *gaps* de moedas, taxas e demais fatores de riscos e de oportunidades de arbitragens nos mercados externo e doméstico.

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de Abril de 2014.

Nota 2 – Políticas Contábeis Significativas

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Contábeis Consolidadas estão descritas abaixo.

2.1. Base de Preparação

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING foram elaboradas considerando o estabelecido na Resolução nº 3.786 do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) que, a partir de 31 de Dezembro de 2010, requer a elaboração de Demonstrações Contábeis Consolidadas anuais, de acordo com as práticas contábeis internacionais (“IFRS”), conforme aprovado pelo “*International Accounting Standard Board*” (“IASB”).

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas foram preparadas seguindo-se as práticas contábeis descritas nesta nota explicativa.

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas foram preparadas de acordo com a IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário com a opção de apresentar as Demonstrações Financeiras Consolidadas Completas em vez das Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas.

Na preparação destas Demonstrações Contábeis Consolidadas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utilizou os critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação estabelecidos nos IFRS e nas interpretações do “*International Financial Reporting Interpretation Committee*” (“IFRIC”) descritos nesta nota explicativa. Portanto, estas Demonstrações Contábeis Consolidadas estão totalmente em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo IASB e as interpretações emitidas pelo IFRIC.

A Demonstração Consolidada do Fluxo de Caixa demonstra as mudanças, no Caixa e Equivalentes de Caixa, surgidas, durante o período, de atividades operacionais, de investimento e de financiamento. O Caixa e Equivalentes de Caixa incluem investimentos altamente líquidos (Nota 2.4c).

Os fluxos de caixa das atividades operacionais são determinados usando-se o método indireto. O lucro líquido consolidado é ajustado por itens não monetários, como ganhos e perdas de mensuração, movimentação de provisões e variações nos saldos de recebíveis e obrigações. Todas as receitas e despesas oriundas de transações não monetárias, atribuíveis às atividades de investimento e de financiamento são eliminadas. Os juros recebidos ou pagos são classificados como fluxos de caixa operacionais.

2.2. Novos Pronunciamentos e Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Existentes

a) Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o Período Findo em 31 de Março de 2014

- Alteração do IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação – Essa alteração foi emitida para esclarecer os requerimentos de compensação de instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações contábeis consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Entidades para Investimentos – Alteração ao IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 12 – Divulgação de Participações em Outras Entidades e IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas - Introduz uma exceção ao princípio que todas as subsidiárias devem ser consolidadas. A alteração requer que a controladora que seja uma entidade de investimento mensure a valor justo pelo resultado seus investimentos em certas entidades, ao invés de consolidá-los nas suas demonstrações consolidadas. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações contábeis consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos – Essa alteração introduz requerimentos de divulgações da mensuração dos valores recuperáveis dos ativos, em decorrência da emissão do IFRS 13. Os impactos identificados estão relacionados à divulgação do valor recuperável e da metodologia de mensuração e não geraram impactos relevantes nas demonstrações contábeis consolidadas.
- IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração – Esta alteração permite a continuação de *Hedge Accounting*, mesmo que um derivativo seja novado (transferido) para uma *Clearing*, dentro de certas condições. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações contábeis consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

b) Pronunciamentos Contábeis Emitidos Recentemente e Aplicáveis em Períodos Futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Contábeis Consolidadas e não foram adotados antecipadamente:

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – Pronunciamento que visa substituir o IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Em Novembro de 2009 o IASB emitiu a IFRS 9, introduzindo novos requerimentos para classificar e mensurar ativos financeiros. Em Outubro de 2010, o IASB alterou a norma incorporando os requerimentos para os passivos financeiros. Em Novembro de 2013, o IASB emitiu nova alteração, incorporando os requerimentos sobre *hedge accounting*. Em Fevereiro de 2014, o IASB decidiu exigir a aplicação obrigatória do pronunciamento para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração serão avaliados até a data de entrada em vigor da norma.
- IAS 19 (R1) – Benefícios a empregados –a entidade deve considerar a contribuição dos empregados e de terceiros na contabilização de planos de benefícios definidos. Efetiva para exercícios iniciados após 1º de Julho de 2014 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração serão avaliados até a data de entrada em vigor da norma.

2.3. Estimativas Contábeis Críticas e Julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com o IFRS exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos e passivos e passivos contingentes divulgados na data das Demonstrações Contábeis Consolidadas, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os períodos apresentados e em períodos subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

2.3.1. Estimativas Contábeis Críticas

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em acordo com o IFRS e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis. As estimativas são continuamente avaliadas, considerando a experiência passada e outros fatores.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas incluem diversas estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

a) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING revisa periodicamente sua carteira de empréstimos e recebíveis para avaliar a existência de perda por valor recuperável nas suas operações.

Para determinar o montante de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa na Demonstração Consolidada do Resultado para certos créditos ou para uma determinada classe de créditos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING exerce seu julgamento considerando se existem evidências objetivas que indicam que ocorreu um evento de perda. Essas evidências podem incluir dados observáveis que indicam que houve uma mudança adversa em relação aos fluxos de caixas recebidos esperados da contraparte ou a existência de uma mudança nas condições econômicas locais ou internacionais que se correlacionem com as perdas por valor recuperável. A Administração utiliza estimativas baseadas em experiência histórica de perdas para operações com características semelhantes e evidência objetiva de deterioração. A metodologia e as premissas utilizadas para estimar os fluxos de caixa futuros são revistas regularmente pela Administração, tendo em vista a adequação dos modelos e a suficiência dos volumes de provisão em face a experiência de perda incorrida.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza modelos estatísticos para o cálculo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa na carteira de crédito homogênea. Periodicamente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING realiza procedimentos para aprimorar estas estimativas, alinhando a exigência de provisões aos níveis de perda observados pelo comportamento histórico (conforme descrito na Nota 2.4g VIII). Este alinhamento visa a garantir que o volume de provisionamento reflita as condições econômicas atuais, a composição da

carteira de empréstimos, a qualidade das garantias obtidas e o perfil de nossos clientes. Em 2013 e no período, não houve aprimoramento de premissas de modelos.

O montante de provisão era de R\$ 21.276 (R\$ 22.235 em 31/12/2013).

Se o valor presente dos fluxos de caixa estimados apresentasse uma variação positiva ou negativa de 1%, a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa seria aumentada ou diminuída em R\$ 3.870 (R\$ 3.895 em 31/12/2013).

Os detalhes sobre a metodologia e premissas utilizadas pela Administração estão apresentadas na Nota 2.4g VIII.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

Conforme explicação no item 2.4n, Ativos Fiscais Diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING irá gerar lucro tributável futuro para a sua utilização. A realização esperada do crédito tributário do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 27. O montante de Ativo Fiscal Diferido era de R\$ 38.546 (R\$ 39.545 em 31/12/2013).

c) Valor Justo dos Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos

A mensuração a valor justo dos Instrumentos Financeiros é feita recorrentemente, conforme requerida pelo IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Os Instrumentos Financeiros reconhecidos pelo valor justo totalizam ativos no valor de R\$ 211.086 (R\$ 257.223 em 31/12/2013) dos quais R\$ 10.862 são Derivativos (R\$ 11.366 em 31/12/2013) e passivos no valor de R\$ 12.467 (R\$ 11.776 em 31/12/2013) dos quais R\$ 12.031 são Derivativos (R\$ 11.405 em 31/12/2013). O Valor Justo de Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos que não são negociados em mercados ativos é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância dos inputs usados no processo de mensuração. Há três grandes níveis referentes à hierarquia de valor justo que estão detalhados na Nota 31.

A equipe responsável pelo apreçamento dos ativos, seguindo a governança definida em comitê e circulares normativas, efetua análises críticas das informações extraídas do mercado e periodicamente faz a revisão dos prazos mais longos dos indexadores. Ao final dos fechamentos mensais, as áreas se reúnem para uma nova rodada de análises para a manutenção relativa à classificação dentro da hierarquia do valor justo. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING acredita que as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado que independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

As metodologias usadas para avaliar os valores justos de determinados Instrumentos Financeiros estão descritas na Nota 31.

d) Planos de Pensão de Benefício Definido

Em 31/03/2014 o montante de R\$ (363) (R\$ (358) em 31/12/2013) relacionado aos Planos de Pensão de Benefício Definido foi reconhecido no Balanço Patrimonial. O valor atual de obrigações de planos de pensão é obtido por cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício e esta é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, sendo estes denominados em Reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações.

Se a taxa de desconto usada apresentasse uma redução de 0,5% em relação às estimativas atuais da Administração, o valor atuarial das obrigações de planos de pensão seria aumentada em aproximadamente R\$ 672, com impacto no montante reconhecido refletido no Patrimônio Líquido – ORA antes dos impostos de R\$ 392, líquido do efeito da Restrição do Ativo.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão baseiam-se, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 29.

e) Ativos e Passivos Contingentes

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota 32.

O valor contábil dessas contingências era de R\$ 19.483 (R\$ 18.862 em 31/12/2013).

f) Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

As provisões técnicas são passivos decorrentes de obrigações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING para com os seus segurados e participantes. Essas obrigações podem ter uma natureza de curta duração (seguros de danos) ou de média ou de longa duração (seguros de vida e previdência).

A determinação do valor do passivo atuarial depende de inúmeras incertezas inerentes às coberturas dos contratos de seguros e previdência, tais como premissas de persistência, mortalidade, invalidez, longevidade, morbidade, despesas, frequência de sinistros, severidade, conversão em renda, resgates e rentabilidade sobre ativos.

As estimativas dessas premissas baseiam-se na experiência histórica do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, *benchmarks* e na experiência do atuário, e buscam convergência às melhores práticas do mercado e objetivam a revisão contínua do passivo atuarial. Ajustes resultantes dessas melhorias contínuas, quando necessárias, são reconhecidos no resultado do respectivo período.

Informações adicionais estão descritas na Nota 30.

2.3.2. Julgamentos Críticos na Aplicação de Políticas Contábeis

a) Ágio

O teste de perda por redução ao valor recuperável do ágio envolve estimativas e julgamentos significativos, incluindo a identificação de unidades geradoras de caixa e a alocação do ágio para tais unidades com base na expectativa de quais se beneficiarão da aquisição. A determinação dos fluxos de caixa esperados e a taxa de juros ajustado ao risco para cada unidade requer o exercício de julgamento e estimativas por parte da administração. Em 31 de março de 2014 e 2013 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não identificou perda por redução ao valor recuperável de ágio.

2.4 Resumo das Principais Políticas Contábeis

a) Consolidação

I- Subsidiárias

Anteriormente a 1º de Janeiro de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING consolidava nas Demonstrações Contábeis Consolidadas suas subsidiárias, definidas de acordo com o IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas, e suas entidades de propósito específico, definidas de acordo com o SIC 12 – Consolidação – Entidades de Propósitos Específicos. A partir

desta data, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adotou o IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, que substituiu o IAS 27 e o SIC 12.

De acordo com o IFRS 10, subsidiárias são todas as entidades nas quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui controle. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING controla uma entidade quando está exposto a, ou possui direitos a, seus retornos variáveis oriundos do envolvimento com a entidade e possui a habilidade de afetar tais retornos.

As subsidiárias são consolidadas integralmente a partir da data em que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING obtém seu controle e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle é perdido.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avaliou, em 1º de Janeiro de 2013, seus investimentos a fim de determinar se as conclusões a respeito de consolidação de acordo com o IFRS 10 diferem das conclusões de acordo com o IAS 27 e SIC 12.

Para os investimentos que já eram consolidados conforme IAS 27 e SIC 12 e que permanecem consolidados de acordo com o IFRS 10 em 1º de Janeiro de 2013 ou para os investimentos que não eram consolidados pelo IAS 27 e SIC 12 e que continuam não sendo consolidados de acordo com o IFRS 10, nenhum ajuste é requerido.

Os efeitos da adoção do IFRS 10, que originaram a alteração de política contábil, resultaram em um aumento do patrimônio líquido dos acionistas não controladores de R\$ 489. Abaixo estão apresentados os montantes agregados de nossos investimentos, anteriormente não consolidados, que passaram a ser consolidados em 1º de Janeiro de 2013:

	31/12/2012
Operações de Crédito	3.089
Total de Ativos	1.275
Total de Passivos	1.275
Participação não Controlador	520
Lucro Líquido / (Prejuízo) do não Controlador	(53)

A tabela a seguir apresenta as principais subsidiárias consolidadas e as principais entidades sob controle conjunto, bem como a participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING em seus capitais votantes em 31/03/2014 e 31/12/2013:

		País de Constituição	Atividade	Participação % no Capital Votante em		Participação % no Capital Total em	
				31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Banco Credicard S.A.	(1) (Nota 3d)	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Dibens S.A.		Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaú Veículos S.A.		Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Investcred Unibanco S.A.		Brasil	Instituição Financeira	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Banco Itaú Argentina S.A.		Argentina	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaú BBA S.A.		Brasil	Instituição Financeira	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Banco Itaú Chile		Chile	Instituição Financeira	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Banco Itaú BMG Consignado S.A	(2) (Nota 3c)	Brasil	Instituição Financeira	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%
Banco Itaú Europa Luxembourg S.A.		Luxemburgo	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaú Paraguay S.A.		Paraguai	Instituição Financeira	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Banco Itaú Suisse S.A.		Suíça	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaú Uruguay S.A.		Uruguai	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaucard S.A.		Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itauleasing S.A.		Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cia. Itaú de Capitalização		Brasil	Capitalização	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Credicard Promotora de Vendas Ltda.	(Nota 3d)	Brasil	Prestação de Serviços	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil		Brasil	Arrendamento Mercantil	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Unibanco Veículos Administradora de Consórcios Ltda.		Brasil	Administração de Consórcios	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento		Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Hipercard Banco Múltiplo S.A.		Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Administradora de Consórcios Ltda.		Brasil	Administração de Consórcios	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Ásia Securities Ltd		Hong Kong	Corretora de Valores	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itau Bank, Ltd.	(3)	Ilhas Cayman	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itau BBA Colombia S.A. Corporación Financiera		Colômbia	Instituição Financeira	100,00%	99,99%	100,00%	99,99%
Itaú BBA International PLC		Reino Unido	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú BBA USA Securities Inc.		Estados Unidos	Corretora de Valores	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú BMG Seguradora S.A.		Brasil	Seguros	70,00%	-	70,00%	-
Itaú Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros		Brasil	Securitizadora	100,00%	100,00%	100,00%	99,98%
Itaú Corretora de Valores S.A.		Brasil	Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.		Brasil	Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	100,00%	100,00%	99,99%	99,99%
Itaú Japan Asset Management Limited		Japão	Administradora de Fundos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Middle East Limited		Emirados Árabes	Representação	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Seguros S.A.		Brasil	Seguros	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Unibanco Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento	(Nota 3a)	Brasil	Sociedade de Crédito	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Unibanco S.A.		Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Unibanco Serviços e Processamento de Informações Comerciais Ltda.		Brasil	Serviços de Tecnologia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Vida e Previdência S.A.		Brasil	Previdência Complementar	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Luizacred S.A. Soc. Cred. Financiamento Investimento		Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Redecard S.A. - REDE		Brasil	Adquirente	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Tarjetas Unisoluciones S. A. de Capital Variable		México	Administradora de Cartões	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

(1) Nova denominação social do Banco Citicard S.A.

(2) Nova denominação social do Banco Banerj S.A..

(3) Não contempla a participação das Ações Preferenciais Resgatáveis.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem o compromisso de manter o capital mínimo exigido para todas as entidades controladas em conjunto, sendo que para a FIC - Financeira Itaú CBD S.A Crédito, Financiamento e Investimento o percentual de capital mínimo é superior em 25,0% ao exigido pelo Banco Central do Brasil (Nota 33).

II - Combinações de Negócios

A contabilização de combinações de negócios de acordo com o IFRS 3 (R) somente é aplicável quando um negócio é adquirido. De acordo com o IFRS 3 (R), um negócio é definido como um conjunto integrado de atividades e de ativos conduzidos e administrados com o propósito de fornecer retorno aos investidores ou redução de custos ou ainda outros benefícios econômicos. Um negócio geralmente consiste em *inputs*, processos aplicados a tais *inputs* e *outputs*, que são, ou irão ser, usados para gerar renda. Se existe ágio em um conjunto de atividades e de ativos transferidos, presume-se que este é um negócio. Para as aquisições que atendem à definição de negócio, a contabilização pelo método da compra é requerida.

O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos entregues, instrumentos de patrimônio emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data da troca, adicionado os custos diretamente atribuíveis a aquisição. Os ativos adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos identificáveis em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição, independentemente da existência de participação de não controladores. O excedente do custo de aquisição, acrescido da participação de acionistas não controladores, se houver, sobre o valor justo de ativos líquidos identificáveis adquiridos é contabilizado como ágio.

O tratamento do ágio está descrito na Nota 2.4k. Se o custo de aquisição, acrescido da participação de acionistas não controladores, se houver, for menor do que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente no resultado.

Para cada combinação de negócios o adquirente deve mensurar qualquer participação não controladora na adquirida pelo valor justo ou pelo valor proporcional de sua participação nos ativos líquidos da adquirida.

III - Transações Junto a Acionistas não Controladores

O IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas determina que alterações de participação em uma subsidiária, que não resultam em perda de controle, sejam contabilizadas como transações de capital e qualquer diferença entre o valor pago e o valor correspondente aos acionistas não controladores é reconhecida diretamente no patrimônio líquido consolidado.

b) Conversão de Moedas Estrangeiras

I- Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação. Para cada subsidiária, entidade sob controle conjunto e investimento em associada, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING definiu a moeda funcional, conforme previsto no IAS 21.

Os ativos e passivos de subsidiárias com moeda funcional diferente ao Real são convertidos como segue:

- ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço.
- receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.
- ganhos e perdas de conversão são registrados na rubrica Resultado Abrangente Acumulado.

II- Transações em moeda estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como parte integrante dos Resultados de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior, e totalizam R\$ (1.032) para o período de 01/01 a 31/03/2014 (R\$ 2.635 de 01/01 a 31/03/2013).

No caso de ativos monetários classificados como disponíveis para venda, as diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento são reconhecidas no resultado enquanto as diferenças cambiais que resultam de outras mudanças no valor contábil, exceto perda por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em Resultado Abrangente Acumulado até o desreconhecimento ou redução ao valor recuperável.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING define como Caixa e Equivalentes de Caixa as Disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos, considerados no Balanço Patrimonial consolidado na rubrica Disponibilidades), Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto com prazo original igual ou inferior a 90 dias, conforme demonstrado na Nota 4.

d) Depósitos Compulsórios no Banco Central

Os Bancos Centrais dos países onde o ITAÚ UNIBANCO HOLDING opera impõem atualmente diversas exigências de depósito compulsório às instituições financeiras. Tais exigências são aplicadas a um amplo leque de atividades e de operações bancárias, como depósitos à vista, depósitos em poupança e depósitos a prazo. No caso do Brasil, também é exigida a aquisição e manutenção de títulos públicos federais brasileiros.

Os depósitos compulsórios são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente ao custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros conforme detalhado na Nota 2.4g VI.

e) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING apresenta suas Aplicações de Depósitos Interfinanceiros em seu Balanço Patrimonial inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros conforme detalhado na Nota 2.4g VI.

f) Vendas com Compromisso de Recompra e Compras com Compromisso de Revenda

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de operações de compra com compromisso de revenda (compromisso de revenda) e de venda com compromisso de recompra (compromisso de recompra) de ativos financeiros. Os compromissos de revenda e compromissos de recompra são contabilizados nas rubricas Aplicações no Mercado Aberto e Captações no Mercado Aberto, respectivamente.

Os montantes aplicados em operações com compromisso de revenda e os montantes captados em operações com compromisso de recompra são registrados inicialmente no Balanço Patrimonial pelos seus valores adiantados ou captados e subsequentemente registrados ao custo amortizado. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método da taxa efetiva de juros. Os juros auferidos em operações com compromisso de revenda e os juros incorridos em operações com compromisso de recompra são lançados em Receitas de Juros e Rendimentos e Despesas de Juros e Rendimentos, respectivamente.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em compromissos de revenda podem ser usados, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de compromissos de recompra ou podem ser vendidos.

No Brasil, o controle de custódia de ativos financeiros é centralizado e a posse do compromisso de revenda e de recompra é temporariamente transferida ao comprador. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING monitora rigorosamente o valor de mercado dos ativos financeiros que lastreiam as operações com compromisso de recompra e ajusta o valor da garantia quando apropriado.

Os ativos financeiros dados como garantia às contrapartes também são mantidos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas. Quando a contraparte tem o direito de vender ou de usar como garantia os títulos e valores mobiliários dados como garantia, tais títulos são reclassificados no Balanço Patrimonial em classe de ativos financeiros apropriada.

g) Ativos e Passivos Financeiros

De acordo com o IAS 39, todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados sob as seguintes categorias:

- Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado – Mantidos para Negociação.
- Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado – Designados a Valor Justo.
- Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.
- Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento.
- Empréstimos e Recebíveis.
- Passivos Financeiros ao Custo Amortizado.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou os passivos financeiros foram assumidos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING categoriza os instrumentos financeiros em classes que refletem a natureza e as características desses instrumentos financeiros.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica como empréstimos e recebíveis as seguintes rubricas do Balanço Patrimonial: Disponibilidades, Depósito Compulsório no Banco Central (Nota 2.4d), Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 2.4e), Aplicações no Mercado Aberto (Nota 2.4f), Operações de Crédito (Nota 2.4g VI) e Outros Ativos Financeiros (Nota 2.4g IX).

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se expiram ou quando o ITAÚ UNIBANCO HOLDING transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa de acordo com os requerimentos do IAS 39. Portanto, se os riscos e benefícios não foram substancialmente transferidos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING deve avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado com qualquer controle retido não impede a baixa. Os passivos financeiros são baixados quando liquidados ou extintos.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial exclusivamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

I- Ativos e Passivos Financeiros Mantidos para Negociação

São os ativos e passivos adquiridos e incorridos principalmente com o intuito de venda no curto prazo ou quando fazem parte de um portfólio de instrumentos financeiros que são administrados como um todo e para os quais existe evidência de um histórico recente de vendas no curto prazo.

Os ativos e passivos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado. Os ganhos e perdas oriundos de alterações no valor justo são incluídos diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Investimentos de Títulos e Derivativos. As receitas de juros e rendimentos são contabilizadas na rubrica Receita de Juros e Rendimentos e as despesas de juros e rendimentos são contabilizadas na rubrica Despesa de Juros e Rendimentos.

II- Ativos e Passivos Financeiros Designados a Valor Justo

São os ativos e passivos designados a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo). Essa designação não pode ser alterada subsequentemente. De acordo com o IAS 39, a opção de valor justo somente pode ser aplicada quando reduz ou elimina inconsistências contábeis no resultado ou quando os ativos financeiros fazem parte de uma carteira cujo risco é administrado e reportado à Administração com base no seu valor justo ou ainda, quando esses ativos consistem em instrumento de dívida e em derivativo embutido que devem ser separados.

Os ativos e passivos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado. Os ganhos e as perdas oriundas de alterações no valor justo são incluídos diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Investimentos de Títulos e Derivativos – Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado. As receitas de juros e as despesas de juros são reconhecidas em Receita de Juros e Rendimentos e Despesa de Juros e Rendimentos, respectivamente.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING designa certos ativos a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, pois sua avaliação e desempenho são efetuadas diariamente com base no valor justo.

III- Derivativos

Os derivativos são inicialmente reconhecidos a valor justo na data em que o contrato é firmado e são subsequentemente reavaliados a valor justo. Todos os derivativos são contabilizados como ativos quando o valor justo é positivo, e como passivos quando é negativo.

Certos derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados como derivativos separados quando suas características e seus riscos econômicos não são intimamente relacionados àqueles do contrato principal e este não é contabilizado a valor justo através do resultado. Esses derivativos embutidos são contabilizados separadamente a valor justo, com as variações reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Investimentos de Títulos e Derivativos - Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos, exceto se o ITAÚ UNIBANCO HOLDING optar por designar esses contratos híbridos, como um todo, na categoria a valor justo através do resultado.

Derivativos podem ser designados e qualificados como instrumento de *hedge* para fins contábeis e, em se qualificando, dependendo da natureza do item *hedgeado*, o método de reconhecer os ganhos ou as perdas de valor justo será diferente. Estes derivativos, que são utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e de passivos financeiros, e que atendem aos critérios do IAS 39 são contabilizados como *hedge* contábil.

De acordo com o IAS 39, para qualificar-se como *hedge* contábil todas as seguintes condições devem ser atendidas:

- no início do *hedge*, existe designação e documentação formais da relação de *hedge* e do objetivo e estratégia da gestão de risco da entidade para levar a efeito o *hedge*.
- é esperado que o *hedge* seja altamente efetivo ao conseguir alterações de compensação no valor justo ou nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, consistentemente com a estratégia de gestão de risco originalmente documentada para essa relação de *hedge* em particular.

- quanto ao *hedge* de fluxo de caixa, uma transação prevista que seja objeto de *hedge* tem de ser altamente provável e tem de apresentar exposição a variações nos fluxos de caixa que poderiam em última análise afetar o resultado.
- a efetividade do *hedge* pode ser confiavelmente medida, isto é, o valor justo ou os fluxos de caixa do item coberto que sejam atribuíveis ao risco coberto e ao valor justo do instrumento de *hedge* podem ser confiavelmente medidos.
- o *hedge* é avaliado em base contínua e efetivamente determinado como tendo sido altamente efetivo durante todos os períodos das Demonstrações Contábeis para o qual o *hedge* foi designado.

O IAS 39 apresenta três estratégias de *hedge*: *hedge* de valor justo, *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de investimento líquido em operação no exterior.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza-se de derivativos como instrumento de *hedge* em estratégias de *hedge* de fluxo de caixa, *hedge* de valor justo e *hedge* de investimento líquido em operação no exterior, conforme detalhado na Nota 9.

Hedge de Valor Justo

Para os derivativos que são designados e se qualificam como *hedge* de valor justo, as seguintes práticas são aplicadas:

- a) o ganho ou a perda resultante da nova mensuração do instrumento de *hedge* pelo valor justo deve ser reconhecido no resultado; e
- b) o ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível a parcela efetiva do risco coberto deve ajustar o valor contábil do item coberto a ser reconhecido no resultado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido, o *hedge* não atender mais aos critérios de *hedge* contábil ou a entidade revogar a designação, a entidade deve descontinuar prospectivamente o *hedge* contábil. Além disso, qualquer ajuste no valor contábil do item coberto deve ser amortizado no resultado.

Hedge de Fluxo de Caixa

Para os derivativos que são designados e se qualificam como *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva dos ganhos ou das perdas do derivativo é registrada diretamente em Outros Resultados Abrangentes – *Hedge* de Fluxo de Caixa, e reclassificada para resultado no mesmo período ou períodos em que a transação protegida por *hedge* afeta o resultado. A parcela dos ganhos e das perdas sobre os derivativos que representam a parcela não efetiva ou os componentes de *hedge* excluídos da análise de efetividade, é reconhecida no resultado. Os montantes originalmente reconhecidos no Resultado Abrangente Acumulado e subsequentemente reclassificados para resultado são reconhecidos na correspondente linha de receita ou despesa na qual o item de *hedge* relacionado é relatado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido, ou quando o *hedge* não atender mais aos critérios de *hedge* contábil ou ainda quando a entidade revogar a designação do *hedge* contábil, qualquer ganho ou perda acumulado existente em Resultado Abrangente Acumulado até este momento deve permanecer reconhecido separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou deixe de se esperar que ocorra, sendo reclassificada para o resultado neste momento. Porém, quando já não se espera que a transação prevista ocorra, qualquer ganho ou perda acumulado reconhecido em Resultado Abrangente Acumulado é imediatamente reconhecido no resultado.

Hedge de Investimento Líquido em Operação no Exterior

O *hedge* de um investimento líquido em operação no exterior, incluindo *hedge* de um item monetário que seja contabilizado como parte do investimento líquido, é contabilizado de forma similar ao *hedge* de fluxo de caixa:

- a) a parcela do ganho ou da perda sobre o instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* efetivo é reconhecida em Resultado Abrangente Acumulado.
- b) a parcela inefetiva é reconhecida no resultado do período.

O ganho ou a perda sobre o instrumento de *hedge* relacionado à parcela efetiva do *hedge* que tiver sido reconhecida em Resultado Abrangente Acumulado é reclassificado do Resultado Abrangente para o resultado do período na alienação da operação no exterior.

IV- Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

De acordo com o IAS 39, os ativos financeiros são classificados como disponíveis para venda quando, no julgamento da Administração, eles podem ser vendidos em resposta ou em antecipação a alterações nas condições de mercado e não forem classificados como ativos financeiros ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis ou mantidos até o vencimento.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são inicialmente e subsequentemente contabilizados no Balanço Patrimonial Consolidado pelo seu valor justo, mais os custos de transação. Os ganhos e as perdas não realizados (exceto perdas por redução ao valor recuperável, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, no Resultado Abrangente Acumulado. Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos. O custo médio é usado para determinar os ganhos e as perdas realizadas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, os quais são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Ativo e Passivos Financeiros. Dividendos sobre ativos disponíveis para venda são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como Receita de Dividendos quando é provável que se estabeleça o direito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING de receber tais dividendos e ter entradas de benefícios econômicos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia na data do Balanço Patrimonial se existe evidência que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros estão em situação de perda de seu valor recuperável. No caso de instrumentos de patrimônio classificados como Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, um declínio prolongado e significativo no valor justo, abaixo de seu valor de custo é uma evidência de redução do valor recuperável, resultando no reconhecimento de uma perda por redução ao valor recuperável. Se existir evidência de perda para ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada, mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável previamente reconhecida no resultado, é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado como um ajuste de reclassificação do Resultado Abrangente Acumulado.

As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado de instrumentos de patrimônio não são revertidas por meio do resultado. No entanto, se em período subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida classificado como ativo financeiro disponível para venda aumentar e esse aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda, tal perda é revertida por meio do resultado.

V- Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento

De acordo com o IAS 39 os ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento são ativos financeiros não-derivativos, que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a firme intenção e capacidade financeira de manter até o vencimento.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando-se o método da taxa efetiva de juros (conforme detalhado no item VI abaixo). Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos, são apresentados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos.

Quando há redução ao valor recuperável dos ativos financeiros mantidos até o vencimento, a perda é registrada como uma redução de seu valor contábil utilizando uma conta redutora e reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. Em um período subsequente, se o montante de perda for reduzido e a redução estiver relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda, a perda reconhecida anteriormente é revertida. O montante de reversão também é reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado.

VI- Operações de Crédito

As operações de crédito são inicialmente contabilizadas a valor justo, mais os custos de transação e mensuradas subsequentemente a custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

O método da taxa efetiva de juros é o método utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro e de alocar a receita ou a despesa de juros no período. A taxa efetiva de juros é a taxa de desconto que é aplicada sobre os pagamentos ou recebimentos futuros sendo estimada ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro que resulta no montante igual ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuras. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica uma operação de crédito como não performando se o pagamento do principal ou dos juros apresentar atraso de 60 dias ou mais. Quando uma operação de crédito é assim classificada, a apropriação de juros deixa de ser reconhecida.

Quando um ativo ou um grupo de ativos financeiros similares está em situação de perda de seu valor recuperável e o valor contábil é reduzido por meio da constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, a receita de juros subsequentemente é reconhecida no valor contábil reduzido utilizando-se a taxa efetiva de juros para descontar os fluxos de caixa futuros a fim de mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Nossa carteira de Pessoas Físicas consiste principalmente em financiamento de veículos, cartão de crédito, empréstimos pessoais (incluindo, principalmente, crédito ao consumidor e cheque especial) e crédito imobiliário. Nossa carteira de Grandes Empresas inclui empréstimos feitos para grandes clientes corporativos. Nossa carteira de Micro, Pequenas e Médias Empresas correspondem a empréstimos para uma variedade de clientes de empresas de pequeno e médio porte. Nossa carteira de empréstimos para clientes da América Latina é composto essencialmente por empréstimos concedidos a pessoas físicas na Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai.

No nível corporativo, temos duas áreas (independentes das áreas de negócios): área de risco de crédito e área de finanças, que são responsáveis por definir as metodologias utilizadas para mensurar a provisão para perdas em operações de crédito e avaliar recorrentemente a evolução dos montantes de provisão.

Á área de risco de crédito e a área de finanças, no nível corporativo, monitoram as tendências observadas na provisão para créditos de liquidação duvidosa por segmento, além de estabelecerem um entendimento inicial das variáveis que podem desencadear em mudanças na provisão, na PD (probabilidade de *default*) ou na LGD (perda dado o *default*).

Uma vez que as tendências são identificadas e uma avaliação inicial das variáveis é feita no nível corporativo, as áreas de negócios tornam-se responsáveis por aprofundar a análise dessas tendências em um nível detalhado e por segmento, por entender as razões relacionadas a estas tendências e decidir se serão necessárias mudanças em nossas políticas de crédito.

VII- Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (como Arrendador)

Quando ativos são objetos de um arrendamento mercantil financeiro, o valor presente dos pagamentos é reconhecido como recebível no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro.

Os custos diretos iniciais quando incorridos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são incluídos na mensuração inicial do recebível do arrendamento, reduzindo o valor da renda reconhecida pelo prazo do arrendamento. Tais custos iniciais geralmente incluem comissões e honorários legais.

O reconhecimento da receita de juros reflete uma taxa de retorno constante sobre o investimento líquido do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e ocorre na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos.

VIII- Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Geral

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia periodicamente a existência de qualquer evidência objetiva de que um crédito ou um grupo de créditos esteja deteriorado. Um crédito ou um grupo de créditos está deteriorado e existe a necessidade de reconhecer uma perda caso exista evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo (evento de perda) e se esse evento (ou eventos) de perda representar impacto que possa ser confiavelmente estimado nos fluxos de caixa futuros.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é uma provisão constituída para prováveis perdas inerentes à carteira na data do Balanço Patrimonial. A determinação do nível da provisão depende de diversas ponderações e premissas, inclusive das condições econômicas atuais, da composição da carteira de empréstimos, da experiência anterior com perdas em operações de crédito e arrendamento mercantil e da avaliação do risco de crédito relacionada aos empréstimos individuais. Nosso processo para determinar a provisão para créditos de liquidação duvidosa adequada inclui o julgamento da Administração e o uso de estimativas. A adequação da provisão é analisada regularmente pela Administração.

O critério utilizado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING para determinar a existência de evidência objetiva de perda inclui:

- Inadimplência nos pagamentos do principal ou juros.
- Dificuldades financeiras do devedor e outras evidências objetivas que resultem numa deterioração na posição financeira do devedor (por exemplo, índice patrimonial, porcentagem da receita líquida de vendas ou outros indicadores capturados pelos sistemas utilizados para monitorar créditos, particularmente para carteiras do varejo).
- Violação de cláusulas ou termos de empréstimos.
- Início de processo de falência.
- Deterioração da posição competitiva do emissor.

O período estimado entre o evento de perda e sua identificação é definido pela Administração para cada carteira de créditos semelhantes identificada. Tendo em vista a representatividade dos diversos grupos homogêneos, a Administração optou por utilizar um período uniforme de 12 meses. Para as carteiras de créditos avaliados individualmente por *impairment* utiliza-se um período máximo de 12 meses, considerando o ciclo de revisão de cada crédito.

Avaliação

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia primeiro a existência de evidência objetiva de perda alocada individualmente para créditos que sejam individualmente significativos ou coletivamente para créditos que não sejam individualmente significativos.

Para determinar o valor da provisão para créditos individualmente significativos com evidência objetiva de perda, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza metodologias que consideram a qualidade do cliente e também a natureza da transação, inclusive sua garantia, para estimar os fluxos de caixa esperados dessas operações de créditos.

Se não houver evidência objetiva de perda para um crédito individualmente avaliado, seja ele significativo ou não, este é incluído num grupo de créditos com características semelhantes de risco de crédito e avaliado coletivamente. Os créditos que são individualmente avaliados e para os quais há uma redução de seu valor recuperável por deterioração não são incluídos na avaliação coletiva. O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo as perdas de crédito que não tenham sido incorridas) descontado à taxa efetiva de juros original do crédito.

Para os créditos avaliados coletivamente, o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros para o qual exista uma garantia recebida reflete o desempenho histórico da execução e recuperação do valor justo, considerando os fluxos de caixa que serão gerados pela execução da garantia menos os custos para obter e vender tal garantia.

Para fins de avaliação coletiva da necessidade de constituição de provisão, os créditos são agregados com base em características semelhantes de risco de crédito. Essas características são relevantes para estimar os fluxos de caixa futuros de tais créditos pelo fato de poderem ser um indicador de dificuldade do devedor em pagar os montantes devidos, de acordo com as condições contratuais do crédito que está sendo avaliado. Os fluxos de caixa futuros de grupo de créditos que sejam coletivamente avaliados para fins de identificação da necessidade de constituição de provisão são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais dos créditos do grupo e na experiência histórica de perda para créditos com características de risco de crédito semelhantes. A experiência de perda histórica é ajustada com base em informação disponível na data corrente observável para refletir os efeitos de condições correntes que não tenham afetado o período em que a experiência de perda histórica é baseada e para excluir os efeitos de condições no período histórico que não existem atualmente.

No caso dos créditos individualmente significativos sem evidência objetiva de perda, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica essas operações de crédito em certas categorias de *rating* com base em diversos fatores qualitativos e quantitativos aplicados por meio de modelos desenvolvidos internamente. Considerando o tamanho e as diferentes características de risco de cada contrato, a categoria de *rating* determinada de acordo com os modelos internos pode ser revisada e modificada pelo Comitê de Crédito Corporativo, cujos membros são executivos e especialistas em risco de crédito de grandes empresas. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima perdas inerentes a cada categoria considerando uma abordagem desenvolvida internamente para carteiras com baixa inadimplência, que utiliza a experiência histórica na construção de modelos internos que são usados tanto para estimar a PD (probabilidade de *default*) inadimplência quanto para estimar a LGD (perda dado o *default*).

Para determinar o valor da provisão dos créditos individualmente não significativos, essas operações são segregadas em classes, considerando os riscos relacionados e as características de cada grupo. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é determinada para cada uma dessas classes por meio de um processo que considera a inadimplência histórica e a experiência de prejuízo em operações de crédito nos últimos anos.

Mensuração

A metodologia utilizada para mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa foi desenvolvida pelas áreas de risco de crédito e de finanças no nível corporativo. Entre essas áreas, considerando as diferentes características das carteiras, áreas diferentes são responsáveis por definir a metodologia para mensurar a provisão para cada uma delas: Grandes Empresas (incluindo operações de crédito com evidência objetiva de perda e operações de crédito individualmente significativas, mas sem evidência objetiva de perda), Pessoas Físicas, Micro, Pequenas e Médias Empresas e Unidades Externas América Latina. Cada uma das quatro áreas responsáveis por definir a metodologia para mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa é dividido em grupos: os que desenvolvem a metodologia e os que a validam. Um grupo centralizado na área de risco de crédito é responsável por mensurar a provisão em base recorrente, seguindo as metodologias desenvolvidas e aprovadas para cada uma das quatro áreas.

Essa metodologia está baseada em dois componentes para aferir o montante de provisão: a probabilidade de inadimplência da contraparte (PD) e o potencial de perda econômica que pode ocorrer em caso de inadimplência, sendo a dívida que não pode ser recuperada (LGD) que são aplicáveis aos saldos das operações de crédito em aberto. A mensuração e a avaliação desses componentes de risco fazem parte do processo de concessão de crédito e da gestão da carteira. Os montantes estimados de PD e de LGD são mensurados com base em modelos estatísticos, que consideram um número significativo de variáveis diferentes para cada classe, que incluem receitas, patrimônio líquido, histórico de empréstimos passados, nível de endividamento, setores econômicos que afetam a capacidade de recebimento, outros atributos de cada contraparte, ambiente econômico, entre outros. Esses modelos são atualizados regularmente por conta de mudanças nas condições econômicas e de negócios.

O processo de atualização de um modelo é iniciado quando a área de modelagem identifica que o mesmo não está capturando efeitos significativos nas mudanças das condições econômicas, no desempenho da carteira ou quando é feita alguma alteração na metodologia de apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Quando uma alteração de modelo é processada, o mesmo é validado por meio de *back-testing*, e são aplicados métodos estatísticos para mensurar a sua performance, por meio da análise detalhada de sua documentação, descrevendo passo a passo como o processo é executado. A validação dos modelos é realizada por uma área independente da área que o desenvolveu, que emite um parecer técnico sobre as premissas usadas (integridade, consistência e replicabilidade das bases) e sobre a metodologia matemática empregada. O parecer técnico posteriormente é submetido à CTAM (Comissão Técnica de Avaliação de Modelos), que é a instância máxima para aprovação das revisões dos modelos.

Considerando as diferentes características das operações de crédito em cada uma das áreas (Grandes Empresas (sem evidência objetiva de perda), Pessoas Físicas, Micro, Pequenas e Médias Empresas e Unidades Externas América Latina), áreas diferentes dentro da área de risco de crédito são responsáveis por desenvolver e aprovar as metodologias para operações de crédito em cada uma dessas quatro áreas. A administração acredita que o fato de diferentes áreas focarem em cada uma das quatro carteiras resulta em maior conhecimento, especialização e conscientização das equipes quanto aos fatores que são mais relevantes para cada área na mensuração das perdas em operações de crédito. Também considerando essas diferentes características e outros fatores, dados e informações diferentes são utilizados para estimar a PD e a LGD, conforme detalhado a seguir:

- **Grandes Empresas (sem evidência objetiva de perda)** - Os fatores considerados e os dados utilizados são, principalmente, o histórico de relacionamento com o cliente, os resultados da análise das demonstrações contábeis da empresa e as informações obtidas por meio de contatos frequentes com seus diretores, objetivando o entendimento da estratégia e a qualidade de sua administração. Além disso, também são incluídos na análise os fatores setoriais e macroeconômicos. Todos esses fatores (que são quantitativos e qualitativos) são utilizados como informações para o modelo interno desenvolvido para determinar a categoria de *rating* correspondente. Essa abordagem é aplicada à carteira de crédito de grandes empresas no Brasil e no exterior.
- **Pessoas Físicas** – Os fatores considerados e as informações utilizadas são, principalmente, o histórico de relacionamento com o cliente e as informações disponíveis nos serviços de proteção ao crédito (informações negativas).
- **Micro, Pequenas e Médias Empresas** – Os fatores considerados e as informações utilizadas incluem além do histórico de relacionamento com o cliente e das informações dos serviços de proteção ao crédito sobre a empresa, a especialização do setor e as informações sobre seus acionistas e diretores, entre outros.
- **Unidades Externas América Latina** – Considerando o tamanho relativamente menor desta carteira e sua natureza mais recente, os modelos são mais simples e usam o *status* “vencido” e o *rating* interno do cliente como os principais fatores.

Reversão, *Write-off* e Renegociação

Em um período subsequente, se o montante de perda for reduzido e a redução estiver relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda (tais como a melhoria de *rating* de crédito do devedor) a perda reconhecida anteriormente é revertida. O montante de reversão é reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

Quando um empréstimo é incobrável, este é baixado do Balanço Patrimonial na rubrica Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa. Tais empréstimos são baixados 360 dias após apresentarem atraso nos pagamentos, ou em 540 dias, no caso de empréstimos com prazos remanescentes superiores a 36 meses.

Na quase totalidade dos casos exige-se pelo menos o pagamento de uma parcela nos termos pactuados para que operações renegociadas retornem para a condição de crédito normal. Os empréstimos renegociados retornam à condição de operação de crédito de curso anormal e tem a interrupção no reconhecimento da receita, quando o período de atraso alcança 60 dias após o vencimento sob os termos da renegociação, o que normalmente corresponde ao devedor deixar de realizar dois ou mais pagamentos.

IX- Outros Ativos Financeiros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING apresenta estes ativos, cuja composição está apresentada na Nota 20a, em seu Balanço Patrimonial Consolidado inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

As receitas de juros são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos.

X- Passivos Financeiros ao Custo Amortizado

Os passivos financeiros que não são classificados como a valor justo através do resultado estão classificados nesta categoria e inicialmente são reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. A despesa de juros é apresentada na Demonstração Consolidada do Resultado em Despesas de Juros e Rendimentos.

Os seguintes passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial Consolidado são reconhecidos a custo amortizado:

- Depósitos (Nota 17).
- Captações no Mercado Aberto (Nota 2.4f).
- Recursos de Mercados Interbancários (Nota 19a).
- Recursos de Mercados Institucionais (Nota 19b).
- Obrigações de Planos de Capitalização.
- Outros Passivos Financeiros (Nota 20b).

h) Investimentos em Empresas Associadas e Entidades Controladas em Conjunto

I – Associadas

De acordo com o IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto (*Joint Ventures*), associadas são aquelas empresas nas quais o investidor tem influência significativa, porém não detém o controle. Influência significativa é presumida quando é mantida uma participação no capital votante de 20,0% a 50,0%. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. O investimento em associadas e entidades controladas em conjunto inclui o ágio identificado na aquisição líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

II – Negócios em conjunto

Anteriormente a 1º de Janeiro de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING consolidava proporcionalmente suas participações em entidades controladas em conjunto, conforme requerimentos do IAS 31 – Participações em Empreendimentos em Conjunto. A partir desta data, adotou o IFRS 11 – Negócios em Conjunto, alterando sua política contábil para participações em negócios em conjunto para o método de equivalência patrimonial.

De acordo com o IFRS 11, investimentos em negócios em conjunto são classificados como operações em conjunto ou empreendimentos controlados em conjunto (“*Joint Ventures*”). A classificação depende dos direitos e obrigações contratuais que cada investidor possui ao invés da estrutura legal do negócio em conjunto.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avaliou a natureza de seus negócios em conjunto e concluiu que possui tanto operações em conjunto quanto *joint ventures*. Para as operações em conjunto não houve alteração do tratamento contábil. Já para as *joint ventures*, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adotou a nova política para participações em *joint ventures* de acordo com as provisões de transição do IFRS 11.

Os efeitos da adoção do IFRS 11, que originaram a alteração de política contábil, não geraram impactos significativos nas demonstrações contábeis consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Abaixo estão apresentados os montantes agregados de nossos investimentos, anteriormente consolidados proporcionalmente, que passaram a ser contabilizados pelo método de equivalência patrimonial em 1º de Janeiro de 2013:

	31/12/2013
Total de Ativos ^(*)	31
Total de Passivos ^(*)	7

(*) Composto pelas empresas Olímpia Promoção e Serviços S.A., Rosefield Finance Ltd., MCC Securities Inc. e MCC Corredora de Bolsa.

A participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING nos lucros ou prejuízos de suas associadas e entidades controladas em conjunto pós-aquisição é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. A participação na movimentação em reservas correspondentes do patrimônio líquido de suas associadas e entidades controladas em conjunto é reconhecida em suas reservas do Patrimônio Líquido. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING nas perdas de uma empresa não consolidada for igual ou superior à sua participação em associadas e entidades controladas em conjunto, incluindo quaisquer outros recebíveis, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da empresa não consolidada.

Os ganhos não realizados das operações entre o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas associadas e entidades controladas em conjunto são eliminados na proporção da participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda por redução ao valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das associadas e entidades controladas em conjunto são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Se a participação acionária na empresa não consolidada for reduzida, mas o ITAÚ UNIBANCO HOLDING mantiver influência significativa ou controle compartilhado, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em associadas e entidades controladas em conjunto, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado.

i) Compromissos de Arrendamento Mercantil (como Arrendatário)

Como arrendatário, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem contratos de arrendamento mercantil operacional e financeiro.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado nos quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING detém substancialmente todos os riscos e benefícios de sua propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem e o valor presente dos pagamentos mínimos futuros do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que dessa forma seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros futuros, são incluídas em Outros Passivos Financeiros. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

As despesas por operações de arrendamento operacional são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Quando um arrendamento operacional é terminado antes da expiração do período de arrendamento qualquer pagamento a ser efetuado ao arrendador sob a forma de multa é reconhecido como despesa no período em que a terminação ocorre.

j) Imobilizado

De acordo com o IAS 16 – Imobilizado, o imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas são apresentadas na Nota 15.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados se apropriado ao final de cada período.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia os ativos a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos imobilizados são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar a redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda possa ser determinado de forma confiável.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não reconheceu nos períodos findos em 31/03/2014 e 31/03/2013, perdas por redução ao valor recuperável, referente ao Imobilizado de Uso.

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado nas rubricas Outras Receitas ou Despesas Gerais e Administrativas.

k) Ágio

De acordo com o IFRS 3 (R) – Combinações de Negócios, ágio é o excesso entre o custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data de aquisição. O ágio não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado anualmente ou quando exista indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

Conforme definido no IAS 36, uma unidade geradora de caixa é o menor agrupamento de ativos capazes de gerar fluxos de caixas independentemente das entradas de caixa atribuídas a outros ativos e outros grupos de ativos. O ágio é alocado para as unidades geradoras de fluxo de caixa para propósito do teste do valor recuperável. A alocação é efetuada para aquelas unidades geradoras de caixa em que são esperados benefícios em decorrência da combinação de negócio.

O IAS 36 determina que uma perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida para a unidade geradora de caixa se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil. A perda deve ser alocada para reduzir, primeiramente o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade geradora de caixa e, em seguida, dos outros ativos da unidade em uma base *pro rata* do valor contábil de cada ativo. A perda não pode reduzir o valor contábil de um ativo abaixo do maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e seu valor em uso. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida.

Os ágios oriundos de aquisição de subsidiárias são apresentados no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Ágios.

Os ágios das associadas e entidades controladas em conjunto são apresentados como parte do investimento no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto e a análise do valor recuperável é realizada em relação ao saldo total dos investimentos (incluindo o ágio).

l) Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, incluem softwares e outros ativos e são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando provêm de direitos legais ou contratuais, seu custo pode ser medido confiavelmente e, no caso de intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundos do seu uso. O saldo de Ativos Intangíveis refere-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente.

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados semestralmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia semestralmente seus Ativos Intangíveis a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis, bem como uma possível reversão nas perdas por redução de valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os Ativos Intangíveis são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o IAS 36, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar a redução no valor recuperável os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa. A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

Nos períodos findos em 31/03/2014 e 31/03/2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não reconheceu perdas por redução ao valor recuperável, referentes aos Direitos de Aquisição de Folha de Pagamento e Associações Para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros, causadas por resultados inferiores aos previstos.

Conforme previsto pelo IAS 38, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING elegeu o modelo de custo para mensurar seus ativos intangíveis após seu reconhecimento inicial.

m) Bens Destinados a Venda

Os Bens Destinados à Venda são registrados no Balanço Patrimonial Consolidado quando ocorre sua efetiva apreensão ou intenção de venda. Estes ativos são contabilizados inicialmente pelo menor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para sua venda ou (ii) o valor contábil do empréstimo.

Reduções subsequentes ao valor contábil do ativo são registradas como perdas por redução ao valor justo menos os custos de venda e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Despesas Gerais e Administrativas. Em caso de recuperação do valor justo menos os custos de venda, as perdas reconhecidas podem ser revertidas.

n) Imposto de Renda e Contribuição Social

Existem dois componentes na provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável. O ativo corrente e o passivo corrente são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Ativos Fiscais – Impostos de Renda e Contribuição Social - Correntes e Obrigações Fiscais - Impostos de Renda e Contribuição Social - Correntes, respectivamente.

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. O benefício fiscal dos prejuízos fiscais a compensar é reconhecido como um ativo. Os créditos tributários somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Ativos Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos e Obrigações Fiscais - Diferidas, respectivamente.

A Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Resultado Abrangente Acumulado, tal como: o imposto diferido sobre a mensuração ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda e o imposto sobre hedges de fluxo de caixa. Os impostos diferidos destes itens são inicialmente reconhecidos no Resultado Abrangente Acumulado e posteriormente reconhecidos no resultado conjuntamente com o reconhecimento do ganho/perda originalmente diferido.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica de Despesas Gerais e Administrativas. O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram para efeito de cálculo as respectivas bases conforme a legislação vigente pertinente a cada encargo, que no caso das operações no Brasil são para todos os períodos apresentados.

	31/03/2014
Imposto de Renda	15,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%
Contribuição Social (*)	15,00%

(*) Para operações não financeiras consolidadas nas demonstrações financeiras, a alíquota de contribuição social é 9,00%.

Para determinar o nível adequado de provisões para impostos a serem mantidas para posições tributárias incertas é usada uma abordagem de duas etapas segundo a qual um benefício fiscal é reconhecido se uma posição tiver mais probabilidade de ser sustentada do que de não o ser. O montante do benefício é então mensurado para ser o maior benefício fiscal que tenha mais de 50,0% de probabilidade de ser realizado.

o) Contratos de Seguros e Previdência Privada

O IFRS 4 – Contratos de Seguro define contrato de seguro como um contrato em que o emissor aceita um risco de seguro significativo da contraparte concordando em compensá-lo se um evento futuro incerto específico afetá-lo adversamente.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de suas subsidiárias, emite contratos a clientes que contém riscos de seguros, riscos financeiros ou uma combinação de ambos. Um contrato sob o qual o ITAÚ UNIBANCO HOLDING aceita riscos significativos de seguro de seus clientes e concorda em compensá-los na ocorrência de um evento futuro incerto específico é classificado como contrato de seguro. O contrato de seguro também pode transferir risco financeiro, mas é contabilizado como contrato de seguro se o risco de seguro é significativo.

Conforme permitido pelo IFRS 1, quando da adoção inicial do IFRS, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING decidiu não alterar suas políticas contábeis para contratos de seguros, que seguem as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil (“BRGAAP”).

Contratos de investimento são aqueles que transferem risco financeiro significativo. Risco financeiro é o risco de uma mudança futura em uma ou mais variáveis como taxa de juros, preço dos ativos financeiros, preço das commodities, taxa de câmbio, índice de preços ou juros, classificação de risco de crédito ou índice de crédito ou outra variável.

Os contratos de investimento podem ser reclassificados como contratos de seguro após sua classificação inicial se o risco de seguro tornar-se significativo.

Os contratos de investimento com características de participação discricionária são instrumentos financeiros, mas são tratados como contratos de seguro, conforme previsto pelo IFRS 4.

Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua vida mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados.

A Nota 30 apresenta uma descrição detalhada dos produtos classificados como contratos de seguros.

Planos de Previdência Privada

Segundo o IFRS 4, um contrato de seguros é aquele que expõe o seu emitente a um risco de seguro significativo. O risco de seguro é significativo se, e somente se, o evento segurado possa levar o emitente da apólice a pagar benefícios adicionais significativos em qualquer cenário, excluindo aqueles que não têm substância comercial. Os benefícios adicionais referem-se a montantes que excedem aqueles que seriam pagos se o evento segurado não ocorresse.

Os contratos em que estão previstos benefícios de aposentadoria após o período de acumulação de capital (conhecidos como PGBL, VGBL e FGB) garantem, na data inicial do contrato, as bases para cálculo do benefício de aposentadoria (tábua de mortalidade e juros mínimos). Os contratos especificam as taxas de anuidade e, portanto, transferem o risco de seguro para a emitente no início, sendo classificados como contratos de seguros.

O pagamento de benefício adicional é considerado significativo em todos os cenários com substância comercial, uma vez que a sobrevivência dos beneficiários pode exceder as estimativas de sobrevivência na tábua atuarial utilizada para definição do benefício acordado no contrato. A opção de conversão em um montante fixo a ser pago de forma vitalícia não está disponível. Todos os contratos dão direito à contraparte de escolher o recebimento de uma renda vitalícia.

Prêmios de Seguros

Os prêmios de seguros são contabilizados no decorrer do período de vigência dos contratos na proporção do valor de proteção de seguro fornecido. Os prêmios de seguros são contabilizados como receita na Demonstração Consolidada do Resultado.

Se há evidência de perda por redução ao valor recuperável relacionada aos recebíveis de prêmios de seguros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING constitui uma provisão suficiente para cobrir tal perda com base na análise dos riscos de realização dos prêmios a receber com parcelas vencidas há mais de 60 dias.

Resseguros

Os prêmios de resseguro são reconhecidos durante o mesmo período em que os prêmios de seguros relacionados são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado.

No curso normal dos negócios, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING ressegura uma parcela dos riscos subscritos, particularmente riscos de propriedades e de acidentes que excedam os limites máximos de responsabilidade que entende serem apropriados para cada segmento e produto (após um estudo que leva em consideração o tamanho, a experiência, as especificidades e o capital necessário para suportar esses limites). Esses contratos de resseguros permitem a recuperação de uma parcela dos prejuízos com o ressegurador, embora não liberem o segurador da obrigação principal como segurador direto dos riscos objeto do resseguro.

Os ativos de resseguros são avaliados segundo bases consistentes dos contratos de cessão de riscos, e para os casos de perdas efetivamente pagas eles são reavaliados transcorridos 365 dias quanto à possibilidade de não recuperação. Em casos de dúvida tais ativos são reduzidos pela constituição de provisão para risco de créditos com resseguros.

Custos de Aquisição

Os custos de aquisição incluem os custos diretos e indiretos relacionados à originação de seguros. Estes custos, com exceção das comissões pagas aos corretores e a outros, são lançados diretamente no resultado quando incorridos. Já as comissões são diferidas e lançadas proporcionalmente ao reconhecimento das receitas com prêmios, ou seja, pelo prazo do correspondente contrato de seguro.

Passivos

As reservas para sinistros são estabelecidas com base na experiência histórica, sinistros em processo de pagamento, valores projetados de sinistros incorridos mas ainda não reportados e outros fatores relevantes aos níveis exigidos de reservas. Uma provisão para insuficiência de prêmios é reconhecida se o montante estimado de insuficiência de prêmios excede o custo diferido de aquisição. As despesas relacionadas ao reconhecimento dos passivos de contratos de seguros são registradas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Variações nas Provisões de Seguros e Previdência Privada.

Derivativos Embutidos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING efetua a análise de todos os contratos a fim de avaliar a existência de derivativos embutidos. Nos casos em que tais derivativos atendam a definição de contrato de seguros por si só, não efetuamos sua bifurcação. Não identificamos derivativos embutidos em nossos contratos de seguros que devam ser separados ou mensurados a valor justo de acordo com os requerimentos do IFRS 4.

Teste de Adequação do Passivo

O IFRS 4 requer que as companhias de seguro analisem a adequação de seus passivos de seguros a cada período de apresentação por meio de um teste mínimo de adequação. Realizou-se o teste de adequação dos passivos em IFRS utilizando-se premissas atuariais correntes do fluxo de caixa futuro de todos os contratos de seguro em aberto na data de balanço.

Como resultado deste teste, caso a análise demonstrasse que o valor contábil dos passivos de seguros (deduzindo-se os custos de aquisição diferidos dos contratos e os ativos intangíveis de seguros) fosse inferior ao valor dos fluxos de caixa futuros esperados do contrato, seria contabilizada imediatamente no resultado do período qualquer deficiência identificada. Para a realização do teste de adequação, os contratos de seguros são agrupados em carteiras que estão sujeitas, de forma geral, a riscos similares e cujos riscos são gerenciados conjuntamente como uma única carteira.

Os pressupostos utilizados para realizar o teste de adequação de passivo estão detalhados na Nota 30.

p) Planos de Capitalização

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING comercializa títulos de capitalização nos quais são depositados pelos clientes valores específicos, dependendo do plano, que são resgatáveis pelo montante original adicionado de uma taxa de remuneração. Os clientes participam, durante o prazo do plano, de sorteios de prêmios em dinheiro.

Enquanto que para fins regulatórios no Brasil, os planos de capitalização são regulados pelo mesmo órgão que regula o mercado segurador, estes planos não atendem à definição de contrato de seguro segundo o IFRS 4 e, portanto, foram classificados como um passivo financeiro pelo custo amortizado segundo o IAS 39.

A Receita dos Planos de Capitalização é reconhecida durante o período do contrato e mensurada pela diferença entre o valor depositado pelo cliente e o valor que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a obrigação de reembolsar.

q) Benefícios Pós Emprego

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é obrigado a fazer contribuições para a previdência social pública e plano de indenizações trabalhistas, no Brasil e em outros países onde opera que são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado como parte integrante de Despesas Gerais e Administrativas, quando incorridas. Essas contribuições totalizaram R\$ 392 de 01/01 a 31/03/2014 (R\$ 368 de 01/01 a 31/03/2013).

Adicionalmente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING também patrocina Planos de Benefícios Definidos e Planos de Contribuição Definida, contabilizados de acordo com o IAS 19 – Benefícios aos Empregados até 31 de dezembro de 2012 e de acordo com o IAS 19 (revisado em Junho de 2011) – Benefícios aos Empregados a partir de 1º de janeiro de 2013.

Planos de Pensão – Planos de Benefício Definido

O passivo (ou ativo, conforme o caso) reconhecido no Balanço Patrimonial Consolidado referente aos planos de benefício definido corresponde ao valor presente das obrigações de benefício definido na data menos o valor justo dos ativos do plano. As obrigações de benefício definido são calculadas anualmente por consultoria atuarial independente, utilizando-se o método do crédito unitário projetado. O valor presente das obrigações de benefício definido é determinado descontando-se o valor estimado de fluxos futuros de caixa de pagamentos de benefícios com base em taxas de títulos de longo prazo emitidos pelo tesouro brasileiro denominados em Reais e com prazo de vencimento aproximado ao do passivo do plano de pensão.

Os seguintes montantes são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado:

- Custo de serviço corrente - é o aumento no valor presente das obrigações resultantes de serviços de funcionários no período corrente.
- Juros sobre o valor líquido de ativo (passivo) de plano de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido reconhecido no ativo e no passivo, resultante da passagem do tempo, que compreende a receita de juros sobre ativos do plano, custo de juros sobre a obrigação de plano de benefício definido e juros sobre o efeito do limite do ativo (*asset ceiling*).

Os ganhos e perdas atuariais são resultantes da não aderência das premissas atuariais estabelecidas na última avaliação atuarial em relação ao efetivamente realizado, bem como os efeitos de mudanças em tais premissas. Os ganhos e perdas são reconhecidos integralmente em Outros Resultados Abrangentes.

Planos de Pensão - Contribuição Definida

Para os Planos de Contribuição Definida, as contribuições aos planos efetuadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING por meio de fundos previdenciais, são reconhecidas como despesa, quando devidas.

Outras Obrigações Pós-Emprego

Algumas das empresas adquiridas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING ao longo dos últimos anos patrocinavam planos de benefício de assistência médica pós-aposentadoria e o ITAÚ UNIBANCO HOLDING está comprometido pelos contratos de aquisição a manter tais benefícios por um período específico, assim como em relação aos benefícios concedidos por decisão judicial.

De forma semelhante à dos planos de pensão de benefício definido, essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados, sendo que os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego e os ganhos e perdas decorrentes de ajuste de práticas e mudanças de premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido em outros resultados abrangentes no período em que ocorrem.

r) Plano de Outorga de Opções de Ações

Os planos de outorga de opções de ações são contabilizados de acordo com o IFRS 2 – Pagamento baseado em ações que determina que a entidade calcule o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados, com base no valor justo dos mesmos na data de outorga das opções. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito de exercício dos instrumentos.

O montante total a ser lançado como despesa é determinado pelo valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de qualquer prestação de serviços e condições de carência para performance que não de mercado (especialmente empregados que permaneçam na entidade durante um período de tempo específico). O cumprimento de condições de carência, que não de mercado, estão incluídos nos pressupostos referentes ao número de opções que se espera que sejam exercidas. No final de cada período, a entidade revisa suas estimativas sobre o número de opções que se espera que sejam exercidas, baseados nas condições de carência que não de mercado. É reconhecido o impacto da revisão de estimativas originais, se for o caso, na Demonstração Consolidada do Resultado, com um ajuste correspondente ao Patrimônio Líquido.

Quando as opções são exercidas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING geralmente entrega ações em tesouraria para os beneficiários.

O valor justo das opções de ações é estimado utilizando-se modelos de apreçamento de opções que levam em conta o preço de exercício da opção, a cotação atual, a taxa de juros livre de risco e a volatilidade esperada do preço da ação sobre a vida da opção.

Todos os planos para outorga de opções de ações estabelecidos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING correspondem a planos que podem ser liquidados exclusivamente com a entrega de ações.

s) Garantias Financeiras

De acordo com o IAS 39, o emissor de um contrato de garantia financeira tem uma obrigação e deve reconhecê-la inicialmente pelo seu valor justo. Subsequentemente, essa obrigação deve ser mensurada pelo maior valor entre: (i) o valor inicialmente reconhecido menos a amortização acumulada e (ii) o valor determinado de acordo com o IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconhece no Balanço Patrimonial Consolidado como uma obrigação na rubrica Outros Passivos, na data de sua emissão, o valor justo das garantias emitidas. O valor justo é geralmente representado pela tarifa cobrada do cliente pela emissão da garantia. Esse valor é amortizado pelo prazo da garantia emitida e reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receitas de Prestação de Serviços.

Após a emissão, se com base na melhor estimativa, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING concluir que a ocorrência de uma perda em relação à garantia emitida é provável, e o valor da perda for maior que o valor justo inicial menos amortização acumulada, uma provisão é reconhecida por tal valor.

t) Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes são avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com o IAS 37. Ativos contingentes e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, exceto quando a Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING entende que sua realização é praticamente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos nossos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

As contingências são classificadas como:

- **Prováveis:** para as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Provisões.
- **Possíveis:** as quais são divulgadas nas Demonstrações Contábeis, não sendo nenhuma provisão registrada.
- **Remotas:** as quais não requerem provisão e nem divulgação.

Os passivos contingentes registrados como Provisões e os divulgados como possíveis são quantificados pela melhor estimativa, utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme os critérios detalhados na Nota 32.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

Os passivos contingentes garantidos por cláusulas de indenização estabelecidas por terceiros, por exemplo, em combinações de negócios consumados antes da data de transição, são reconhecidos quando uma demanda é feita, e um valor a receber é reconhecido simultaneamente, quando o pagamento for considerado provável. Para as combinações de negócios consumados após a data de transição, os ativos de indenização são reconhecidos ao mesmo tempo e mensurados na mesma base do item indenizado, sujeitos à possibilidade de recebimento ou às limitações contratuais do valor indenizado.

u) Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais, que para fins contábeis são consideradas como ações ordinárias sem direito a voto, são classificadas no Patrimônio Líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no Patrimônio Líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

v) Ações em Tesouraria

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no Patrimônio Líquido em Ações em Tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Plano de Outorga de Opções de Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria, mensuradas pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada como uma redução ou um aumento no Capital Adicional Integralizado. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas Ações em Tesouraria contra Reservas Integralizadas, pelo preço médio das Ações em Tesouraria na data do cancelamento.

w) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano, ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendos mínimos estabelecido no estatuto social são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. Desde 1º de janeiro de 1996, as empresas brasileiras têm a permissão para atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre seu capital próprio.

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas como uma redução do Patrimônio Líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração Consolidada do Resultado.

Os dividendos foram e continuam sendo calculados e pagos de acordo com as Demonstrações Contábeis preparadas de acordo com o BRGAAP e não com base nas Demonstrações Contábeis Consolidadas preparadas em IFRS.

x) Lucro por Ação

O lucro por ação é calculado pela divisão do Lucro Líquido atribuído aos controladores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O lucro por ação é apresentado com base nas duas classes de ações emitidas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Ambas as classes, ordinárias e preferenciais, participam nos dividendos praticamente na mesma base, exceto pelo fato de as ações preferenciais terem direito à prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual, não cumulativo, de R\$ 0,022 por ação. O lucro por ação é calculado com base nos lucros distribuídos (dividendos e juros sobre o capital próprio) e não distribuídos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING após o reconhecimento do efeito da preferência acima indicado, independentemente de os lucros serem ou não totalmente distribuídos. O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do IAS 33 – Lucro por Ação.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING outorga opções de ações cujo efeito de diluição está refletido no lucro por ação diluído com a aplicação do “método das ações em tesouraria”. Segundo esse método, o lucro por ação é calculado como se todas as opções tivessem sido exercidas e como se os recursos recebidos (fundos a serem recebidos mediante o exercício das opções de ações e do montante de custo de remuneração atribuído aos serviços futuros e ainda não reconhecidos) tivessem sido utilizados para adquirir as próprias ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

y) Receita de Prestação de Serviços

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING presta diversos serviços a seus clientes tais como administração de investimentos, relacionados a cartões de crédito, a banco de investimento e a determinados serviços de banco comercial.

Os serviços relacionados à conta corrente são oferecidos aos clientes em pacotes e individualmente. As receitas são reconhecidas quando tais serviços são prestados.

As receitas de comissões de cartões de crédito são decorrentes da captura destas transações e são apropriadas ao resultado na data de sua captura e processamento.

As receitas de determinados serviços como taxas de administração de fundos, de desempenho, de cobrança para clientes atacado e de custódia, são reconhecidas ao longo da vida dos respectivos contratos de forma linear.

A composição da Receita de Prestação de Serviços está detalhada na Nota 24.

z) Informações por Segmento

O IFRS 8 – Segmentos Operacionais determina que os segmentos operacionais sejam divulgados de maneira consistente com as informações fornecidas ao tomador de decisões operacionais, que é a pessoa ou grupo de pessoas que aloca os recursos aos segmentos e que avalia sua performance. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING considera que seu Comitê Executivo é o tomador de decisões operacionais.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING conta com quatro segmentos de reporte: (i) Banco Comercial - Varejo, (ii) Crédito ao Consumidor - Varejo, (iii) Banco de Atacado e (iv) Atividade com Mercado + Corporação.

As Informações por Segmento estão apresentadas na Nota 34.

Nota 3 – Desenvolvimento de Negócios

a) BSF Holding S.A.

Em 14 de Abril de 2011, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, e o Carrefour Comércio e Indústria Ltda. (“Carrefour”) firmaram contrato de compra e venda de ações para a aquisição de 49,0% do BSF Holding S.A. (“Banco Carrefour”), entidade responsável pela oferta e distribuição, com exclusividade, de produtos e serviços financeiros, securitários e previdenciários nos canais de distribuição do Carrefour Brasil operados com a bandeira “Carrefour” no Brasil. A consumação da operação estava sujeita à aprovação do Banco Central do Brasil, a qual foi obtida em 23 de Abril de 2012 e à transferência das ações da BSF ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING, a qual foi efetuada em 31 de Maio de 2012.

A partir de 31 de Maio de 2012, passamos a contabilizar esta participação na BSF pelo método de equivalência patrimonial (Nota 13) e como transações entre partes relacionadas (Nota 35).

A alocação do diferencial entre o valor do investimento detido na BSF e a participação em seus ativos líquidos, na data de aquisição, está demonstrada abaixo:

Ativos Adquiridos e Passivos Assumidos Identificáveis	
Caixa e Equivalentes a Caixa	1
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	131
Operações de Crédito, Líquido	600
Imobilizado, Líquido	6
Ativos Intangíveis, Líquido	33
Outros Ativos (*)	1.881
Total de Ativos Adquiridos	2.652
Depósitos	312
Captações no Mercado Aberto	94
Provisões	27
Outros passivos (*)	1.738
Total dos Passivos Assumidos	2.171
Ativos Líquidos a Valor Justo – 100,0%	481
Participação Adquirida – 49,0%	236
Preço Pago	816
Ágio	580

(*) Basicamente representado por operações com cartões de crédito.

O ágio apurado na transação é apresentado como parte do investimento na rubrica Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto (Nota 13a) e a análise de seu valor recuperável é realizada em relação ao saldo total dos investimentos (incluindo o ágio).

b) REDE

Em 24 de setembro de 2012, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING concluiu o leilão de oferta pública de aquisição de ações (OPA) para fins de cancelamento do registro de companhia aberta da REDE, nos termos do edital da OPA publicado em 23 de agosto de 2012.

Como resultado do leilão, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adquiriu, por meio de sua subsidiária não financeira Banestado Participações, Administração e Serviços Ltda., 298.989.237 ações ordinárias de emissão da REDE, representativas de 44,4% do capital social, passando a deter 635.474.593 ações ordinárias, representativas de 94,4% de seu capital social. As ações foram adquiridas pelo preço unitário de R\$ 35,00, totalizando o valor de R\$ 10.469.

Com o intuito de concluir a compra da participação minoritária remanescente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adquiriu por meio de sua subsidiária Banestado Participações, Administração e Serviços Ltda., 36.423.856 ações ordinárias (24.207.582 ações em outubro de 2012; 9.893.659 ações em novembro de 2012; e 2.322.615 ações em dezembro de 2012) pelo valor ofertado na OPA de 24 de setembro de 2012

de R\$ 35,00 acrescentado da variação da SELIC do período, resgatou 999.884 ações ordinárias e cancelou 72.372 ações em tesouraria, aumentando a sua participação no capital social de 94,4% para 100,0%, totalizando o valor de R\$ 1.283 (incluindo taxas e corretagens).

No dia 18 de outubro de 2012, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) cancelou o registro da REDE como companhia aberta.

As alterações no patrimônio líquido do ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A., em virtude da compra de ações de não controladores da REDE, são demonstradas abaixo:

	2012
Efeito da alteração de participação	(11.151)
Reconhecimento da receita de imposto de renda diferido por diferenças temporárias ^(*)	3.791
Diminuição do patrimônio líquido pela compra de ações da REDE	(7.360)

() Para as controladas não financeiras a alíquota do Imposto de Renda e da Contribuição Social é de 34,00%.*

c) Associação com o Banco BMG S.A.

Em 09 de Julho de 2012 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING celebrou o Contrato de Associação com o Banco BMG S.A. ("BMG"), visando à oferta, distribuição e comercialização de créditos consignados por meio da constituição de instituição financeira, o Banco Itaú BMG Consignado S.A. ("Itaú BMG Consignado"). Após a obtenção da aprovação prévia necessária para início das operações, emitida pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE em 17 de Outubro de 2012, os documentos finais foram assinados em 13 de Dezembro de 2012 e o Banco BMG passou a ser acionista do Itaú BMG Consignado em 07 de Janeiro de 2013. A conclusão da operação estava sujeita à aprovação do Banco Central do Brasil, a qual foi obtida em 18 de Abril de 2013.

Como resultado desta transação, o patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores aumentou em R\$ 303 no exercício de 2013.

d) Credicard

Em 14 de maio de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING celebrou um contrato de compra e venda de ações e quotas com Banco Citibank, para aquisição do Banco Credicard e da Credicard Promotora de Vendas., pelo valor de R\$ 2.948 milhões (atualizado monetariamente), incluindo a marca "Credicard". A conclusão da operação estava sujeita à aprovação do Banco Central do Brasil, a qual foi obtida em 12 de Dezembro de 2013 e liquidada em 20 de Dezembro de 2013. Será concluída, no decorrer de 2014, a alocação final do diferencial entre o valor pago pela Credicard e a participação em seus ativos líquidos ao valor justo.

O Banco Credicard e a Credicard Promotora de Vendas são entidades responsáveis pela oferta e distribuição de produtos e serviços financeiros da marca "Credicard", principalmente empréstimos pessoais e cartões de crédito.

Em função desta operação, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING passou a consolidar integralmente o Banco Credicard e a Credicard Promotora de Vendas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas a partir de Dezembro de 2013. Os saldos patrimoniais e de resultado referentes a Credicard em 31 de Dezembro de 2013 estão apresentados abaixo:

Ativos Adquiridos e Passivos Assumidos	
Caixa e Equivalentes a Caixa	74
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	183
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	19
Operações de Crédito, Líquido	6.465
Imobilizado, Líquido	18
Ativos Intangíveis, Líquido	317
Outros Valores e Bens e Outros Ativos ⁽¹⁾	1.538
Total de Ativos Adquiridos	8.614
Depósitos	1.942
Outros passivos ⁽²⁾	5.602
Total dos Passivos Assumidos	7.544
Ativos Líquidos	1.070
Preço Pago	2.948
Ágio	1.879

(1) Basicamente representado por créditos tributários.

(2) Basicamente representado por operações com cartões de crédito.

e) **BMG Seguradora S.A.**

Em 25 de Junho de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio do Banco Itaú BMG Consignado S.A. ("JV"), sociedade indiretamente controlada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING, celebrou contrato de compra e venda de ações com controladores do Banco BMG S.A. ("Vendedores"), por meio do qual se comprometeu a adquirir, por meio de uma das controladas da JV, 99,996% das ações de emissão da BMG Seguradora S.A.

A BMG Seguradora gerou R\$ 62,6 milhões em volume de prêmios retidos durante o ano de 2012 e, durante os meses de janeiro a maio de 2013, um volume de prêmios retidos de R\$ 42,4 milhões, 77% acima do volume gerado em igual período de 2012.

A BMG Seguradora celebrou acordos de exclusividade com o Banco BMG S.A. e com a JV para a distribuição de produtos securitários a serem atrelados aos produtos comercializados por esses bancos.

A aprovação do Banco Central do Brasil foi obtida em 19 de Dezembro de 2013 e a operação foi liquidada em 27/01/2014 pelo montante de R\$ 88. A referida aquisição não acarretou efeitos contábeis relevantes nos resultados do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, que consolidou a operação em suas demonstrações contábeis a partir de janeiro de 2014.

Será concluída, no decorrer de 2014, a alocação final do diferencial entre o valor pago e a participação em seus ativos líquidos ao valor justo (*Purchase Price Allocation* - PPA).

f) **Citibank N.A. Uruguay Branch**

Em 28 de Junho de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Banco Itaú Uruguay S.A. ("BIU") firmou contrato definitivo com o Citibank N.A. Uruguay Branch ("Citi"), por meio do qual foram estabelecidas as regras para aquisição pelo BIU da operação de varejo conduzida pelo Citi no Uruguai.

Como resultado da operação, o BIU assumirá uma carteira de mais de 15.000 clientes no Uruguai relacionados à operação de varejo (conta corrente, poupança e depósitos a prazo). Os ativos adquiridos envolvem principalmente as operações de cartão de crédito que o Citi desenvolve no Uruguai sob as bandeiras Visa, Mastercard e Diners, as quais representavam, em 2012, pouco mais de 6% do market share uruguaio.

O valor envolvido na operação em questão não é significativo para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e, portanto, não acarretará efeitos contábeis relevantes em seus resultados.

A concretização da operação estava sujeita à satisfação de determinadas condições precedentes, incluindo a aprovação das autoridades regulatórias competentes, a qual foi obtida em 10 de Dezembro de 2013.

Será concluída, no decorrer de 2014, a alocação final do diferencial entre o valor pago e a participação em seus ativos líquidos ao valor justo (*Purchase Price Allocation* - PPA).

g) **Parceria com a Fiat**

Em 20 de agosto de 2013 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING informou que renovou por mais 10 anos, por meio de sua controlada Itaú Unibanco S.A., o acordo de cooperação comercial que mantém com Fiat Group Automobiles S.p.A. e Fiat Automóveis S.A. ("Fiat"). Esse acordo prevê (i) a exclusividade para a oferta de financiamento em campanhas promocionais da montadora Fiat para venda de automóveis zero quilômetro; e (ii) o uso exclusivo da marca Fiat em atividades relacionadas ao financiamento de veículos.

O valor envolvido na operação não é significativo para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e, portanto, não acarretou efeitos contábeis relevantes em seus resultados.

h) **Itaú CorpBanca**

Em 29 de Janeiro de 2014, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, em conjunto com a sua subsidiária Banco Itaú Chile S.A. ("BIC") celebrou um acordo (*Transaction Agreement*) com o CorpBanca ("CorpBanca") e seus acionistas controladores ("Corp Group") estabelecendo os termos e condições da união das operações do BIC e do CorpBanca Chile no Chile e nas demais jurisdições em que o CorpBanca atua.

A operação será concretizada por meio de (i) aumento do capital do BIC no valor de US\$ 652 milhões a ser realizado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING ou uma de suas subsidiárias, (ii) incorporação do BIC pelo CorpBanca, com o cancelamento das ações do BIC e a emissão de novas ações pelo CorpBanca, na proporção estimada de 85.420,07 ações do CorpBanca para cada 1 ação do BIC, a ser aprovada em assembleia de acionistas do CorpBanca pelo voto afirmativo de 2/3 (dois terços) das ações de emissão do CorpBanca, de forma que as participações no banco resultante da incorporação (a ser denominado "Itaú CorpBanca") sejam de 33,58% para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e de 32,92% para o Corp Group, e (iii) posterior integração do Itaú BBA Colômbia, S.A. às operações do Itaú CorpBanca ou de suas subsidiárias.

O Itaú CorpBanca será controlado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING, que celebrará um acordo de acionistas com o Corp Group no ato de fechamento da operação. Esse acordo de acionistas dará ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING e ao Corp Group o direito de indicarem membros do conselho de administração do Itaú CorpBanca de acordo com suas participações no capital social, tendo esse bloco de acionistas a prerrogativa de eleger a maioria dos membros do conselho de administração e o ITAÚ UNIBANCO HOLDING o direito de eleger a maioria desses membros. Os presidentes dos conselhos de administração do Itaú CorpBanca e de suas subsidiárias serão indicados pelo Corp Group e seus vice-presidentes pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Os executivos do Itaú CorpBanca e de suas subsidiárias serão propostos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e ratificados pelo conselho de administração do Itaú CorpBanca. O acordo de acionistas também preverá o direito do Corp Group de aprovar, em conjunto com o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, determinadas matérias estratégicas do Itaú CorpBanca e conterá disposições sobre a transferência de ações entre ITAÚ UNIBANCO HOLDING e Corp Group e também para terceiros.

Estima-se que a referida operação não acarrete efeitos contábeis relevantes nos resultados do ITAÚ UNIBANCO HOLDING que consolidará o Itaú CorpBanca em suas demonstrações contábeis.

A concretização da operação está sujeita à satisfação de determinadas condições precedentes, incluindo a aprovação pela assembleia de acionistas do CorpBanca mencionada acima e aprovações regulatórias no Brasil, no Chile e na Colômbia, bem como em outras jurisdições aplicáveis nas quais o CorpBanca conduz atividades.

Nota 4 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa, o valor de Caixa e Equivalentes de Caixa é composto pelos seguintes itens:

	31/03/2014	31/12/2013
Disponibilidades	16.030	16.576
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	22.899	18.599
Aplicações no Mercado Aberto	51.098	20.615
Total	90.027	55.790

Os valores referentes a Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto não equivalentes a caixa são de R\$ 7.492 (R\$ 7.061 em 31/12/2013) e R\$ 112.212 (R\$ 117.840 em 31/12/2013), respectivamente.

Nota 5 - Depósitos Compulsórios no Banco Central

	31/03/2014	31/12/2013
Não Remunerados	4.316	5.133
Remunerados	74.965	71.877
Total	79.281	77.010

Nota 6 - Aplicação em Depósitos Interfinanceiros e no Mercado Aberto

	31/03/2014			31/12/2013		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	29.186	1.205	30.391	25.024	636	25.660
Aplicações no Mercado Aberto (*)	163.300	10	163.310	138.260	195	138.455
Total	192.486	1.215	193.701	163.284	831	164.115

(*) O montante de R\$ 5.613 (R\$ 3.333 em 31/12/2013) está dado em garantia de operações na BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e BACEN e R\$ 100.690 (R\$ 96.262 em 31/12/2013) em garantia de operações com compromisso de recompra, em conformidade com as políticas descritas na nota 2.4f.

Nota 7 - Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Designados a Valor Justo Através do Resultado

a) Os Ativos Financeiros Mantidos para Negociação contabilizados pelo seu valor justo são apresentados na tabela a seguir:

	31/03/2014			31/12/2013		
	Custo	Ganhos/ (Perdas) Acumulados Refletidos no Resultado	Valor Justo	Custo	Ganhos/ (Perdas) Acumulados Refletidos no Resultado	Valor Justo
Fundos de Investimento	991	12	1.003	1.062	-	1.062
Títulos Públicos do Governo Brasileiro ^(1a)	83.196	(298)	82.898	112.008	(873)	111.135
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro ^(1b)	2.057	14	2.071	1.900	4	1.904
Títulos Públicos - Outros Países ^(1c)	1.365	9	1.374	680	(1)	679
Argentina	306	2	308	99	-	99
Estados Unidos	622	5	627	12	6	18
México	72	2	74	187	(5)	182
Chile	93	-	93	6	-	6
Uruguai	37	(1)	36	42	(1)	41
Colômbia	235	1	236	225	1	226
Bélgica	-	-	-	109	(2)	107
Títulos de Dívida de Empresas ^(1d)	36.234	12	36.246	34.021	59	34.080
Ações Negociáveis	1.655	(7)	1.648	2.853	43	2.896
Certificado de Recebíveis Imobiliários	10	-	10	12	-	12
Certificado de Depósito Bancário	3.606	-	3.606	3.006	-	3.006
Debêntures	5.020	2	5.022	5.089	8	5.097
Euro Bonds e Assemelhados	1.210	26	1.236	1.270	8	1.278
Letras Financeiras	24.170	-	24.170	21.566	-	21.566
Notas Promissórias	-	-	-	27	-	27
Outros	563	(9)	554	198	-	198
Total ⁽²⁾	123.843	(251)	123.592	149.671	(811)	148.860

(1) Os Ativos Financeiros Mantidos para Negociação dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes eram: a) R\$ 17.343 (R\$ 24.870 em 31/12/2013), b) R\$ 414 (R\$ 429 em 31/12/2013), c) R\$ 120 (R\$ 18 em 31/12/2013) e d) R\$ 487 (R\$ 426 em 31/12/2013), totalizando R\$ 18.364 (R\$ 25.743 em 31/12/2013);

(2) No período, não foram realizadas reclassificações de ativos financeiros mantidos para negociação para outras categorias de ativos financeiros.

O custo / custo amortizado e o valor justo, por vencimento dos Ativos Financeiros Mantidos para Negociação foram os seguintes:

	31/03/2014		31/12/2013	
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Circulante	41.099	41.110	51.301	51.333
Sem vencimento	2.646	2.651	3.915	3.958
Até um ano	38.453	38.459	47.386	47.375
Não Circulante	82.744	82.482	98.370	97.527
De um a cinco anos	70.021	69.745	81.576	81.032
De cinco a dez anos	5.634	5.631	9.068	8.935
Após dez anos	7.089	7.106	7.726	7.560
Total	123.843	123.592	149.671	148.860

Ativos Financeiros Mantidos para Negociação incluem ativos de fundos exclusivos de propriedade da Itaú Vida e Previdência S.A., com um valor justo de R\$ 84.665 (R\$ 82.394 em 31/12/2013). O retorno de tais ativos (positivo ou negativo) é transferido na sua totalidade para clientes de planos PGBL e VGBL, cujas contribuições (líquidas de taxas) são usadas por nossa subsidiária para comprar cotas de tais fundos de investimento.

b) Os Ativos Financeiros designados a Valor Justo através do resultado são apresentados na tabela a seguir:

	31/03/2014		
	Custo	Ganhos/ (Perdas) Acumulados Refletidos no Resultado	Valor Justo
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	219	9	228
Títulos Públicos - Outros Países	106	(1)	105
Total	325	8	333

	31/12/2013		
	Custo	Ganhos/ (Perdas) Acumulados Refletidos no Resultado	Valor Justo
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	355	16	371

O custo ou custo amortizado e o valor justo, por vencimento dos Ativos Financeiros designados a Valor Justo através do resultado foram os seguintes:

	31/03/2014		31/12/2013	
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Circulante	219	228	-	-
Até um ano	219	228	-	-
Não Circulante	106	105	355	371
De um a cinco anos	106	105	-	-
Após dez anos	-	-	355	371

Nota 8 – Derivativos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING negocia instrumentos financeiros derivativos com diversas contrapartes para administrar suas exposições globais e para auxiliar seus clientes a administrar suas próprias exposições.

Futuros - Contratos futuros de taxa de juros e de moedas estrangeiras são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados em dinheiro ou por entrega. O valor nominal representa o valor de face do instrumento relacionado. Contratos futuros de mercadorias ou instrumentos financeiros são compromissos para comprar ou vender mercadorias (principalmente ouro, café e suco de laranja) em uma data futura, por um preço contratado, que são liquidados em dinheiro. O valor referencial representa a quantidade dessas mercadorias multiplicada pelo preço futuro na data do contrato. Para todos os instrumentos são efetuadas liquidações diárias dos movimentos de preços.

Termo - Contratos a termo de juros são contratos para efetuar troca de pagamentos em uma data futura especificada, com base na flutuação em mercado da taxa de juros entre a data da negociação e a data da liquidação do contrato. Contratos a termo de câmbio representam contratos para a troca da moeda de um país pela de outro, por um preço contratado em uma data de liquidação futura acordada. Contratos a termo de instrumentos financeiros são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço contratado e são liquidados em dinheiro.

Swaps - Contratos de swaps de taxa de juros e de câmbio são compromissos para liquidar em dinheiro em uma data ou datas futuras, o diferencial entre dois índices financeiros especificados (duas taxas de juros diferentes em uma única moeda ou duas taxas diferentes cada uma delas em moeda diferente) aplicado sobre um valor referencial de principal. Os contratos de swap apresentados na tabela abaixo em Outros correspondem, principalmente, a contratos de swaps de índices de inflação.

Opções - Contratos de opção dão ao comprador, mediante o pagamento de um prêmio, o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender um instrumento financeiro dentro de um prazo limitado inclusive um fluxo de juros, moedas estrangeiras, mercadorias ou instrumentos financeiros, a um preço contratado que também pode ser liquidado em dinheiro, com base no diferencial entre índices específicos.

Derivativos de Crédito - São instrumentos financeiros cujo valor deriva do risco de crédito associado à dívida emitida por um terceiro (entidade de referência) e permite que uma entidade (comprador da proteção) transfira esse risco a uma contraparte (vendedor da proteção). O vendedor da proteção é obrigado a realizar pagamentos com base no contrato quando a entidade de referência sofrer um evento de crédito, tal como falência, inadimplência ou reestruturação da dívida. O vendedor da proteção recebe um prêmio pela proteção, mas por outro lado recebe o risco de que o instrumento subjacente referenciado no contrato sofra um evento de crédito e tenha que fazer um pagamento ao comprador da proteção que pode chegar ao valor referencial do derivativo de crédito.

O valor total das margens dadas em garantia pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING era de R\$ 6.658 (R\$ 10.385 em 31/12/2013) e estava basicamente composto por títulos públicos.

A tabela a seguir apresenta a composição dos derivativos por indexador:

	Conta de Compensação		Custo Amortizado	Ganhos / (Perdas)	Valor Justo
	Valor Referencial				
	31/03/2014		31/03/2014	31/03/2014	31/03/2014
Contratos de Futuros	500.229		(38)	105	67
Compromissos de Compra	175.843		13	132	145
Moeda Estrangeira	14.491		7	135	142
Mercado Interfinanceiro	121.258		(31)	-	(31)
Prefixados	104		-	-	-
Índices	34.065		37	(3)	34
Títulos	5.710		-	-	-
Commodities	215		-	-	-
Compromissos de Venda	324.386		(51)	(27)	(78)
Moeda Estrangeira	113.508		(7)	(38)	(45)
Mercado Interfinanceiro	150.316		19	-	19
Prefixados	76		-	1	1
Índices	54.522		(63)	10	(53)
Títulos	5.755		-	-	-
Commodities	209		-	-	-
Contratos de Swaps			(3.111)	664	(2.447)
Posição Ativa	520.341		2.586	1.750	4.336
Moeda Estrangeira	14.338		509	328	837
Mercado Interfinanceiro	64.595		494	852	1.346
Prefixados	77.549		684	430	1.114
Pós-Fixados	2.910		51	87	138
Índices	360.923		847	52	899
Títulos	13		-	1	1
Commodities	3		-	-	-
Outros	10		1	-	1
Posição Passiva	523.452		(5.697)	(1.086)	(6.783)
Moeda Estrangeira	22.691		(944)	(191)	(1.135)
Mercado Interfinanceiro	45.378		46	(704)	(658)
Prefixados	106.898		(2.240)	(392)	(2.632)
Pós-Fixados	289.048		(58)	(27)	(85)
Índices	59.054		(2.421)	207	(2.214)
Títulos	127		(78)	21	(57)
Commodities	20		-	-	-
Outros	236		(2)	-	(2)
Contratos de Opções	752.148		(80)	67	(13)
De Compra - Posição Comprada	251.711		930	(90)	840
Moeda Estrangeira	25.051		638	(278)	360
Mercado Interfinanceiro	16.313		68	8	76
Pós-Fixados	50		1	(1)	-
Índices	207.095		180	(1)	179
Títulos	2.708		28	173	201
Commodities	444		10	8	18
Outros	50		5	1	6
De Venda - Posição Comprada	157.938		666	188	854
Moeda Estrangeira	16.825		315	204	519
Mercado Interfinanceiro	24.639		57	(20)	37
Prefixados	27		1	-	1
Pós-Fixados	384		1	-	1
Índices	111.565		81	(43)	38
Títulos	3.901		200	49	249
Commodities	590		11	(2)	9
Outros	7		-	-	-
De Compra - Posição Vendida	151.821		(1.044)	103	(941)
Moeda Estrangeira	26.414		(866)	315	(551)
Mercado Interfinanceiro	10.490		(37)	(25)	(62)
Prefixados	2		-	-	-
Índices	112.314		(107)	(16)	(123)
Títulos	2.288		(20)	(163)	(183)
Commodities	263		(9)	(7)	(16)
Outros	50		(5)	(1)	(6)
De Venda - Posição Vendida	190.678		(632)	(134)	(766)
Moeda Estrangeira	15.428		(305)	(139)	(444)
Mercado Interfinanceiro	21.754		(53)	9	(44)
Prefixados	2		-	-	-
Índices	149.674		(86)	49	(37)
Títulos	3.413		(181)	(52)	(233)
Commodities	400		(7)	(1)	(8)
Outros	7		-	-	-

	Conta de			
	Compensação	Custo Amortizado	Ganhos / (Perdas)	Valor Justo
	Valor Referencial			
	31/03/2014	31/03/2014	31/03/2014	31/03/2014
Contratos a Termo	48.148	997	87	1.084
Compras a Receber	4.093	601	90	691
Moeda Estrangeira	3.452	90	90	180
Prefixados	97	97	-	97
Pós-Fixados	369	369	-	369
Títulos	29	29	2	31
Commodities	146	16	(2)	14
Obrigações por Compra a Pagar	9.298	(958)	77	(881)
Moeda Estrangeira	9.198	(460)	77	(383)
Prefixados	-	(97)	-	(97)
Pós-Fixados	-	(369)	-	(369)
Títulos	-	(29)	-	(29)
Commodities	100	(3)	-	(3)
Vendas a Receber	18.445	2.379	(42)	2.337
Moeda Estrangeira	9.293	383	(43)	340
Mercado Interfinanceiro	7.169	4	1	5
Prefixados	411	467	-	467
Pós-Fixados	236	236	-	236
Títulos	1.307	1.286	-	1.286
Commodities	29	3	-	3
Obrigações por Venda a Entregar	16.312	(1.025)	(38)	(1.063)
Moeda Estrangeira	2.435	(99)	(48)	(147)
Mercado Interfinanceiro	13.829	-	(1)	(1)
Prefixados	-	(411)	-	(411)
Pós-Fixados	-	(236)	-	(236)
Títulos	-	(276)	11	(265)
Commodities	48	(3)	-	(3)
Derivativos de Crédito	9.001	(9)	65	56
Posição Ativa	4.060	155	101	256
Prefixados	3.152	155	85	240
Títulos	696	-	11	11
Outros	212	-	5	5
Posição Passiva	4.941	(164)	(36)	(200)
Prefixados	3.779	(153)	(14)	(167)
Títulos	1.130	(11)	(21)	(32)
Outros	32	-	(1)	(1)
Forwards	62.538	(8)	20	12
Posição Ativa	29.651	890	26	916
Moeda Estrangeira	29.470	885	26	911
Índices	163	5	-	5
Títulos	18	-	-	-
Posição Passiva	32.887	(898)	(6)	(904)
Moeda Estrangeira	32.852	(896)	(6)	(902)
Índices	35	(2)	-	(2)
Swap com Verificação	1.584	(78)	(45)	(123)
Posição Ativa - Mercado Interfinanceiro	753	-	-	-
Posição Passiva	831	(78)	(45)	(123)
Moeda Estrangeira	779	(78)	(44)	(122)
Mercado Interfinanceiro	52	-	(1)	(1)
Verificação de Swap - Posição Ativa - Moeda Estrangeira	838	-	68	68
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	6.539	166	(39)	127
Posição Ativa	4.728	501	(4)	497
Moeda Estrangeira	725	31	4	35
Prefixados	1.214	374	-	374
Títulos	2.762	96	(8)	88
Outros	27	-	-	-
Posição Passiva	1.811	(335)	(35)	(370)
Moeda Estrangeira	438	(17)	(18)	(35)
Prefixados	-	(317)	-	(317)
Títulos	1.156	(1)	(13)	(14)
Outros	217	-	(4)	(4)
	Ativo	8.670	2.192	10.862
	Passivo	(10.831)	(1.200)	(12.031)
	Total	(2.161)	992	(1.169)

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

Compensação - Valor Referencial	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	31/03/2014
Contrato de Futuros	64.610	207.963	89.151	138.505	500.229
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	24.269	36.879	23.225	433.382	517.755
Contratos de Opções	99.407	558.625	79.577	14.539	752.148
Contratos a Termo	9.471	26.547	8.537	3.593	48.148
Derivativos de Crédito	252	1.705	1.054	5.990	9.001
Forwards	28.210	24.203	8.223	1.902	62.538
Swaps com Verificação	-	-	52	701	753
Verificação de Swap	-	-	65	773	838
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	81	1.581	1.238	3.639	6.539

A tabela a seguir apresenta a composição dos derivativos por indexador:

	Conta de Compensação		Custo Amortizado	Ganhos / (Perdas)	Valor Justo
	Valor Referencial				
	31/12/2013		31/12/2013	31/12/2013	31/12/2013
Contratos de Futuros	427.507		(212)	179	(33)
Compromissos de Compra	94.038		74	221	295
Moeda Estrangeira	6.248		27	222	249
Mercado Interfinanceiro	65.934		7	(1)	6
Índices	16.775		40	-	40
Títulos	4.910		-	-	-
Commodities	164		-	-	-
Outros	7		-	-	-
Compromissos de Venda	333.469		(286)	(42)	(328)
Moeda Estrangeira	106.857		(2)	(43)	(45)
Mercado Interfinanceiro	177.323		(27)	1	(26)
Prefixados	84		-	1	1
Índices	42.746		(257)	(1)	(258)
Títulos	6.371		-	-	-
Commodities	78		-	-	-
Outros	10		-	-	-
Contratos de Swaps			(2.249)	580	(1.669)
Posição Ativa	297.381		2.434	2.008	4.442
Moeda Estrangeira	12.209		917	306	1.223
Mercado Interfinanceiro	60.465		44	823	867
Prefixados	56.717		577	611	1.188
Pós-Fixados	106.590		72	117	189
Índices	61.344		824	149	973
Títulos	50		-	-	-
Commodities	3		-	-	-
Outros	3		-	2	2
Posição Passiva	299.630		(4.683)	(1.428)	(6.111)
Moeda Estrangeira	20.340		(1.440)	(208)	(1.648)
Mercado Interfinanceiro	43.773		49	(714)	(665)
Prefixados	70.318		(1.344)	(188)	(1.532)
Pós-Fixados	4.365		(68)	(85)	(153)
Índices	160.534		(1.777)	(259)	(2.036)
Títulos	143		(86)	23	(63)
Commodities	6		-	-	-
Outros	151		(17)	3	(14)
Contratos de Opções	1.182.380		287	(491)	(204)
De Compra - Posição Comprada	234.552		1.216	107	1.323
Moeda Estrangeira	22.409		765	57	822
Mercado Interfinanceiro	30.075		166	(58)	108
Pós-Fixados	96		1	(1)	-
Índices	178.617		244	(47)	197
Títulos	2.943		31	155	186
Commodities	367		5	3	8
Outros	45		4	(2)	2
De Venda - Posição Comprada	393.502		651	(257)	394
Moeda Estrangeira	18.079		205	(110)	95
Mercado Interfinanceiro	34.199		32	(24)	8
Prefixados	28		1	-	1
Pós-Fixados	500		1	-	1
Índices	334.616		210	(170)	40
Títulos	5.808		196	45	241
Commodities	261		5	2	7
Outros	11		1	-	1
De Compra - Posição Vendida	170.271		(1.131)	(433)	(1.564)
Moeda Estrangeira	18.717		(909)	(147)	(1.056)
Mercado Interfinanceiro	12.498		(37)	(31)	(68)
Prefixados	2		-	-	-
Índices	136.645		(161)	(103)	(264)
Títulos	2.237		(17)	(153)	(170)
Commodities	132		(3)	(1)	(4)
Outros	40		(4)	2	(2)
De Venda - Posição Vendida	384.055		(449)	92	(357)
Moeda Estrangeira	10.582		(161)	109	(52)
Mercado Interfinanceiro	52.354		(21)	9	(12)
Prefixados	2		-	-	-
Índices	317.387		(73)	25	(48)
Títulos	3.208		(188)	(50)	(238)
Commodities	511		(5)	(1)	(6)
Outros	11		(1)	-	(1)

	Conta de			
	Compensação	Custo Amortizado	Ganhos / (Perdas)	Valor Justo
	Valor Referencial			
	31/12/2013	31/12/2013	31/12/2013	31/12/2013
Contratos a Termo	58.960	1.416	37	1.453
Compras a Receber	9.282	954	128	1.082
Moeda Estrangeira	8.786	480	128	608
Prefixados	128	128	-	128
Pós-Fixados	346	345	-	345
Commodities	22	1	-	1
Obrigações por Compra a Pagar	1.611	(497)	5	(492)
Moeda Estrangeira	1.577	(20)	6	(14)
Prefixados	-	(128)	-	(128)
Pós-Fixados	-	(347)	-	(347)
Commodities	34	(2)	(1)	(3)
Vendas a Receber	27.664	2.243	(10)	2.233
Moeda Estrangeira	3.246	38	(14)	24
Mercado Interfinanceiro	22.482	179	4	183
Prefixados	725	861	-	861
Pós-Fixados	149	149	-	149
Títulos	1.035	1.011	-	1.011
Commodities	27	5	-	5
Obrigações por Venda a Entregar	20.403	(1.284)	(86)	(1.370)
Moeda Estrangeira	8.542	(400)	(89)	(489)
Mercado Interfinanceiro	11.842	-	(1)	(1)
Prefixados	-	(731)	-	(731)
Pós-Fixados	-	(149)	-	(149)
Commodities	19	(4)	4	-
Derivativos de Crédito	25.300	151	144	295
Posição Ativa	13.852	604	82	686
Prefixados	12.973	604	63	667
Títulos	659	-	13	13
Outros	220	-	6	6
Posição Passiva	11.448	(453)	62	(391)
Moeda Estrangeira	2.544	(67)	(17)	(84)
Prefixados	7.724	(386)	108	(278)
Títulos	1.155	-	(28)	(28)
Outros	25	-	(1)	(1)
Forwards	50.737	(32)	27	(5)
Posição Ativa	20.900	533	22	555
Moeda Estrangeira	20.775	530	22	552
Pós-Fixados	98	1	-	1
Índices	27	2	-	2
Posição Passiva	29.837	(565)	5	(560)
Moeda Estrangeira	29.774	(564)	5	(559)
Índices	63	(1)	-	(1)
Swap com Verificação	1.647	(103)	(42)	(145)
Posição Ativa - Mercado Interfinanceiro	772	-	-	-
Posição Passiva	875	(103)	(42)	(145)
Moeda Estrangeira	810	(103)	(41)	(144)
Mercado Interfinanceiro	65	-	(1)	(1)
Verificação de Swap - Posição Ativa - Moeda Estrangeira	886	-	88	88
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	7.093	195	(14)	181
Posição Ativa	5.602	536	27	563
Moeda Estrangeira	509	25	6	31
Prefixados	1.256	400	8	408
Títulos	3.824	111	13	124
Outros	13	-	-	-
Posição Passiva	1.491	(341)	(41)	(382)
Moeda Estrangeira	482	(13)	(22)	(35)
Prefixados	-	(328)	(1)	(329)
Títulos	777	-	(14)	(14)
Outros	232	-	(4)	(4)
	Ativo	9.171	2.195	11.366
	Passivo	(9.718)	(1.687)	(11.405)
	Total	(547)	508	(39)

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

Compensação - Valor Referencial	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	31/12/2013
Contrato de Futuros	98.979	111.667	54.054	162.807	427.507
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	10.220	19.984	33.462	231.281	294.947
Contratos de Opções	900.047	103.711	153.069	25.553	1.182.380
Contratos a Termo	9.900	32.131	10.889	6.040	58.960
Derivativos de Crédito	257	1.648	613	22.782	25.300
Forwards	20.418	21.734	6.390	2.195	50.737
Swaps com Verificação	8	7	51	706	772
Verificação de Swap	9	9	67	801	886
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	23	1.027	1.417	4.626	7.093

Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento demonstrada pelo seu valor justo e por prazo de vencimento.

	31/03/2014							
	Valor Justo	%	0-30 dias	31-90 dias	91-180 dias	181-365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias
Ativo								
Contrato de Futuros - BM&F Bovespa	67	0,6	66	-	-	-	1	-
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber	4.336	39,8	157	164	259	593	715	2.448
BM&FBOVESPA	288	2,7	37	15	12	30	21	173
Instituições Financeiras	1.028	9,5	2	2	43	138	120	723
Empresas	2.682	24,5	118	147	194	420	336	1.467
Pessoas Físicas	338	3,1	-	-	10	5	238	85
Contratos de Opções	1.694	15,6	363	155	486	422	138	130
BM&FBOVESPA	735	6,8	131	33	326	167	78	-
Instituições Financeiras	727	6,7	190	84	130	196	60	67
Empresas	232	2,1	42	38	30	59	-	63
Contratos a Termo	3.028	27,9	1.667	460	396	142	37	326
BM&FBOVESPA	1.016	9,4	381	319	296	20	-	-
Instituições Financeiras	121	1,1	65	27	2	27	-	-
Empresas	1.890	17,4	1.221	114	98	94	37	326
Pessoas Físicas	1	0,0	-	-	-	1	-	-
Derivativos de Crédito - Instituições Financeiras	256	2,4	-	-	-	1	4	251
Forwards	916	8,5	379	207	117	117	48	48
Instituições Financeiras	484	4,5	228	60	61	84	20	31
Empresas	423	3,9	150	147	49	33	27	17
Pessoas Físicas	9	0,1	1	-	7	-	1	-
Verificação de Swap - Empresas	68	0,6	-	-	-	-	5	63
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	497	4,6	1	1	304	39	42	110
Instituições Financeiras	455	4,2	-	-	303	15	38	99
Empresas	42	0,4	1	1	1	24	4	11
Total (*)	10.862	100,0	2.633	987	1.562	1.314	990	3.376
% por prazo de vencimento			24,2	9,1	14,4	12,1	9,1	31,1

(*) Do total da carteira ativa de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ 6.496 referem-se ao circulante e R\$ 4.366 ao não circulante.

Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento demonstrada pelo seu valor justo e por prazo de vencimento.

	31/12/2013							
	Valor Justo	%	0-30 dias	31-90 dias	91-180 dias	181-365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias
Ativo								
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber	4.442	39,1	396	242	168	335	865	2.436
BM&FBOVESPA	350	3,1	2	46	63	19	41	179
Instituições Financeiras	1.141	10,0	225	5	3	47	180	681
Empresas	2.692	23,7	168	187	102	260	448	1.527
Pessoas Físicas	259	2,3	1	4	-	9	196	49
Contratos de Opções	1.717	15,1	423	130	149	698	187	130
BM&FBOVESPA	1.052	9,3	336	40	16	536	124	-
Instituições Financeiras	446	3,9	78	62	75	117	63	51
Empresas	219	1,9	9	28	58	45	-	79
Contratos a Termo	3.315	29,1	2.018	455	361	232	184	65
BM&FBOVESPA	1.195	10,5	424	381	273	117	-	-
Instituições Financeiras	857	7,5	726	2	6	2	120	1
Empresas	1.261	11,1	868	71	82	113	63	64
Pessoas Físicas	2	0,0	-	1	-	-	1	-
Derivativos de Crédito - Instituições Financeiras	686	6,0	-	658	1	1	4	22
Forwards	555	4,9	96	186	65	73	84	51
Instituições Financeiras	427	3,8	80	149	31	52	70	45
Empresas	126	1,1	16	37	34	19	14	6
Pessoas Físicas	2	0,0	-	-	-	2	-	-
Verificação de Swap - Empresas	88	0,8	-	-	-	1	7	80
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	563	5,0	-	-	4	335	79	145
Instituições Financeiras	520	4,6	-	-	1	334	55	130
Empresas	43	0,4	-	-	3	1	24	15
Total (*)	11.366	100,0	2.933	1.671	748	1.675	1.410	2.929
% por prazo de vencimento			25,8	14,7	6,6	14,7	12,4	25,8

(*) Do total da carteira ativa de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ 7.027 referem-se ao circulante e R\$ 4.339 ao não circulante.

31/03/2014

	Valor Justo	%	0 - 30 dias	31 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias
Passivo								
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	(6.783)	56,5	(130)	(110)	(408)	(370)	(924)	(4.841)
BM&FBOVESPA	(435)	3,6	(8)	(3)	(57)	(42)	(139)	(186)
Instituições Financeiras	(940)	7,8	(10)	(4)	(19)	(142)	(157)	(608)
Empresas	(2.654)	22,2	(112)	(102)	(327)	(171)	(439)	(1.503)
Pessoas Físicas	(2.754)	22,9	-	(1)	(5)	(15)	(189)	(2.544)
Contratos de Opções	(1.707)	14,1	(212)	(220)	(422)	(484)	(209)	(160)
BM&FBOVESPA	(618)	5,1	(43)	(30)	(329)	(193)	(23)	-
Instituições Financeiras	(823)	6,8	(128)	(162)	(74)	(225)	(142)	(92)
Empresas	(266)	2,2	(41)	(28)	(19)	(66)	(44)	(68)
Contratos a Termo	(1.944)	16,1	(1.307)	(122)	(44)	(101)	(79)	(291)
BM&FBOVESPA	(1)	0,0	-	(1)	-	-	-	-
Instituições Financeiras	(125)	1,0	(66)	(2)	(1)	(56)	-	-
Empresas	(1.818)	15,1	(1.241)	(119)	(43)	(45)	(79)	(291)
Derivativos de Crédito	(200)	1,7	-	-	-	(5)	(19)	(176)
Instituições Financeiras	(187)	1,6	-	-	-	(5)	(6)	(176)
Empresas	(13)	0,1	-	-	-	-	(13)	-
Forwards	(904)	7,5	(418)	(161)	(140)	(150)	(22)	(13)
Instituições Financeiras	(711)	5,9	(377)	(125)	(89)	(112)	(8)	-
Empresas	(193)	1,6	(41)	(36)	(51)	(38)	(14)	(13)
Swap com Verificação - Empresas	(123)	1,0	-	-	-	(1)	(19)	(103)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	(370)	3,1	(1)	-	(317)	(3)	(5)	(44)
Instituições Financeiras	(319)	2,7	-	-	(317)	(2)	-	-
Empresas	(51)	0,4	(1)	-	-	(1)	(5)	(44)
Total (*)	(12.031)	100,0	(2.068)	(613)	(1.331)	(1.114)	(1.277)	(5.628)
% por prazo de vencimento			17,2	5,1	11,1	9,3	10,6	46,7

(*) Do total da carteira passiva de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ (5.126) referem-se ao circulante e R\$ (6.905) ao não circulante.

	31/12/2013							
	Valor Justo	%	0 - 30 dias	31 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias
Passivo								
Contrato de Futuros - BM&FBOVESPA	(33)	0,3	-	-	-	-	-	(33)
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	(6.111)	53,6	(361)	(123)	(300)	(662)	(1.076)	(3.589)
BM&FBOVESPA	(514)	4,5	(81)	(1)	(10)	(74)	(150)	(198)
Instituições Financeiras	(903)	7,9	(72)	(22)	(13)	(67)	(253)	(476)
Empresas	(3.305)	29,0	(207)	(100)	(276)	(520)	(541)	(1.661)
Pessoas Físicas	(1.389)	12,2	(1)	-	(1)	(1)	(132)	(1.254)
Contratos de Opções	(1.921)	16,8	(406)	(124)	(201)	(733)	(316)	(141)
BM&FBOVESPA	(1.086)	9,5	(328)	(48)	(54)	(560)	(95)	(1)
Instituições Financeiras	(640)	5,6	(76)	(55)	(107)	(136)	(176)	(90)
Empresas	(195)	1,7	(2)	(21)	(40)	(37)	(45)	(50)
Contratos a Termo	(1.862)	16,3	(1.482)	(94)	(72)	(63)	(116)	(35)
BM&FBOVESPA	(1)	0,0	-	(1)	-	-	-	-
Instituições Financeiras	(696)	6,1	(694)	-	(2)	-	-	-
Empresas	(1.165)	10,2	(788)	(93)	(70)	(63)	(116)	(35)
Derivativos de Crédito	(391)	3,5	(6)	(253)	-	(3)	(24)	(105)
Instituições Financeiras	(373)	3,3	(6)	(253)	-	(3)	(13)	(98)
Empresas	(18)	0,2	-	-	-	-	(11)	(7)
Forwards	(560)	4,9	(166)	(139)	(86)	(100)	(46)	(23)
Instituições Financeiras	(339)	3,0	(125)	(100)	(44)	(52)	(18)	-
Empresas	(219)	1,9	(40)	(39)	(41)	(48)	(28)	(23)
Pessoas Físicas	(2)	0,0	(1)	-	(1)	-	-	-
Swap com Verificação - Empresas	(145)	1,3	-	-	-	(1)	(22)	(122)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	(382)	3,3	-	-	(1)	(330)	(7)	(44)
Instituições Financeiras	(333)	2,9	-	-	-	(329)	(2)	(2)
Empresas	(49)	0,4	-	-	(1)	(1)	(5)	(42)
Total (*)	(11.405)	100,0	(2.421)	(733)	(660)	(1.892)	(1.607)	(4.092)
% por prazo de vencimento			21,2	6,4	5,8	16,6	14,1	35,8

(*) Do total da carteira passiva de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ (5.706) referem-se ao circulante e R\$ (5.699) ao não circulante.

a) Informações sobre Derivativos de Crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING compra e vende proteção de crédito predominantemente relacionada a títulos privados de empresas brasileiras, visando atender a necessidades de seus clientes. Quando o ITAÚ UNIBANCO HOLDING vende proteção de crédito, a exposição para uma dada entidade de referência pode ser compensada, parcial ou totalmente, por um contrato de compra de proteção de crédito de outra contraparte para a mesma entidade de referência ou entidade similar. Os derivativos de crédito em que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING é vendedor de proteção são *credit default swaps* e *total return swaps*.

Credit Default Swaps – CDS

CDS são derivativos de crédito em que, na ocorrência de um evento de crédito com respeito à entidade de referência, conforme os termos do contrato, o comprador da proteção tem direito a receber do vendedor da proteção o valor equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo da obrigação na data da liquidação do contrato, também conhecido como valor recuperado. O comprador da proteção não precisa deter o instrumento de dívida da entidade de referência para que receba os montantes devidos conforme os termos do contrato de CDS quando um evento de crédito ocorre.

Total Return Swap – TRS

TRS é uma transação na qual uma parte troca o retorno total de uma entidade de referência ou de uma cesta de ativos por fluxos de caixa periódicos, comumente juros e uma garantia contra perda de capital. Em um contrato TRS as partes não transferem a propriedade dos ativos.

A tabela abaixo apresenta a carteira de derivativos de crédito na qual o ITAÚ UNIBANCO HOLDING vende proteção a terceiros, por vencimento, e o potencial máximo de pagamentos futuros, bruto de quaisquer garantias, bem como a classificação por instrumento, risco e entidade de referência.

31/03/2014					
	Potencial Máximo de Pagamentos Futuros, Bruto	Antes de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Por Instrumento					
CDS	5.767	1.467	1.724	1.614	962
TRS	1.423	1.412	11	-	-
Total por Instrumento	7.190	2.879	1.735	1.614	962
Por Classificação de Risco					
Grau de Investimento	7.190	2.879	1.735	1.614	962
Total por Risco	7.190	2.879	1.735	1.614	962
Por Entidade de Referência					
Entidades Privadas	7.190	2.879	1.735	1.614	962
Total por Entidade	7.190	2.879	1.735	1.614	962

31/12/2013					
	Potencial Máximo de Pagamentos Futuros, Bruto	Antes de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Por Instrumento					
CDS	12.249	1.012	2.375	8.463	399
TRS	1.473	1.462	11	-	-
Total por Instrumento	13.722	2.474	2.386	8.463	399
Por Classificação de Risco					
Grau de Investimento	13.722	2.474	2.386	8.463	399
Total por Risco	13.722	2.474	2.386	8.463	399
Por Entidade de Referência					
Entidades Privadas	13.722	2.474	2.386	8.463	399
Total por Entidade	13.722	2.474	2.386	8.463	399

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia o risco do derivativo de crédito com base nas classificações de crédito atribuídas à entidade de referência, dado por agências de classificação de risco independentes. São consideradas como grau de investimento aquelas entidades cujo risco de crédito é classificado como Baa3 ou superior, conforme a classificação da Moody's, e BBB- ou superior, pela classificação da Standard & Poor's e da Fitch Ratings. A perda potencial máxima que pode ser incorrida com o derivativo de crédito se baseia no valor contratual do derivativo (*notional*). O ITAÚ UNIBANCO HOLDING acredita, com base em sua experiência histórica, que o montante de perda potencial máxima não representa o nível de perda real. Isso porque, caso ocorra um evento de perda, o montante da perda potencial máxima deverá ser reduzido do valor notional pelo valor recuperável.

Os derivativos de crédito vendidos não estão cobertos por garantias, sendo que, durante o período, O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não incorreu em nenhum evento de perda relativo a qualquer contrato de derivativos de crédito.

A tabela a seguir apresenta o valor nominal dos derivativos de crédito comprados que possuem valores subjacentes idênticos àqueles que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING atua como vendedor da proteção.

31/03/2014			
	Valor Nominal da Proteção Vendida	Valor Nominal da Proteção Comprada com Valor Subjacente Idêntico	Posição Líquida
CDS	(5.767)	1.811	(3.956)
TRS	(1.423)	-	(1.423)
Total	(7.190)	1.811	(5.379)

31/12/2013			
	Valor Nominal da Proteção Vendida	Valor Nominal da Proteção Comprada com Valor Subjacente Idêntico	Posição Líquida
CDS	(12.249)	11.578	(671)
TRS	(1.473)	-	(1.473)
Total	(13.722)	11.578	(2.144)

b) Instrumentos Financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e acordos similares

Os quadros a seguir apresentam os ativos e passivos financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e acordos similares e a forma como esses ativos e passivos financeiros estão apresentados nas demonstrações contábeis do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Estes quadros também refletem os valores das garantias concedidas ou recebidas em relação aos ativos e passivos financeiros sujeitos aos mencionados acordos e que não foram apresentados em base líquida, de acordo com o IAS 32.

Ativos financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e a acordos similares:

31/03/2014						
	Montante bruto dos ativos financeiros reconhecidos ⁽¹⁾	Montante bruto reconhecido de forma líquida no Balanço Patrimonial	Montante líquido dos ativos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Montante relacionado não compensado no Balanço Patrimonial ⁽²⁾		Total
				Instrumentos Financeiros ⁽³⁾	Garantias Recebidas em Espécie	
Operações Compromissadas	163.310	-	163.310	(332)	-	162.978
Instrumentos Financeiros Derivativos	11.614	(752)	10.862	(1.654)	(287)	8.921

31/12/2013						
	Montante bruto dos ativos financeiros reconhecidos ⁽¹⁾	Montante bruto reconhecido de forma líquida no Balanço Patrimonial	Montante líquido dos ativos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Montante relacionado não compensado no Balanço Patrimonial ⁽²⁾		Total
				Instrumentos Financeiros ⁽³⁾	Garantias Recebidas em Espécie	
Operações Compromissadas	138.455	-	138.455	(957)	(3)	137.495
Instrumentos Financeiros Derivativos	12.149	(783)	11.366	(3.599)	(429)	7.338

Passivos financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e a acordos similares:

31/03/2014						
	Montante bruto dos ativos financeiros reconhecidos ⁽¹⁾	Montante bruto reconhecido de forma líquida no Balanço Patrimonial	Montante líquido dos passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Montante relacionado não compensado no Balanço Patrimonial ⁽²⁾		Total
				Instrumentos Financeiros ⁽³⁾	Garantias Recebidas em Espécie	
Operações Compromissadas	258.839	-	258.839	(11.933)	-	246.906
Instrumentos Financeiros Derivativos	12.031	-	12.031	(1.654)	-	10.377

31/12/2013						
	Montante bruto dos ativos financeiros reconhecidos ⁽¹⁾	Montante bruto reconhecido de forma líquida no Balanço Patrimonial	Montante líquido dos passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Montante relacionado não compensado no Balanço Patrimonial ⁽²⁾		Total
				Instrumentos Financeiros ⁽³⁾	Garantias Recebidas em Espécie	
Operações Compromissadas	266.682	-	266.682	(12.707)	(35)	253.940
Instrumentos Financeiros Derivativos	11.405	-	11.405	(2.258)	(686)	8.461

(1) Inclui montantes de acordos master de compensação e similares executáveis e não executáveis.

(2) Limitado aos valores sujeitos a acordos master de compensação e similares executáveis.

(3) Inclui valores sujeitos a acordos master de compensação e similares executáveis e garantias em instrumentos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros são apresentados de forma líquida no Balanço Patrimonial somente quando existe um direito legalmente exequível de compensar os montantes reconhecidos e existe a intenção de liquidá-los em base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Os Instrumentos Financeiros Derivativos e as Operações Compromissadas não compensados no Balanço Patrimonial referem-se a operações nas quais existem acordos master de compensação ou acordos similares executáveis, mas que não atendem aos critérios de compensação do parágrafo 42 do IAS 32, principalmente porque o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não tem a intenção de liquidá-los em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Nota 9 – Hedge Contábil

O *hedge* contábil varia de acordo com a natureza do objeto de *hedge* e da transação. Os derivativos podem ser qualificados como instrumento de *hedge*, para fins contábeis, se são designados como instrumentos de *hedge* de valor justo, fluxo de caixa ou de investimento líquido de operações no exterior.

Hedge de Fluxo de Caixa

Para proteger a variação de fluxos de caixa futuros de pagamentos de juros e a exposição a taxa de câmbio futura, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza contratos de futuros DI, negociados na BM&FBOVESPA, relativos a certos passivos pós fixados, denominados em Reais, e *swaps* de taxas de juros, relativos a ações preferenciais resgatáveis, denominadas em Dólares, emitidas por uma de nossas subsidiárias e, contratos de Futuro DDI, negociados na BM&FBOVESPA, relativos a transações previstas altamente prováveis, denominadas em dólares.

Nos contratos de Futuros DI, um pagamento (recebimento) líquido é feito pela diferença entre um montante computado e multiplicado pelo CDI e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa. No *swap* de taxa de juros, um pagamento (recebimento) líquido é feito pela diferença entre o montante computado e multiplicado pela *LIBOR* e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa. Nos contratos de Futuro DDI, o ganho (perda) de variação cambial é apurado pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre Dólar e Real.

As estratégias de *hedge* de fluxo de caixa do ITAÚ UNIBANCO HOLDING consistem em um *hedge* de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição a taxa de câmbio, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de passivos não reconhecidos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica o *hedge* de fluxo de caixa como segue:

- *Hedge* de depósitos a prazo e operações compromissadas: proteger as alterações no fluxo de caixa de pagamento de juros resultantes de variações no CDI;
- *Hedge* de ações preferenciais resgatáveis: proteger a variação nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações na *LIBOR*;
- *Hedge* de CDB subordinado: proteger as variações nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações no CDI.
- *Hedge* de transação prevista altamente provável: proteger o risco de variação no valor de compromissos assumidos, quando mensurados em reais (moeda funcional), decorrente das variações nas taxas de câmbio.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota o método derivativo hipotético. O método derivativo hipotético é baseado em uma comparação da mudança no valor justo, de um derivativo hipotético, com prazos idênticos aos prazos críticos da obrigação de taxa variável, e essa mudança no valor justo do derivativo hipotético é considerada uma representação do valor presente da alteração cumulativa, no fluxo de caixa futuro esperado, da obrigação protegida.

Os relacionamentos de *hedge* foram designados em 2008, 2009, 2010 e 2013, e os vencimentos dos derivativos relacionados ocorrerão entre 2014 e 2018. O período em que se espera que os pagamentos de fluxo de caixa esperados ocorram e afetem a demonstração de resultado são:

- *Hedge* de depósitos a prazo e operações compromissadas: juros pagos / recebidos diariamente;
- *Hedge* de ações preferenciais resgatáveis: juros pagos / recebidos semestralmente;
- *Hedge* de Transação prevista altamente provável: câmbio pago / recebidos em datas futuras.

Hedge de Investimento Líquido de Operações no Exterior

As estratégias de investimento líquido no exterior do ITAÚ UNIBANCO HOLDING consistem em um *hedge* de exposição em moeda estrangeira, oriunda da moeda funcional da operação no exterior em relação à moeda funcional da matriz.

Para proteger as alterações dos fluxos de caixas futuros, de variação cambial dos investimentos líquidos, em operações no exterior, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza contratos de Futuros DDI negociados na BM&FBOVESPA, Ativos Financeiros e contratos de *forward* ou contratos de NDF contratados por nossas subsidiárias no exterior.

Nos contratos de Futuro DDI, o ganho (perda) de variação cambial é apurado pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre Dólar e Real. Nos contratos de *forward* ou contratos de NDF e Ativos

Financeiros, os ganhos (perdas) das variações cambiais são apurados pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre a moeda funcional e o Dólar.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica o *hedge* de investimento líquido de operação no exterior como segue:

- Proteger o risco de variação no valor do investimento, quando mensurado em Real (moeda funcional da matriz), decorrente das variações nas taxas de câmbio entre a moeda funcional do investimento no exterior e o Real.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota o *Dollar Offset Method*. O *Dollar Offset Method* é baseado em uma comparação da variação do valor justo (fluxo de caixa), do instrumento de *hedge*, atribuível às variações das taxas de câmbio e o ganho (perda) decorrente da variação entre as taxas de câmbio, sobre o montante do investimento no exterior designado como objeto de *hedge*.

Os relacionamentos de *hedge* foram designados em 2011 e 2012, mas o vencimento dos instrumentos de *hedge* ocorrerá pela alienação do investimento no exterior, que será no período em se espera que os fluxos de caixa de variação cambial ocorrerão e afetarão a demonstração do resultado.

Hedge de valor justo

A estratégia de *hedge* de valor justo do ITAÚ UNIBANCO HOLDING consiste em *hedge* de exposição à variação no valor justo, em recebimentos de juros, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativos a ativos reconhecidos.

Para proteger a variação no risco de mercado no recebimento de juros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza contratos de swaps de taxa de juros, relativos a ativos pré-fixados denominados em unidade de fomento e denominados em euros, emitidos por subsidiárias no Chile e Londres, respectivamente.

Nos contratos de swaps de taxa de juros, o recebimento (pagamento) líquido é feito pela diferença entre o montante computado e multiplicado pela taxa variável e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica o *hedge* de valor justo como segue:

- Proteger o risco de variação do valor justo de recebimento de juros resultante das variações no valor justo das taxas variáveis envolvidas.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia das estratégias, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota os métodos percentagem *approach* e o *dollar offset*.

- O método percentagem *approach* é baseado no cálculo da mudança no valor justo da estimativa revisada da posição coberta (objeto de *hedge*) atribuível ao risco protegido versus a mudança no valor justo do instrumento derivativo de *hedge*.
- O *dollar offset method* é calculado pela diferença entre a variação do valor justo do instrumento de cobertura e a variação no valor justo do objeto coberto atribuído às alterações na taxa de juros.

Os relacionamentos de *hedge* foram designados em 2012 e 2013, e os vencimentos dos swaps relacionados ocorrerão entre 2016 e 2029. O período em que se espera que os recebimentos (pagamentos) dos fluxos de juros ocorrerão e afetarão a demonstração de resultado é mensal.

A seguir apresentamos os ganhos ou (perdas) das parcelas efetivas e parcelas inefetivas segregadas por *Hedge* de fluxo de Caixa, *Hedge* de Investimento no Exterior e *Hedge* de Valor Justo.

a) Hedge de Fluxo de Caixa

Instrumentos de Hedge	31/03/2014		31/12/2013	
	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva
Futuros de Taxa de Juros	272	9	193	8
Swap de Taxa de Juros	19	-	22	-
Futuros de Taxa de Câmbio	(9)	-	-	-
Total	282	9	215	8

A parcela efetiva é reconhecida no Patrimônio Líquido em Outros Resultados Abrangentes e a parcela inefetiva é reconhecida na Demonstração de Resultado em Ganho (Perda) líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos.

Em 31/03/2014, o ganho (perda) relativo ao hedge de fluxo de caixa esperado a ser reclassificado de resultado abrangente para resultado nos próximos 12 meses é R\$ (21) (R\$ (174) de 01/01 a 31/03/2013).

No período foi reclassificado de Outros Resultados Abrangentes e incluído no custo inicial dos ativos o montante de R\$ 0,3 referente a Futuros de Taxa de Câmbio.

b) Hedge de Investimento Líquido no Exterior

Instrumentos de Hedge	31/03/2014		31/12/2013	
	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva
Futuro DDI	(2.580)	24	(2.974)	19
Forward	-	15	(15)	15
NDF	925	5	751	5
Ativos Financeiros	(20)	-	(10)	-
Total	(1.675)	44	(2.248)	39

A parcela efetiva é reconhecida no Patrimônio Líquido em Outros Resultados Abrangentes e a parcela inefetiva é reconhecida na Demonstração de Resultado em Ganho (Perda) líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos.

Futuro DDI é um contrato de futuro em que os participantes podem negociar o cupom limpo para qualquer prazo entre o primeiro vencimento do contrato futuro de cupom cambial (DDI) e um vencimento posterior.

NDF (*Non Deliverable Forward*), ou Contrato a Termo de Moeda sem Entrega Física é um derivativo operado em mercado de balcão, que tem como objeto a taxa de câmbio de uma determinada moeda.

c) Hedge de Valor Justo

Instrumentos de Hedge	31/03/2014		31/12/2013	
	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva
Swap de Taxa de Juros	(41)	1	(15)	-
Total	(41)	1	(15)	-

As parcelas efetiva e inefetiva são reconhecidas na Demonstração de Resultado em Ganho (Perda) líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos.

A tabela abaixo apresenta para cada estratégia o valor nominal e o valor justo dos instrumentos de *hedge* e o valor contábil do objeto *hedge*:

Estratégias	31/03/2014			31/12/2013		
	Instrumentos de <i>Hedge</i>		Objeto de <i>Hedge</i>	Instrumentos de <i>Hedge</i>		Objeto de <i>Hedge</i>
	Valor Nominal	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Nominal	Valor Justo	Valor Contábil
<i>Hedge</i> de Depósitos e Operações Compromissadas	74.633	10	74.633	57.414	(12)	57.414
<i>Hedge</i> de Ações Preferencias Resgatáveis	890	19	890	921	22	921
<i>Hedge</i> de CDB Subordinado	-	-	-	162	-	140
<i>Hedge</i> de Investimento de Operações Líquidas no Exterior ^(*)	11.305	(15)	6.783	11.438	(78)	6.863
<i>Hedge</i> de Operações de Crédito	1.661	(41)	1.661	1.683	(15)	1.683
<i>Hedge</i> de Transação Prevista Altamente Provável	300	(9)	277	314	-	313
Total	88.789	(36)	84.244	71.932	(83)	67.334

(*) Os instrumentos de *hedge* incluem a alíquota de *overhedge* de 40,00% referente a impostos.

A tabela abaixo apresenta a abertura por ano de vencimento das estratégias de *hedge*:

Prazo de Vencimento	Estratégias					Total
	<i>Hedge</i> de Depósitos e Operações Compromissadas	<i>Hedge</i> de Ações Preferencias Resgatáveis	<i>Hedge</i> de Investimento de Operações Líquidas no Exterior ^(*)	<i>Hedge</i> de Operações de Crédito	<i>Hedge</i> de Transação Prevista Altamente Provável	
2014	53.180	-	11.305	-	300	64.785
2015	11.459	890	-	-	-	12.349
2016	3.608	-	-	250	-	3.858
2017	5.589	-	-	125	-	5.714
2018	797	-	-	156	-	953
2019	-	-	-	23	-	23
2020	-	-	-	37	-	37
2022	-	-	-	176	-	176
2023	-	-	-	167	-	167
2025	-	-	-	41	-	41
2027	-	-	-	147	-	147
2028	-	-	-	445	-	445
2029	-	-	-	94	-	94
Total	74.633	890	11.305	1.661	300	88.789

(*) Classificados como corrente pois os instrumentos são renovados frequentemente.

Nota 10 - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

O valor justo e o custo ou custo amortizado correspondente aos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda são apresentados na tabela a seguir:

	31/03/2014			31/12/2013		
	Custo	Ganhos/ (Perdas)	Valor Justo	Custo	Ganhos/ (Perdas)	Valor Justo
		Acumulados Refletidos em Outros Resultados Abrangentes			Acumulados Refletidos em Outros Resultados Abrangentes	
Fundos de Investimento	291	4	295	202	9	211
Títulos Públicos do Governo Brasileiro ^(1a)	19.160	(857)	18.303	28.751	(812)	27.939
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro ^(1b)	9.007	(475)	8.532	12.545	(836)	11.709
Títulos Públicos - Outros Países ^(1c)	9.486	(70)	9.416	8.737	(79)	8.658
Estados Unidos	729	(6)	723	1.111	(10)	1.101
Itália	-	-	-	94	-	94
Dinamarca	3.408	-	3.408	2.631	-	2.631
Coréia	2.910	-	2.910	2.455	-	2.455
Chile	1.134	7	1.141	1.043	4	1.047
Paraguai	759	(55)	704	690	(52)	638
Uruguai	319	(16)	303	440	(20)	420
Bélgica	48	-	48	51	-	51
França	49	-	49	88	-	88
Holanda	123	1	124	127	(1)	126
Outros	7	(1)	6	7	-	7
Títulos de Dívida de Empresas ^(1d)	39.342	411	39.753	48.208	(99)	48.109
Ações Negociáveis	1.867	83	1.950	1.930	95	2.025
Certificado de Recebíveis Imobiliários	2.926	33	2.959	12.663	(388)	12.275
Certificado de Depósito Bancário	1.621	2	1.623	2.181	-	2.181
Debêntures	16.596	188	16.784	15.404	103	15.507
Euro Bonds e Assemelhados	4.848	139	4.987	4.768	128	4.896
Notas Promissórias	1.291	(2)	1.289	1.231	(4)	1.227
Cédula de Produtor Rural	981	(18)	963	647	(22)	625
Letras Financeiras	8.752	(10)	8.742	8.810	(6)	8.804
Outros	460	(4)	456	574	(5)	569
Total ⁽²⁾	77.286	(987)	76.299	98.443	(1.817)	96.626

(1) Os Ativos Financeiros Disponíveis para Venda dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes eram: a) R\$ 1.786 (R\$ 9.291 em 31/12/2013), b) R\$ 6.293 (R\$ 7.259 em 31/12/2013), c) R\$ 34 (R\$ 586 em 31/12/2013) e d) R\$ 723 (R\$ 1.715 em 31/12/2013), totalizando R\$ 8.836 (R\$ 18.851 em 31/12/2013);

(2) No período, foram realizadas reclassificações da categoria Disponível para Venda para Mantidos até o Vencimento no montante de R\$ 12.157 relativos a Títulos da Dívida Brasileira mantidos em Subsidiárias no Exterior e Certificados de Recebíveis Imobiliários, sem reflexos em resultado, pois o resultado não realizado (menos valia) de R\$ 499 será diferido pelo prazo de vencimento dos papéis. Essa reclassificação se deu por alinhamento a estratégia de gerenciamento de risco onde a Instituição identificou que possui capacidade financeira e intenção de manter esses títulos até o vencimento.

O custo ou custo amortizado e o valor justo dos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, por vencimento, são os seguintes:

	31/03/2014		31/12/2013	
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Circulante	28.142	28.236	38.219	38.267
Sem Vencimento	2.153	2.241	2.129	2.231
Até um ano	25.989	25.995	36.090	36.036
Não Circulante	49.144	48.063	60.224	58.359
De um a cinco anos	23.426	23.573	26.089	26.430
De cinco a dez anos	11.729	11.564	15.525	14.792
Após dez anos	13.989	12.926	18.610	17.137
Total	77.286	76.299	98.443	96.626

Nota 11 - Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento

O custo amortizado correspondente aos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento são apresentados na tabela a seguir:

	31/03/2014	31/12/2013
	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	3.867	3.778
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	8.908	6.314
Títulos Públicos - Outros Países	21	23
Títulos de Dívida de Empresas ⁽¹⁾	9.391	1
Euro Bonds e Assemelhados	-	1
Certificado de Recebíveis Imobiliários	9.391	-
Total ⁽²⁾	22.187	10.116

(1) Os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes eram R\$ 5.026 (R\$ 5.095 em 31/12/2013).

(2) No período, foram realizadas reclassificações da categoria Disponível para Venda para Mantidos até o Vencimento no montante de R\$ 12.157 relativos a Títulos da Dívida Brasileira mantidos em Subsidiárias no Exterior e Certificados de Recebíveis, sem reflexos em resultado, pois o resultado não realizado (menos valia) de R\$ 499 será amortizado pelo prazo de vencimento dos papéis. Essa reclassificação se deu por alinhamento a estratégia de gerenciamento de risco onde a Instituição identificou que possui capacidade financeira e intenção de manter esses títulos até o vencimento.

O resultado com os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento foi de R\$ 304 (R\$ 90 de 01/01 a 31/03/2013).

O valor justo dos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento é divulgado na Nota 31.

O custo amortizado dos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento, por vencimento, são os seguintes:

	31/03/2014	31/12/2013
	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Circulante	888	99
Até um ano	888	99
Não Circulante	21.299	10.017
De um a cinco anos	5.258	158
De cinco a dez anos	7.429	5.498
Após dez anos	8.612	4.361
Total	22.187	10.116

Nota 12 - Operação de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

a) Composição da Carteira de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

A tabela abaixo apresenta a composição dos saldos de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro por tipo, setor do devedor, vencimento e concentração:

Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, por tipo	31/03/2014	31/12/2013
Pessoas Físicas	167.299	167.431
Cartão de Crédito	52.259	53.149
Crédito Pessoal	27.596	26.635
Crédito Consignado	24.637	22.571
Veículos	37.309	40.584
Crédito Imobiliário	25.498	24.492
Grandes Empresas	127.025	126.413
Micro/Pequenas e Médias Empresas	79.892	81.601
Unidades Externas América Latina	34.106	36.257
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	408.322	411.702
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(21.276)	(22.235)
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, líquido de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	387.046	389.467

Por vencimento	31/03/2014	31/12/2013
Vencidas a partir de 1 dia	11.717	12.239
A vencer até 3 meses	107.411	111.254
A vencer de 3 a 12 meses	101.773	101.716
A vencer acima de um ano	187.421	186.493
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	408.322	411.702

Por Concentração	31/03/2014	31/12/2013
Principal Devedor	4.174	4.358
10 Maiores Devedores	19.254	19.778
20 Maiores Devedores	29.141	29.935
50 Maiores Devedores	49.178	50.131
100 Maiores Devedores	67.682	69.210

A composição da Carteira de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro por setor do devedor está evidenciada na Nota 36 item 5.1 Exposição máxima dos Ativos Financeiros segregados por setor de atividade.

O acréscimo do valor presente líquido das Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro com redução do seu valor recuperável e a respectiva Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa não são apresentados por seus valores brutos na demonstração do resultado, mas de forma líquida dentro da Receita de Juros e Rendimentos. Se fossem apresentados como valores brutos, haveria um incremento de R\$ 494 e R\$ 619 de receita de juros e rendimentos em 31/03/2014 e 31/03/2013 respectivamente, com igual impacto na Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

b) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A tabela abaixo apresenta as variações na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:

Composição de Saldo por Classe de Ativo	Saldo Inicial 31/12/2013	Efeito Alteração do Critério de Consolidação (Nota 2.4a I)	Baixas 01/01 a 31/03/2014	Constituição / (Reversão) 01/01 a 31/03/2014	Saldo Final 31/03/2014
Pessoas Físicas	13.853	-	(3.675)	3.271	13.449
Cartão de Crédito	2.952	-	(1.049)	1.423	3.326
Crédito Pessoal	6.488	-	(1.358)	1.452	6.582
Crédito Consignado	1.133	-	(109)	(234)	790
Veículos	3.245	-	(1.146)	615	2.714
Crédito Imobiliário	35	-	(13)	15	37
Grandes Empresas	1.783	-	(249)	192	1.726
Micros/Pequenas e Médias	6.085	-	(1.602)	1.118	5.601
Unidades Externas América Latina	514	-	(39)	25	500
Total	22.235	-	(5.565)	4.606	21.276

Composição de Saldo por Classe de Ativo	Saldo Inicial 31/12/2012	Efeito Alteração do Critério de Consolidação (Nota 2.4a I)	Baixas 01/01 a 31/12/2013	Constituição / (Reversão) 01/01 a 31/12/2013	Saldo Final 31/12/2013
Pessoas Físicas	14.844	435	(13.541)	12.115	13.853
Cartão de Crédito	2.863	357	(3.513)	3.245	2.952
Crédito Pessoal	6.841	78	(6.247)	5.816	6.488
Crédito Consignado	867	-	(480)	746	1.133
Veículos	4.227	-	(3.263)	2.281	3.245
Crédito Imobiliário	46	-	(38)	27	35
Grandes Empresas	1.362	-	(478)	899	1.783
Micros/Pequenas e Médias	9.091	-	(7.573)	4.567	6.085
Unidades Externas América Latina	416	-	(177)	275	514
Total	25.713	435	(21.769)	17.856	22.235

Abaixo apresentamos a composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa por Setor de Atividade dos clientes:

	31/03/2014	31/12/2013
Setor Público	2	2
Indústria e Comércio	4.177	4.630
Serviços	2.905	3.012
Setor Primário	210	251
Outros Setores	11	12
Pessoa Física	13.971	14.328
Total	21.276	22.235

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia a evidência objetiva de Perda para Créditos de Liquidação Duvidosa em Operações de Créditos e Arrendamento Mercantil Financeiro de forma individual para os ativos financeiros que sejam individualmente significativos e coletivamente para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos (Nota 2.4g VIII).

Segue a composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa por tipo de avaliação da evidência objetiva de perda:

	31/03/2014						31/12/2013					
	Impaired		Not Impaired		Total		Impaired		Not Impaired		Total	
	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD
I - Operações Avaliadas Individualmente												
Grandes Empresas (*)	1.535	832	125.490	894	127.025	1.726	1.584	1.019	124.829	764	126.413	1.783
II - Operações Avaliadas Coletivamente												
Pessoas Físicas	10.402	6.001	156.897	7.448	167.299	13.449	10.371	6.289	157.060	7.564	167.431	13.853
Cartão de Crédito	2.900	1.571	49.359	1.755	52.259	3.326	2.520	1.493	50.629	1.459	53.149	2.952
Crédito Pessoal	3.725	2.449	23.871	4.133	27.596	6.582	3.574	2.404	23.061	4.084	26.635	6.488
Crédito Consignado	396	156	24.241	634	24.637	790	370	157	22.201	976	22.571	1.133
Veículos	3.136	1.807	34.173	907	37.309	2.714	3.701	2.219	36.883	1.026	40.584	3.245
Crédito Imobiliário	245	18	25.253	19	25.498	37	206	16	24.286	19	24.492	35
Micro / Pequenas e Médias Empresas	3.745	2.799	76.147	2.802	79.892	5.601	4.165	3.165	77.436	2.920	81.601	6.085
Unidades Externas América Latina	185	101	33.921	399	34.106	500	185	95	36.072	420	36.257	514
Total	15.867	9.733	392.455	11.543	408.322	21.276	16.305	10.568	395.397	11.668	411.702	22.235

(*) Conforme detalhado na Nota 2.4.g VIII, os créditos de Grandes Empresas são inicialmente avaliados individualmente. Caso não haja indicativo objetivo de redução ao valor recuperável são subsequentemente avaliados coletivamente de acordo com as características da operação. Consequentemente é constituída Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa para Grandes Empresas, tanto na avaliação individual quanto na coletiva.

c) Valor Presente das Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (Arrendador)

É apresentada abaixo a análise do valor presente dos pagamentos mínimos futuros a receber de Arrendamentos Mercantis Financeiros por vencimento, composto basicamente por operações de pessoas físicas - veículos:

	31/03/2014		
	Pagamentos Mínimos Futuros	Rendas a Apropriar	Valor Presente
Circulante	5.759	(782)	4.977
Até 1 ano	5.759	(782)	4.977
Não Circulante	5.341	(1.381)	3.960
Entre 1 e 5 anos	5.166	(1.349)	3.817
Acima de 5 anos	175	(32)	143
Total	11.100	(2.163)	8.937

	31/12/2013		
	Pagamentos Mínimos Futuros	Rendas a Apropriar	Valor Presente
Circulante	6.587	(792)	5.795
Até 1 ano	6.587	(792)	5.795
Não Circulante	6.149	(1.597)	4.552
Entre 1 e 5 anos	5.950	(1.559)	4.391
Acima de 5 anos	199	(38)	161
Total	12.736	(2.389)	10.347

Os valores da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, referentes a Carteira de Arrendamento Mercantil Financeiro são: R\$ 614 (R\$ 816 em 31/12/2013).

d) Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING realizou operações de venda ou transferência de ativos financeiros em que houve a retenção dos riscos de crédito dos ativos financeiros transferidos, por meio de cláusulas de coobrigação. Por conta disso, tais créditos permaneceram registrados como operações de crédito e estão representados pelas seguintes informações em 31/03/2014 e 31/12/2013:

Natureza da Operação	31/03/2014				31/12/2013			
	Ativo		Passivo (*)		Ativo		Passivo (*)	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Pessoa Física - Crédito Imobiliário	4.181	4.167	4.180	4.147	4.514	4.497	4.514	4.476

(*) Rubrica Recursos de Mercados Interbancários

Nota 13 - Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto

a) A tabela abaixo apresenta os principais investimentos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING:

	% de participação em 31/03/2014		31/03/2014					Valor de Mercado
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Resultado Abrangente	Lucro Líquido	Investimento	Resultado de Participações	
Associadas								
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. ^{(a) (b)}	42,93	42,93	3.749	(5)	(39)	2.412	(21)	3.131
BSF Holding S.A. ^(c)	49,00	49,00	907	-	88	1.027	43	-
IRB-Brasil Resseguros S.A. ^{(a) (d)}	15,00	15,00	2.711	(13)	288	401	43	-
Outros ^(e)	-	-	-	-	-	73	9	-
Entidades Controladas em Conjunto								
MCC Securities Inc. ^(f)	50,00	50,00	22	-	2	75	1	-
Outros ^(g)	-	-	-	-	-	16	-	-
Total	-	-	-	-	-	4.004	75	-

	% de participação em 31/12/2013		31/12/2013				31/03/2013	
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Resultado Abrangente	Lucro Líquido	Investimento	Valor de Mercado	Resultado de Participações
Associadas								
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. ^{(a) (b)}	42,93	42,93	3.787	(2)	892	2.432	2.924	34
BSF Holding S.A. ^(c)	49,00	49,00	819	-	212	984	-	17
IRB-Brasil Resseguros S.A. ^{(a) (d)}	15,00	15,00	2.432	(16)	102	358	-	-
Outros ^(e)	-	-	-	-	-	64	-	(1)
Entidades Controladas em Conjunto								
MCC Securities Inc. ^(f)	50,00	50,00	21	-	6	76	-	1
Outros ^(g)	-	-	-	-	-	17	-	1
Total	-	-	-	-	-	3.931	-	52

(a) Para fins de contabilização do resultado de equivalência patrimonial foi utilizada em 31/03/2014 a posição de 28/02/2014 e em 31/12/2013 a posição de 30/11/2013, conforme o IAS 27.

(b) Para fins de valor de mercado foi considerado a cotação das ações da Porto Seguro S.A. O montante do investimento inclui o valor de R\$ 802 em 31/03/2014 e R\$ 806 em 31/12/2013, que correspondem a diferença entre a participação nos ativos líquidos a valor justo da Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. e o custo do investimento.

(c) Em maio/12 o Itaú Unibanco S.A. adquiriu 137.004.000 ações ordinárias da BSF Holding S.A. (Controladora do Banco Carrefour) por R\$ 816 que corresponde a 49% de participação no seu capital. O montante do investimento inclui o valor de R\$ 583 em 31/03/2014 que corresponde ao ágio.

(d) Anteriormente contabilizado como instrumento financeiro. A partir do 4º trimestre de 2013, após a conclusão do processo de desestatização, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING passou a deter influência significativa no IRB. Como consequência, a partir desta data, o investimento foi contabilizado pelo método de equivalência patrimonial.

(e) Em 31/03/2014, inclui participação no capital total e capital votante das seguintes companhias: Companhia Uruguaya de Medios de Procesamiento S.A. (37,96% capital total e votante e 31,84% capital total e votante em 31/12/2013); Latosol Empreendimentos e Participação Ltda (32,11% capital total e votante); Rias Redbanc S.A. (20,00% capital total e votante) e Tecnologia Bancária S.A. (24,81% capital total e votante).

(f) Em 01/08/2011 a BICSA Holdings Ltd. adquiriu 3.000.001 ações ordinárias da MCC Securities Inc. o montante do investimento inclui o valor de R\$ 64 em 31/03/2014 que corresponde ao ágio.

(g) Em 31/03/2014, inclui participação no capital total e capital votante das seguintes companhias: MCC Corredora de Bolsa S.A. (50,05% capital total e votante); Rosefield Finance Ltd. (50,00% capital total e votante); Olimpia Promoção e Serviços S.A. (50,00% capital total e votante), e inclui resultado não decorrente de lucro de empresas controladas.

Em 31/03/2014, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não recebeu / reconheceu dividendos e juros sobre capital próprio das empresas não consolidadas (em 31/12/2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING recebeu / reconheceu dividendos e juros sobre capital próprio das empresas não consolidadas, sendo a principal Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. no montante de R\$ 175).

b) Outras Informações

A tabela abaixo apresenta o resumo da parte proporcional das informações financeiras das investidas pelo método de equivalência patrimonial de forma agregada.

	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
Total de Ativos ^(*)	16.701	17.131	3.660
Total de Passivos ^(*)	9.312	10.072	3
Total de Receitas ^(*)	1.508	3.606	136
Total de Despesas ^(*)	(1.170)	(2.394)	(5)

() Representado substancialmente pelo IRB-Brasil Resseguros S.A., no montante de R\$ 11.998 (R\$ 12.503 em 31/12/2013) referente a Ativos, de R\$ 9.287 (R\$ 10.071 em 31/12/2013) referente a Passivos, de R\$ 1.412 (R\$ 2.455 em 31/12/2013) referente a Receitas e de R\$ 1.124 (R\$ 2.353 em 31/12/2013) referente a Despesas.*

As investidas não apresentam passivos contingentes aos quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING esteja significativamente exposto.

Nota 14 – Compromissos de Arrendamento Mercantil – Entidade Arrendatário

a) Arrendamento Mercantil Financeiro

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é o arrendatário de contratos de Arrendamento Mercantil Financeiro de equipamentos de processamento de dados, com a opção de compra ou de renovação, sem aluguéis contingentes ou restrições impostas. O valor contábil líquido desses bens é de R\$ 364 (R\$ 338 em 31/12/2013).

A tabela abaixo apresenta o total de pagamentos mínimos futuros em:

	31/03/2014	31/12/2013
Circulante	153	162
Até 1 ano	153	162
Não Circulante	211	176
De 1 a 5 anos	211	176
Total de Pagamento Mínimos Futuros	364	338
(-) Juros futuro	-	-
Valor Presente	364	338

b) Arrendamento Mercantil Operacional

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aluga diversos imóveis para uso em suas operações, segundo contratos de locação imobiliária padrão, que normalmente podem ser rescindidos a seu critério e incluem opções de renovação e cláusulas de reajuste. Nenhum contrato de locação impõe qualquer restrição à nossa capacidade para pagar dividendos, celebrar outros contratos de locação ou participar de operações de financiamento de dívidas ou de capital, não existindo pagamentos contingentes em relação aos contratos.

Os pagamentos de contratos de arrendamento operacional reconhecidos como despesa na rubrica Despesas Gerais e Administrativas totalizam R\$ 246 de 01/01 a 31/03/2014 (R\$ 223 de 01/01 a 31/03/2013).

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não possui contratos de subarrendamento relevantes.

Os pagamentos mínimos com aluguéis de prazos iniciados e remanescentes não passíveis de cancelamento são os seguintes:

	31/03/2014	31/12/2013
Circulante	864	1.093
Até 1 ano	864	1.093
Não Circulante	3.703	3.638
De 1 a 5 anos	3.146	3.091
Mais de 5 anos	557	547
Total de Pagamento Mínimos Futuros	4.567	4.731

Nota 15 - Imobilizado

Imobilizado de Uso ⁽¹⁾	Imóveis de Uso ⁽²⁾		Outras Imobilizações de Uso				Total	
	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações de Uso	Móveis e Equipamentos de Uso	Sistema de Processamento de Dados ⁽³⁾		Outros (Comunicação, Segurança e Transporte)
Taxas Anuais de Depreciação		4%	10%	10 a 20%	10 a 20%	20 a 50%	10 a 20%	
Custo								
Saldo em 31/12/2013	1.019	2.999	1.298	1.043	1.095	6.279	725	14.458
Aquisições	-	84	31	10	103	331	8	567
Baixas	-	(2)	(49)	(1)	(6)	(231)	(2)	(291)
Variação Cambial	(1)	(16)	(16)	(1)	(18)	(17)	(5)	(74)
Outros	-	41	5	(44)	1	6	(1)	8
Saldo em 31/03/2014	1.018	3.106	1.269	1.007	1.175	6.368	725	14.668
Depreciação								
Saldo em 31/12/2013	-	(1.651)	(667)	(439)	(487)	(4.230)	(411)	(7.885)
Despesa de Depreciação	-	(18)	(56)	(20)	(16)	(280)	(18)	(408)
Baixas	-	-	49	1	4	222	-	276
Variação Cambial	-	3	8	2	15	11	3	42
Outros	-	4	(4)	1	(16)	6	1	(8)
Saldo em 31/03/2014	-	(1.662)	(670)	(455)	(500)	(4.271)	(425)	(7.983)
Redução ao Valor recuperável								
Saldo em 31/12/2013	-	-	-	-	(9)	-	-	(9)
Adições/reconhecimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/03/2014	-	-	-	-	(9)	-	-	(9)
Valor Contábil								
Saldo em 31/03/2014	1.018	1.444	599	552	666	2.097	300	6.676

(1) Os compromissos contratuais para compra de Imobilizado totalizam R\$ 708, realizáveis até 2016 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

(2) Inclui o valor de R\$ 3 referente a imóvel penhorado; Imobilização em curso no montante de R\$ 1.161, sendo de Imóveis de Uso R\$ 885, Benfeitorias R\$ 13 e Equipamentos R\$ 263.

(3) Inclui contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento mercantil financeiro. O ativo e o passivo são contabilizados nas demonstrações contábeis.

Imobilizado de Uso ⁽¹⁾	Imóveis de Uso ⁽²⁾		Outras Imobilizações de Uso ⁽²⁾⁽³⁾					Total
	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações de Uso	Móveis e Equipamentos de Uso	Sistema de Processamento de Dados ⁽³⁾	Outros (Comunicação, Segurança e Transporte)	
Taxas Anuais de Depreciação		4%	10%	10 a 20%	10 a 20%	20 a 50%	10 a 20%	
Custo								
Saldo em 31/12/2012	1.029	2.472	1.253	872	931	5.480	606	12.643
Aquisições	-	554	207	183	210	1.262	118	2.534
Baixas	(8)	(13)	(211)	(11)	(15)	(474)	(3)	(735)
Variação Cambial	-	2	5	4	(8)	9	3	15
Outros	(2)	(16)	44	(5)	(23)	2	1	1
Saldo em 31/12/2013	1.019	2.999	1.298	1.043	1.095	6.279	725	14.458
Depreciação								
Saldo em 31/12/2012	-	(1.607)	(613)	(358)	(417)	(3.664)	(347)	(7.006)
Despesa de Depreciação	-	(70)	(235)	(80)	(83)	(987)	(67)	(1.522)
Baixas	-	10	209	7	7	430	2	665
Variação Cambial	-	-	(2)	3	9	(11)	-	(1)
Outros	-	16	(26)	(11)	(3)	2	1	(21)
Saldo em 31/12/2013	-	(1.651)	(667)	(439)	(487)	(4.230)	(411)	(7.885)
Redução ao Valor recuperável								
Saldo em 31/12/2012	-	-	-	-	(9)	-	-	(9)
Adições/reconhecimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2013	-	-	-	-	(9)	-	-	(9)
Valor Contábil								
Saldo em 31/12/2013	1.019	1.348	631	604	599	2.049	314	6.564

(1) Os compromissos contratuais para compra de Imobilizado totalizam R\$ 1.212, realizáveis até 2016 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

(2) Inclui o valor de R\$ 4 referente a imóvel penhorado; Imobilização em curso no montante de R\$ 949, sendo de Imóveis de Uso R\$ 763, Benfeitorias R\$ 16 e Equipamentos R\$ 170.

(3) Inclui contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento mercantil financeiro. O ativo e o passivo são contabilizados nas demonstrações contábeis.

Nota 16 - Ativos Intangíveis

Intangíveis ⁽¹⁾	Outros Ativos Intangíveis					Total
	Direitos Aquisição de Folha de Pagamento	Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros	Gastos com Aquisição de Software	Gastos com Desenvolvimento de Software	Outros Ativos Intangíveis	
Taxas de Amortização a.a.	20%	8%	20%	20%	10 a 20%	
Custo						
Saldo em 31/12/2013	1.165	1.688	1.839	2.195	1.019	7.906
Aquisições	32	-	53	172	-	257
Distratos/ Baixas	(41)	(12)	(46)	-	-	(99)
Variação Cambial	-	(11)	(34)	-	(10)	(55)
Outros	-	1	(52)	-	10.724	10.673
Saldo em 31/03/2014	1.156	1.666	1.760	2.367	11.733	18.682
Amortização ⁽²⁾						
Saldo em 31/12/2013	(535)	(256)	(868)	(47)	(352)	(2.058)
Despesa de Amortização	(58)	(39)	(76)	(15)	(19)	(207)
Distratos/ Baixas	41	12	46	-	-	99
Variação Cambial	-	2	16	-	7	25
Outros	-	-	56	-	(10.727)	(10.671)
Saldo em 31/03/2014	(552)	(281)	(826)	(62)	(11.091)	(12.812)
Redução ao Valor Recuperável ⁽³⁾						
Saldo em 31/12/2013	(18)	(27)	-	(6)	-	(51)
Adições/reconhecimentos	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/03/2014	(18)	(27)	-	(6)	-	(51)
Valor Contábil						
Saldo em 31/03/2014	586	1.358	934	2.299	642	5.819

(1) Os compromissos contratuais para a aquisição de novos intangíveis totalizam R\$ 940, realizáveis até 2016 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

(2) Todos os Ativos Intangíveis tem vida útil definida.

(3) Nota 2.4I.

Intangíveis ⁽¹⁾	Outros Ativos Intangíveis					Total
	Direitos Aquisição de Folha de Pagamento	Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros	Gastos com Aquisição de Software	Gastos com Desenvolvimento de Software	Outros Ativos Intangíveis	
Taxas de Amortização a.a.	20%	8%	20%	20%	10 a 20%	
Custo						
Saldo em 31/12/2012	1.497	1.333	1.736	1.553	688	6.807
Aquisições ⁽²⁾	195	340	382	820	298	2.035
Baixas	(527)	(83)	(161)	(178)	(1)	(950)
Variação Cambial	-	1	(10)	-	39	30
Outros	-	97	(108)	-	(5)	(16)
Saldo em 31/12/2013	1.165	1.688	1.839	2.195	1.019	7.906
Amortização ⁽³⁾						
Saldo em 31/12/2012	(781)	(178)	(881)	(11)	(264)	(2.115)
Despesa de Amortização	(273)	(137)	(291)	(36)	(74)	(811)
Baixas	519	68	158	-	1	746
Variação Cambial	-	-	14	-	(25)	(11)
Outros	-	(9)	132	-	10	133
Saldo em 31/12/2013	(535)	(256)	(868)	(47)	(352)	(2.058)
Redução ao Valor Recuperável ⁽⁴⁾						
Saldo em 31/12/2012	(18)	(3)	-	-	-	(21)
Adições/reconhecimentos	-	(27)	-	(6)	-	(33)
Reversões	-	3	-	-	-	3
Saldo em 31/12/2013	(18)	(27)	-	(6)	-	(51)
Valor Contábil						
Saldo em 31/12/2013	612	1.405	971	2.142	667	5.797

(1) Os compromissos contratuais para a aquisição de novos intangíveis totalizam R\$ 760, realizáveis até 2016 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

(2) Contempla aquisição da Credicard (Nota 3c).

(3) Todos os Ativos Intangíveis tem vida útil definida.

(4) Nota 2.4I.

Nota 17 - Depósitos

A tabela abaixo apresenta a composição dos Depósitos:

	31/03/2014			31/12/2013		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Depósitos Remunerados	164.087	70.904	234.991	165.646	65.845	231.491
Depósitos a Prazo	49.990	70.577	120.567	51.657	65.474	117.131
Depósitos Interfinanceiros	5.166	327	5.493	7.823	371	8.194
Depósito de Poupança	108.931	-	108.931	106.166	-	106.166
Depósitos não Remunerados	43.217	-	43.217	42.892	-	42.892
Depósitos à Vista	43.217	-	43.217	42.892	-	42.892
Total	207.304	70.904	278.208	208.538	65.845	274.383

Nota 18 - Passivos Financeiros Mantidos para Negociação

Os Passivos Financeiros Mantidos para Negociação estão apresentados na tabela a seguir:

	31/03/2014	31/12/2013
Notas Estruturadas		
Ações	127	147
Títulos de Dívida	309	224
Total	436	371

O efeito do risco de crédito desses instrumentos não é relevante em 31/03/2014 e 31/12/2013.

No caso das ações, pelas características do instrumento, não existe valor definido a ser pago no vencimento. Para os títulos de dívida, o valor a ser pago no vencimento envolve variáveis cambiais e índices, não existindo um valor contratual para liquidação.

O valor justo dos Passivos Financeiros Mantidos para Negociação por vencimento é o seguinte:

	31/03/2014	31/12/2013
	Custo / Valor Justo	Custo / Valor Justo
Circulante - Até um ano	149	87
Não Circulante	287	284
De um a cinco anos	142	233
De cinco a dez anos	116	22
Após dez anos	29	29
Total	436	371

Nota 19 - Captações no Mercado Aberto e Recursos de Mercados Interbancários e Institucionais

a) Captações no Mercado Aberto e Recursos de Mercados Interbancários

A tabela abaixo apresenta a composição dos recursos:

	31/03/2014			31/12/2013		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Mercado Aberto	136.685	122.154	258.839	148.598	118.084	266.682
Operações Lastreadas com Ativos Financeiros Próprios ^(*)	60.643	122.154	182.797	80.319	118.084	198.403
Operações Lastreadas com Ativos Financeiros de Terceiros	76.042	-	76.042	68.279	-	68.279
Interbancário	52.582	57.282	109.864	55.777	55.599	111.376
Letras Hipotecárias	35	124	159	39	142	181
Letras de Crédito Imobiliário	6.361	2.228	8.589	6.634	2.285	8.919
Letras de Crédito do Agronegócio	4.023	3.332	7.355	4.176	3.097	7.273
Letras Financeiras	4.937	7.667	12.604	6.369	7.454	13.823
Financiamento à Importação e à Exportação	24.790	7.975	32.765	25.780	7.834	33.614
Repasses no País	12.430	31.745	44.175	12.772	30.243	43.015
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão de Crédito (Nota 12d)	2	4.178	4.180	3	4.511	4.514
Outros	4	33	37	4	33	37

(*) Inclui R\$ 126.625 (R\$ 123.922 em 31/12/2013) referente à Debêntures de emissão própria.

As captações para financiamento à importação e à exportação representam linhas de crédito disponíveis para o financiamento de importações e exportações de empresas brasileiras, geralmente denominadas em moeda estrangeira. A tabela a seguir apresenta a taxa de juros em cada uma das operações (a.a.):

	No País	No Exterior
Mercado Aberto	75% do CDI a 13,2%	0,2% a 3,6%
Letras Hipotecárias	-	2,7% a 7,5%
Letras de Crédito Imobiliário	84% a 100% do CDI	-
Letras Financeiras	IGPM a 120% do CDI	-
Letras de Crédito do Agronegócio	84% a 97,5% do CDI	-
Financiamento à Importação e à Exportação	0,5% a 6,75%	0,5% a 11%
Repasses no País	0,8% a 14,5%	-
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão de Crédito	6,2% a 16,7%	-

Em Mercado Aberto, são apresentados os passivos em transações nas quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING vende à vista para clientes títulos de dívida emitidos por suas subsidiárias consolidadas, anteriormente mantidos em tesouraria, e se compromete a recomprá-los a qualquer momento após a venda até uma data final de recompra, na qual eles serão obrigatoriamente recomprados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING. O preço da recompra é calculado como o preço pago na data da venda acrescido de juros a taxas variando entre 75% CDI a 13,23%. As datas finais de recompra vão até janeiro de 2027.

b) Recursos de Mercados Institucionais

A tabela abaixo apresenta a composição dos recursos de Mercados Institucionais:

	31/03/2014			31/12/2013		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Dívida Subordinada ⁽¹⁾	7.168	49.256	56.424	6.138	50.426	56.564
Obrigações por TVM no Exterior	4.477	9.198	13.675	5.358	10.133	15.491
Captação por Certificados de Operações Estruturadas ⁽²⁾	675	164	839	-	-	-
Total	12.320	58.618	70.938	11.496	60.559	72.055

(1) Em 31/03/2014, R\$ 55.096 (R\$ 55.186 em 31/12/2013) integram o Patrimônio de Referência, dentro da proporcionalidade definida pela Resolução 3.444, de 28/02/2007, do CMN, e alterações promovidas pela Resolução nº 3.532, de 31/01/2008, do CMN;

(2) Em 31/03/2014, o valor de mercado da Captação por Certificados de Operações Estruturadas emitida é de R\$ 916.

Na tabela a seguir, são apresentadas as taxas de juros em cada uma das operações (a.a.):

	No País	No Exterior
Dívida Subordinada	CDI + 0,35% a IGPM + 7,6%	5,1% a 6,2%
Obrigações por TVM no Exterior	0,8% a 12,75%	0,03% a 12,7%
Captação por Certificados de Operações Estruturadas	60% do CDI a 12,67%	-

Nota 20 - Outros Ativos e Passivos

a) Outros Ativos

	31/03/2014			31/12/2013		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Financeiros ⁽¹⁾	36.232	13.762	49.994	34.285	13.307	47.592
Operações com Emissores de Cartões de Crédito	21.148	-	21.148	22.138	-	22.138
Operações de Seguros e Resseguros	4.953	-	4.953	5.192	-	5.192
Depósitos em Garantia de Passivos Contingentes (Nota 32)	2.201	12.174	14.375	2.172	11.818	13.990
Depósitos em Garantias de Captações de Recursos Externos	659	-	659	731	-	731
Negociação e Intermediação de Valores	1.969	109	2.078	2.144	72	2.216
Valores a Receber de Reembolso de Contingências (Nota 32c)	45	679	724	41	692	733
Serviços Prestados a Receber	1.654	64	1.718	1.729	-	1.729
Direito a Receber de Operação de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros	3.249	-	3.249	-	-	-
Valores a Receber do FCVS - Fundo para Compensação de Variações Salariais ⁽²⁾	-	736	736	-	725	725
Operações sem Características de Concessão de Crédito	354	-	354	138	-	138
Não Financeiros	11.668	1.379	13.047	11.626	516	12.142
Despesas Antecipadas	3.602	1.256	4.858	4.232	420	4.652
Ativos de Planos de Aposentadoria (Notas 29c e d)	2.372	-	2.372	2.308	-	2.308
Diversos no País	3.321	-	3.321	3.099	-	3.099
Diversos no Exterior	654	123	777	405	96	501
Outros	1.719	-	1.719	1.582	-	1.582

(1) Neste período, não houve perdas referente à redução ao valor recuperável de outros ativos financeiros.

(2) O Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS foi criado por meio da Resolução nº 25, de 16/6/1967, do Conselho de Administração do extinto BNH (Banco Nacional da Habitação), e tem por finalidade liquidar os saldos remanescentes existentes após o término do prazo dos financiamentos imobiliários contratados até março/1990, de contratos financiados no âmbito do SFH (Sistema Nacional da Habitação) e desde que cobertos pelo FCVS.

b) Outros Passivos

	31/03/2014			31/12/2013		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Financeiros	54.061	1.480	55.541	60.582	692	61.274
Operações com Cartões de Crédito	49.024	-	49.024	54.263	-	54.263
Carteira de Câmbio	652	-	652	259	-	259
Negociação e Intermediação de Valores	3.501	1.269	4.770	5.230	516	5.746
Obrigações Leasing Financeiro (Nota 14a)	153	211	364	162	176	338
Recursos de Consorciados	32	-	32	28	-	28
Outros	699	-	699	640	-	640
Não Financeiros	26.486	263	26.749	20.173	675	20.848
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	5.602	-	5.602	205	-	205
Diversos no País	1.531	47	1.578	1.071	46	1.117
Recursos em Trânsito	10.414	-	10.414	8.132	-	8.132
Provisão para Pagamentos Diversos	1.945	113	2.058	2.027	511	2.538
Sociais e Estatutárias	1.671	15	1.686	3.172	37	3.209
Relativas a Operações de Seguros	1.056	-	1.056	1.200	-	1.200
Obrigações por Convênios Oficiais e Prestação de Serviços de Pagamento	402	-	402	440	-	440
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria (Nota 29c e e)	717	40	757	699	27	726
Provisão de Pessoal	1.266	48	1.314	1.251	54	1.305
Provisão para Seguro Saúde	661	-	661	655	-	655
Rendas Antecipadas	1.107	-	1.107	1.099	-	1.099
Outros	114	-	114	222	-	222

Nota 21 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em AGE de 19/04/2013 foi aprovado o aumento do capital social subscrito e integralizado no montante de R\$ 15.000, mediante a capitalização de valores registrados nas Reservas de Lucros – Reserva Estatutária, com bonificação de 10% em ações. As ações bonificadas passaram a ser negociadas a partir de 21/05/2013 e o processo foi homologado pelo BACEN em 06/05/2013. Em consequência, o capital social foi elevado em 457.093.610 ações.

O capital social está representado por 5.028.029.710 ações escriturais sem valor nominal, sendo 2.518.215.040 ações ordinárias e 2.509.814.670 ações preferenciais sem direito a voto, mas com direito de, em possível alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, a fim de assegurar lhes o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias. O capital social totaliza R\$ 60.000 (R\$ 60.000 em 31/12/2013), sendo R\$ 41.256 (R\$ 41.602 em 31/12/2013) de acionistas domiciliados no Brasil e R\$ 18.744 (R\$ 18.398 em 31/12/2013) de acionistas domiciliados no exterior.

Seguem a composição e a movimentação das classes das ações do capital integralizado e a conciliação dos saldos no início e no fim do período:

31/03/2014				
	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Residentes no País em 31/12/2013	2.502.311.972	983.934.784	3.486.246.756	
Residentes no Exterior em 31/12/2013	15.903.068	1.525.879.886	1.541.782.954	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2013	2.518.215.040	2.509.814.670	5.028.029.710	
Ações Representativas do Capital Social em 31/03/2014	2.518.215.040	2.509.814.670	5.028.029.710	
Residentes no País em 31/03/2014	2.502.614.401	954.696.486	3.457.310.887	
Residentes no Exterior em 31/03/2014	15.600.639	1.555.118.184	1.570.718.823	
Ações em Tesouraria em 31/12/2013 ⁽¹⁾	2.310	68.867.010	68.869.320	(1.854)
Exercidas - Outorga de Opções de Ações	-	(5.537.907)	(5.537.907)	90
Alienações - Plano para Outorga de Opções de Ações	-	(5.095.682)	(5.095.682)	196
Ações em Tesouraria em 31/03/2014 ⁽¹⁾	2.310	58.233.421	58.235.731	(1.568)
Em Circulação em 31/03/2014	2.518.212.730	2.451.581.249	4.969.793.979	
Em Circulação em 31/12/2013 ⁽²⁾	2.518.212.730	2.440.947.660	4.959.160.390	

31/12/2013				
	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Residentes no País em 31/12/2012	2.280.400.056	884.649.441	3.165.049.497	
Residentes no Exterior em 31/12/2012	8.886.344	1.397.000.259	1.405.886.603	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2012	2.289.286.400	2.281.649.700	4.570.936.100	
Bonificação de Ações - AGE de 19/04/2013 - Efetivada em 21/05/2013	228.928.640	228.164.970	457.093.610	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2013	2.518.215.040	2.509.814.670	5.028.029.710	
Residentes no País em 31/12/2013	2.502.311.972	983.934.784	3.486.246.756	
Residentes no Exterior em 31/12/2013	15.903.068	1.525.879.886	1.541.782.954	
Ações em Tesouraria em 31/12/2012 ⁽¹⁾	2.100	52.554.239	52.556.339	(1.523)
Aquisições de Ações	-	23.500.000	23.500.000	(662)
Exercidas - Outorga de Opções de Ações	-	(7.417.015)	(7.417.015)	107
Alienações - Plano para Outorga de Opções de Ações	-	(4.477.121)	(4.477.121)	224
Bonificação de Ações - AGE de 19/04/2013 - Efetivada em 21/05/2013	210	4.706.907	4.707.117	-
Ações em Tesouraria em 31/12/2013 ⁽¹⁾	2.310	68.867.010	68.869.320	(1.854)
Em Circulação em 31/12/2013 ⁽²⁾	2.518.212.730	2.440.947.660	4.959.160.390	
Em Circulação em 31/12/2012	2.518.212.730	2.452.005.007	4.970.217.737	

(1) Ações de própria emissão adquiridas, com base em autorizações do Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria, posterior cancelamento ou recolocação no mercado.

(2) Para melhor comparabilidade, as ações em circulação do período de 31/12/2012, foram ajustadas pela bonificação ocorrida em 21/05/2013.

Abaixo são discriminados o custo médio das Ações em Tesouraria e o seu valor de mercado:

Custo / Valor de Mercado	01/01 a 31/03/2014	
	Ordinárias	Preferenciais
Ações em Tesouraria		
Custo Médio	8,77	26,93
Valor de Mercado em 31/03/2014	31,93	33,90

Custo / Valor de Mercado	01/01 a 31/12/2013	
	Ordinárias	Preferenciais
Mínimo	-	26,36
Médio ponderado	-	28,18
Máximo	-	29,24
Ações em Tesouraria		
Custo Médio	8,77	26,93
Valor de Mercado em 31/12/2013	29,45	31,35

b) Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. As ações de ambas as espécies participaram dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias dividendo igual ao prioritário mínimo anual de R\$ 0,022 por ação não cumulativo a ser pago às ações preferenciais.

A antecipação mensal do dividendo mínimo obrigatório utiliza a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte no valor de R\$ 0,015 por ação.

Segue abaixo o demonstrativo dos dividendos e juros sobre capital próprio e o cálculo do dividendo mínimo obrigatório:

Demonstrativo dos Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

	31/03/2014	31/03/2013
Lucro Líquido Individual (BR GAAP)	3.357	2.473
Ajustes:		
(-) Reserva Legal	(168)	(124)
Base de Cálculo do Dividendo	3.189	2.349
Dividendos Mínimo Obrigatório - 25%	797	587
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos / Provisionados	797	587

Pagamentos/Provisionamento de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

	31/03/2014		
	Bruto	IRF	Líquido
Pagos/Antecipados	149	-	149
Dividendos - 2 parcelas mensais de R\$ 0,015 por ação pagas em fevereiro e março de 2014	149	-	149
Declarados até 31/03/2014 (Registrados em Outras Passivos)	750	(102)	648
Dividendos - 1 parcela mensal de R\$ 0,015 por ação, paga em 01/04/2014	75	-	75
Juros sobre Capital Próprio - R\$ 0,1359 por ação	675	(102)	573
Total de 01/01 a 31/03/2014 - R\$ 0,1605 líquido por ação	899	(102)	797

	31/03/2013		
	Bruto	IRF	Líquido
Pagos/Antecipados	135	-	135
Dividendos - 2 parcelas mensais de R\$ 0,015 por ação pagas em fevereiro e março de 2013	135	-	135
Declarados até 31/03/2013 (Registrados em Outros Passivos)	520	(68)	452
Dividendos - 1 parcela mensal de R\$ 0,015 por ação, paga em 01/04/2013	68	-	68
Juros sobre o Capital Próprio - R\$ 0,0999 por ação.	452	(68)	384
Total de 01/01 a 31/03/2013 - R\$ 0,1299 líquido por ação	655	(68)	587

c) Capital Adicional Integralizado

O Capital Adicional Integralizado corresponde: (i) à diferença entre o preço de venda das ações em tesouraria e o custo médio de tais ações e (ii) às despesas de remuneração reconhecidas segundo o plano de opções de ações.

d) Reservas Integralizadas

	31/03/2014	31/12/2013
Reservas de Capital ⁽¹⁾	285	285
Ágio na Subscrição de Ações	284	284
Reservas Decorrentes de Incentivos Fiscais, Atualização de Títulos Patrimoniais e Outras	1	1
Reservas de Lucros	12.877	13.183
Legal ⁽²⁾	5.139	4.971
Estatutárias	15.896	13.615
Equalização de Dividendos ⁽³⁾	5.047	3.901
Reforço do Capital de Giro ⁽⁴⁾	3.458	3.003
Aumento de Capital de Empresas Participadas ⁽⁵⁾	7.391	6.711
Reorganizações Societárias (Nota 3b)	(8.158)	(7.999)
Especiais de Lucros ⁽⁶⁾	-	2.596
Total das Reservas na Controladora	13.162	13.468

(1) Refere-se aos valores recebidos pela sociedade que não transitaram pelo resultado, por não se referirem à contraprestação à entrega de bens ou serviços prestados pela sociedade.

(2) Reserva Legal - objetiva aumentar o capital da sociedade ou absorver prejuízos, mas não pode ser distribuída sob a forma de dividendos.

(3) Reserva para Equalização de Dividendos - tem a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

(4) Reserva para Capital de Giro - objetiva garantir meios financeiros para a operação da sociedade.

(5) Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas - visa garantir o direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas.

(6) Refere-se ao Juros sobre Capital Próprio declarado após 31 de dezembro de cada período.

e) Reservas a Integralizar

Refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a distribuição de dividendos e das apropriações para as reservas estatutárias nos registros legais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Nota 22 – Plano para Outorga de Opções de Ações

a) Objetivo e Diretrizes do Plano

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de plano para outorga de opções de ações aos seus executivos. Esse plano visa integrar executivos no processo de desenvolvimento da instituição a médio e longo prazo, por meio da outorga de opções de ações simples ou opções de sócios, pessoais, impenhoráveis e intransferíveis, que concedem o direito de subscrição de uma ação do capital autorizado ou, a critério da administração, de aquisição de uma ação em tesouraria adquirida para recolocação.

Somente podem ser outorgadas opções em exercícios com lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas e em quantidade que não ultrapasse o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações obtidas pelos acionistas na data do balanço de encerramento do exercício. Compete ao Comitê de Pessoas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING a definição da quantidade, dos beneficiários, o tipo de opção, o prazo de vigência das séries, podendo variar entre o mínimo de 5 anos e o máximo de 10 anos, o período de carência para o exercício das opções e o período de indisponibilidade das ações adquiridas em virtude do exercício das opções. Podem participar desse programa diretores e membros do Conselho de Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e das empresas por ele controladas, bem como funcionários com base em avaliação de potencial e performance.

Atualmente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING efetua a liquidação deste plano somente entregando ações de sua própria emissão, que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos beneficiários.

b) Características dos Programas

I – Opções Simples

Programas Anteriores

O Itaú e o Unibanco, antes da associação, dispunham de Planos de Outorga de Opções de Ações (Programas Anteriores). Aos beneficiários elegíveis ao programa eram outorgadas opções simples, de acordo com a avaliação de performance de cada empregado. O preço de exercício é calculado com base no valor médio dos preços das ações preferenciais verificados nos pregões da BM&FBOVESPA no período de, no mínimo, 1 (um) e, no máximo, 3 (três) meses anterior à data de emissão das opções, facultado ainda ajuste de até 20%, para mais ou para menos, e reajustados até o último dia útil do mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou IPCA, na sua falta, pelo índice que o Comitê designar. Não são mais outorgadas opções nesse modelo.

Programa Pós Associação

Aos beneficiários elegíveis ao programa são outorgadas opções simples, de acordo com a avaliação de performance de cada empregado. O preço de exercício é calculado com base no valor médio dos preços das ações preferenciais verificados nos pregões da BM&FBOVESPA nos três últimos meses do ano antecedente ao da outorga, facultado ainda ajuste de até 20%, para mais ou para menos. O preço de exercício é ajustado pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê designar.

O período de carência é de 1 (um) a 7 (sete) anos contados a partir da data de emissão.

Em AGE de 19/04/2013 foi aprovada a conversão do Plano de Opção de Compra de Ações da REDE para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, com a troca das ações RDCD3 para ITUB4, sem impacto financeiro significativo.

II – Plano de Sócios

Os executivos selecionados para participar do programa podem investir um percentual de seus bônus para adquirir ações e/ou o direito de receber ações (Instrumentos Baseados em Ações). As ações adquiridas, bem como os instrumentos baseados em ações deverão ser mantidos pelos executivos em sua propriedade por um prazo de 3 a 5 anos e estão sujeitas à variação de mercado. No momento em que adquirem ações próprias e/ou instrumentos baseados em ações, são outorgadas Opções de Sócios de acordo com a classificação dos executivos. Os prazos de carência das Opções de Sócios e dos Instrumentos Baseados em Ações são de 1 a 7 anos. Os Instrumentos Baseados em Ações e as Opções de Sócios são convertidos em ações próprias do ITAÚ UNIBANCO HOLDING na proporção de uma ação preferencial para cada

instrumento após o respectivo período de carência sem pagamento de valores em moeda corrente durante o exercício.

O preço de aquisição das ações próprias e dos Instrumentos Baseados em Ações é fixado semestralmente e é equivalente à média da cotação das ações preferenciais nos pregões da BM&FBOVESPA nos 30 dias que antecederem a fixação do referido preço.

As ações recebidas no fim do período de carência das Opções de Sócios deverão ser mantidas pelos beneficiários, sem qualquer tipo de ônus ou gravame, por prazos entre 5 e 8 anos contados a partir da data de aquisição das ações próprias.

A média ponderada do valor justo dos Instrumentos Baseados em Ações na data de concessão foi estimada para as ações adquiridas no período findo em 31/03/2014 – R\$ 31,43 por ação (em 31/03/2013 - R\$ 34,66 por ação).

O valor justo dos Instrumentos Baseados em Ações é o preço de mercado cotado na data de concessão para as ações preferenciais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING menos o preço à vista pago pelos beneficiários. Valor recebido na compra de Instrumentos Baseados em Ações no período findo em 31/03/2014 - R\$ 8 (em 31/03/2013 - R\$ 15).

Resumo da Movimentação do Plano

	Opções Simples			Opções de Sócios		Total
	Quantidade	Preço de Exercício Médio Ponderado	Valor de Mercado Médio Ponderado	Quantidade	Valor de Mercado Médio Ponderado	
Saldo em 31/12/2013	59.378.951	36,13		16.683.473		76.062.424
Opções exercíveis no final do período	29.758.904	33,46		-		29.758.904
Opções em aberto não exercíveis	29.620.047	39,88		16.683.473		46.303.520
Opções:						
Outorgadas ⁽¹⁾	-	-		6.673.692		6.673.692
Canceladas/Perda de Direito ⁽²⁾	(24.968)	38,73		(1.472)		(26.440)
Exercidas	(3.094.786)	28,84	32,19	(2.443.121)	28,42	(5.537.907)
Saldo em 31/03/2014	56.259.197	37,57		20.912.572		77.171.769
Opções exercíveis no final do período	26.939.444	34,30		8.570		26.948.014
Opções em aberto não exercíveis	29.319.753	40,56		20.904.003		50.223.756
Faixa de preços de exercício						
Outorga 2006-2009		28,19 - 47,67				
Outorga 2010-2012		28,90 - 45,79				
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	3,29			2,70		

(1) Refere-se a conversão do Plano REDE.

(2) Refere-se ao não exercício por opção do beneficiário.

Resumo da Movimentação do Plano

	Opções Simples			Opções de Sócios		Total
	Quantidade	Preço de Exercício Médio Ponderado	Valor de Mercado Médio Ponderado	Quantidade	Valor de Mercado Médio Ponderado	
Saldo em 31/12/2012	65.161.746	34,43		15.704.171		80.865.917
Opções exercíveis no final do período	21.464.092	34,84		36.821		21.500.913
Opções em aberto não exercíveis	43.697.654	34,23		15.667.350		59.365.004
Opções:						
Outorgadas	-	-		5.196.045		5.196.045
Canceladas/Perda de Direito ^(*)	(129.616)	35,60		(229.773)		(359.389)
Exercidas	(442.156)	27,44	32,63	(360.823)	31,86	(802.979)
Saldo em 31/03/2013	64.589.974	34,92		20.309.620		84.899.594
Opções exercíveis no final do período	21.036.209	35,39		86.236		21.122.445
Opções em aberto não exercíveis	43.553.765	34,70		20.223.384		63.777.149
Faixa de preços de exercício						
Outorga 2006-2009		26,65 - 44,92				
Outorga 2010-2012		31,63 - 43,30				
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	4,12			2,36		

(*) Refere-se ao não exercício por opção do beneficiário.

Resumo da Movimentação dos Instrumentos Baseados em Ações

	Quantidade
Saldo em 31/12/2013	1.985.260
Instrumentos:	
Novos IBA's	260.428
Convertidos	(1.151.211)
Saldo em 31/03/2014	1.094.477
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	1,29
	Quantidade
Saldo em 31/12/2012	3.076.764
Instrumentos:	
Novos IBA's	485.239
Convertidos	(995.557)
Saldo em 31/03/2013	2.566.446
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	1,03

c) Valor Justo e Premissas Econômicas utilizadas para Reconhecimento dos Custos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconhece na data da outorga o valor justo das opções, utilizando o modelo Binomial para as Opções Simples e Black&Scholes para as Opções dos Sócios. As premissas econômicas utilizadas são:

Preço de Exercício: como preço de exercício da opção, utiliza-se o preço de exercício previamente definido na emissão da opção, atualizado pela variação do IGP-M.

Preço do Ativo Objeto: o preço das ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (ITUB4) utilizado para o cálculo é o preço de fechamento da BM&FBOVESPA na data base de cálculo.

Dividendos Esperados: é a média anual da taxa de retorno dos últimos três exercícios de Dividendos pagos, acrescidos dos Juros sobre Capital Próprio da ação ITUB4.

Taxa de Juros Livre de Risco: a taxa livre de risco utilizada é o cupom do IGP-M na data de vencimento do plano da opção.

Volatilidade Esperada: calculada a partir do desvio-padrão sobre histórico dos últimos 84 retornos mensais dos preços de fechamento da ação ITUB4 divulgada pela BM&FBOVESPA, ajustados pela variação do IGP-M.

Outorga		Carência até	Prazo Final para Exercício	Preço do Ativo Objeto	Valor Justo	Dividendos Esperados	Taxa de Juros Livre de Risco	Volatilidade Esperada
Nº	Data							
Opções dos Sócios (*)								
19ª	27/02/2014	27/02/2017	-	31,43	28,43	3,35%	-	-
19ª	27/02/2014	27/02/2019	-	31,43	26,60	3,35%	-	-

(*) O valor justo das opções dos sócios é mensurado com referência ao valor justo da ação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING na data das outorgas.

d) Efeitos Contábeis Decorrentes das Opções

Conforme prevê o regulamento do Plano, até o presente, nos exercícios das opções outorgadas, foram vendidas ações preferenciais mantidas em tesouraria. Os registros contábeis relativos ao plano ocorrem durante o período de carência pelo diferimento do valor justo das opções outorgadas com efeito no Resultado e no exercício das opções, pelo montante recebido relativo ao preço de exercício com reflexos no Patrimônio Líquido.

O efeito em Resultado no período de 01/01 a 31/03/2014 foi de R\$ (46) (R\$ (47) de 01/01 a 31/03/2013) em contrapartida a Reserva de Capital - Opção de Outorga Reconhecida - Lei 11.638 (Nota 21d).

No Patrimônio Líquido o efeito foi de:

	31/03/2014	31/03/2013
Valor recebido pela venda de ações - Opções Exercidas	210	119
(-) Custo das Ações em Tesouraria Vendidas	(286)	(137)
Efeito na Venda (*)	(76)	(18)

(*) Registrado em Capital Adicional Integralizado.

Nota 23 - Receita e Despesas de Juros e Rendimentos e Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos

a) Receitas de Juros e Rendimentos

	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2013
Depósitos Compulsórios no Banco Central	1.523	848
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	164	155
Aplicações em Mercado Aberto	3.858	2.673
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	3.291	2.383
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1.867	1.078
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	304	90
Operações de Crédito	16.243	13.960
Outros Ativos Financeiros	220	165
Total	27.470	21.352

b) Despesas de Juros e Rendimentos

	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2013
Depósitos	(2.955)	(2.233)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(6.239)	(3.450)
Recursos de Mercados Interbancários	(1.443)	(1.136)
Recursos de Mercados Institucionais	(1.683)	(1.172)
Despesa Financeira de Provisões Técnicas de Seguros e Previdência	(1.850)	(493)
Outros	(15)	(10)
Total	(14.185)	(8.494)

c) Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos

	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2013
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	85	(1.024)
Derivativos (*)	151	57
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	10	2
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	(69)	(8)
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	(72)	32
Total	105	(941)

(*) Inclui a parcela inefetiva dos Derivativos relacionados ao Hedge Contábil.

Durante o período findo em 31/03/2014 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconheceu perdas por redução ao valor recuperável no valor de R\$ 60 para os Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, durante o período findo em 31/03/2013 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não reconheceu perda por redução ao valor recuperável.

Nota 24 - Receita de Prestação de Serviços

	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2013
Serviços de Contas Correntes	1.716	1.451
Taxas de Administração	677	582
Comissões de Cobrança	301	279
Comissões de Cartões de Crédito	2.752	2.273
Operações de Crédito e Garantias Prestadas	319	285
Comissão de Corretagem	53	70
Outros	383	317
Total	6.201	5.257

Nota 25 - Outras Receitas

	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2013
Ganhos na Venda de Bens não de Uso, Imobilizado e Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	3	20
Recuperação de Despesas	26	18
Reversão de Provisões	122	35
Outros	64	74
Total	215	147

Nota 26 - Despesas Gerais e Administrativas

	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2013
Despesas de Pessoal	(3.917)	(3.770)
Remuneração	(1.644)	(1.532)
Encargos	(557)	(528)
Benefícios Sociais	(505)	(459)
Planos de Aposentadoria e Benefícios Pós Emprego (Nota 29)	3	(15)
Benefício Definido	(9)	(20)
Contribuição Definida	12	5
Plano de Opções de Ações (Nota 22d)	(46)	(47)
Treinamento	(35)	(38)
Participações de Empregado nos Lucros	(731)	(639)
Desligamentos	(86)	(98)
Provisão Trabalhista (Nota 32)	(316)	(414)
Despesas Administrativas	(3.339)	(2.994)
Processamento de Dados e Telecomunicações	(916)	(867)
Serviços de Terceiros	(933)	(758)
Instalações	(214)	(212)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(193)	(200)
Despesas de Aluguéis	(282)	(253)
Transportes	(106)	(113)
Materiais	(86)	(74)
Despesas com Serviços Financeiros	(144)	(118)
Segurança	(153)	(131)
Concessionárias de Serviços Públicos	(74)	(73)
Despesas de Viagem	(42)	(41)
Outros	(196)	(154)
Depreciação	(408)	(360)
Amortização	(207)	(202)
Despesas de Comercialização de Seguros	(336)	(280)
Outras Despesas	(1.880)	(1.558)
Despesas relacionadas a Cartões de Crédito	(504)	(537)
Reembolso relativo à Aquisições	(27)	(8)
Perdas com fraudes com Terceiros	(135)	(148)
Prejuízo na Venda de Bens não de Uso, Imobilizado e Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	(19)	(15)
Provisões Cíveis (Nota 32)	(496)	(441)
Provisões Fiscais e Previdenciárias	(291)	(187)
Ressarcimento de custos interbancários	(50)	(52)
Outros	(358)	(170)
Total	(10.087)	(9.164)

Nota 27 – Imposto de Renda e Contribuição Social

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e cada uma de suas subsidiárias apuram separadamente, em cada exercício, o imposto de renda federal e a contribuição social sobre o lucro líquido.

a) Composição das Despesas com Impostos e Contribuições

I - Demonstração do Cálculo de Imposto de Renda e Contribuição Social:

	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2013
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	7.194	4.810
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes (Nota 2.4 n)	(2.878)	(1.924)
Acréscimos/Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:		
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em conjunto, Líquido	29	20
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	(413)	(15)
Juros sobre o Capital Próprio	428	418
Reorganizações Societárias (Nota 3b)	157	157
Dividendos e Juros sobre Títulos da Dívida Externa	41	36
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não tributáveis	43	(12)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos	(2.593)	(1.320)

b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2013	Realização/ Reversão	Constituição	31/03/2014
Refletido no Resultado	35.043	(4.778)	4.414	34.679
Créditos de Liquidação Duvidosa	17.896	(974)	1.470	18.392
Relativos a Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social	6.137	(275)	401	6.263
Provisões para Passivos Contingentes	<u>3.973</u>	<u>(518)</u>	<u>1.713</u>	<u>5.168</u>
Ações Cíveis	1.706	(66)	113	1.753
Ações Trabalhistas	1.400	(113)	132	1.419
Fiscais e Previdenciárias	849	(339)	1.468	1.978
Outros	18	-	-	18
Ágio na Aquisição do Investimento	1.515	(249)	-	1.266
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	1.479	(1.228)	183	434
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	653	-	-	653
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos	439	(439)	8	8
Provisão Relativa à Operação de Seguro Saúde	262	-	3	265
Outros	2.689	(1.095)	636	2.230
Refletido no Patrimônio Líquido	4.502	(692)	57	3.867
Reorganizações Societárias (Nota 3b)	3.153	(160)	-	2.993
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	813	(122)	-	691
Hedge de Fluxo de Caixa e Hedge de Investimentos Líquidos no Exterior	427	(410)	-	17
Outros	109	-	57	166
Total (*)	39.545	(5.470)	4.471	38.546

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 31.613 (R\$ 31.886 em 31/12/2013) e R\$ 288 (R\$ 328 em 31/12/2013).

	31/12/2012	Realização/ Reversão	Constituição	31/12/2013
Refletido no Resultado	31.060	(11.076)	13.997	35.043
Relativos a Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social	3.955	(1.336)	3.459	6.137
Créditos de Liquidação Duvidosa	16.275	(4.438)	5.580	17.896
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos	229	(229)	439	439
Ágio na Aquisição do Investimento	2.761	(1.657)	380	1.515
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	1.645	(665)	284	1.479
Provisões para Passivos Contingentes	<u>3.487</u>	<u>(1.421)</u>	<u>1.740</u>	<u>3.973</u>
Ações Cíveis	1.422	(516)	757	1.706
Ações Trabalhistas	1.224	(565)	661	1.400
Fiscais e Previdenciárias	822	(339)	322	849
Outros	19	(1)	-	18
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	8	(13)	658	653
Provisão Relativa à Operação de Seguro Saúde	254	-	8	262
Outros	2.446	(1.317)	1.449	2.689
Refletida no Patrimônio Líquido	3.943	(638)	1.196	4.502
Reorganizações Societárias (Nota 3b)	3.791	(638)	-	3.153
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	26	-	788	814
Hedge de Fluxo de Caixa e Hedge de Investimentos Líquidos no Exterior	126	-	300	426
Outros	-	-	108	109
Total (*)	35.003	(11.714)	15.193	39.545

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 31.886 e R\$ 328.

II - O saldo da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2013	Realização / Reversão	Constituição	31/03/2014
Refletido no Resultado	7.527	(3.347)	2.528	6.708
Superveniência de Depreciação de Arrendamento Mercantil Financeiro	4.165	(2.527)	2.169	3.807
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes	981	(21)	78	1.038
Planos de Pensão	355	-	2	357
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	392	(18)	-	374
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos	157	(157)	171	171
Tributação sobre Resultados no Exterior - Ganhos de Capital	267	-	99	366
Outros	1.210	(624)	9	595
Refletido no Patrimônio Líquido	460	-	54	514
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	64	-	-	64
Hedge de Fluxo de Caixa e Hedge de Investimentos Líquidos no Exterior	84	-	38	122
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria ⁽¹⁾	312	-	16	328
Total ⁽²⁾	7.987	(3.347)	2.582	7.222

(1) Em 31/03/2013 foi reclassificado para o Patrimônio Líquido, conforme IAS 19 (R1).

(2) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 31.613 (R\$ 31.886 em 31/12/2013) e R\$ 288 (R\$ 328 em 31/12/2013).

	31/12/2012	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2013
Refletido no Resultado	7.812	(2.959)	2.674	7.527
Superveniência de Depreciação de Arrendamento Mercantil Financeiro	5.453	(2.527)	1.239	4.165
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes	911	(130)	200	981
Planos de Pensão	355	-	-	355
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	117	-	275	392
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos	234	(234)	157	157
Tributação sobre Resultados no Exterior - Ganhos de Capital	167	-	100	267
Outros	575	(68)	703	1.210
Refletido no Patrimônio Líquido	1.848	(1.473)	85	460
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	1.288	(1.224)	-	64
Hedge de Fluxo de Caixa e Hedge de Investimentos Líquidos no Exterior	-	-	84	84
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria	560	(249)	-	311
Outros	-	-	1	1
Total (*)	9.660	(4.432)	2.759	7.987

(*) O Imposto de Renda e a Contribuição Social Diferidos Ativo e Passivo estão apresentados no balanço patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 31.886 e R\$ 328.

III - A estimativa de realização e o valor presente dos Créditos Tributários e da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos existentes em 31/03/2014, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, são:

	Créditos Tributários				Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos		Tributos Diferidos Líquidos			
	Diferenças Temporárias	%	Prejuízo Fiscal e Base Negativa	%	Total	%	%	%		
2014	10.537	32%	571	9%	11.108	29%	(2.510)	35%	8.598	27%
2015	6.319	20%	2.408	39%	8.727	23%	(1.921)	26%	6.806	22%
2016	4.958	15%	1.993	32%	6.951	18%	(1.072)	15%	5.879	19%
2017	2.328	7%	1.267	20%	3.595	9%	(351)	5%	3.244	10%
2018	3.440	11%	12	0%	3.452	9%	(294)	4%	3.158	10%
Acima de 2018	4.701	15%	12	0%	4.713	12%	(1.074)	15%	3.639	12%
Total	32.283	100%	6.263	100%	38.546	100%	(7.222)	100%	31.324	100%
Valor Presente (*)	28.441		5.672		34.113		(6.462)		27.651	

(*) Para o ajuste a valor presente, foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras e tarifas de serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e a contribuição social em razão das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, é recomendável que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias, dos prejuízos fiscais e da base negativa não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

Em 31/03/2014 e 31/12/2013, não existem Créditos Tributários não contabilizados.

Nota 28 - Lucro por Ação

O lucro por ação básico e diluído foi calculado conforme tabela a seguir, para os períodos indicados. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível ao acionista do ITAÚ UNIBANCO HOLDING pelo número médio de ações durante os períodos, excluindo-se o número de ações compradas pela empresa e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído, por sua vez, é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores - Lucro por Ação Básico	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2013
Lucro Líquido	4.551	3.482
Dividendo Mínimo não Cumulativo sobre as Ações Preferenciais, segundo os Estatutos	(54)	(54)
Subtotal	4.497	3.428
Lucro Acumulado a ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias em um Valor por Ação igual ao Dividendo Mínimo Pagável aos Acionistas Preferenciais	(55)	(55)
Subtotal	4.442	3.373
Lucro Acumulado a ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias e Preferenciais em Bases Proporcionais:		
Aos Detentores de Ações Ordinárias	2.253	1.708
Aos Detentores de Ações Preferenciais	2.189	1.665
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	2.308	1.763
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	2.243	1.719
Média Ponderada das Ações em Circulação (Nota 21a)		
Ações Ordinárias	2.518.212.730	2.518.212.730
Ações Preferenciais	2.447.063.887	2.455.378.506
Lucro por Ação - Básico - R\$		
Ações Ordinárias	0,92	0,70
Ações Preferenciais	0,92	0,70

Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores - Lucro por Ação Diluído	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2013
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	2.243	1.719
Dividendo sobre as Ações Preferenciais Após Efeitos da Diluição	6	6
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais Considerando as Ações Preferenciais Após Efeitos da Diluição	2.249	1.725
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	2.308	1.763
Dividendo sobre as Ações Preferenciais Após Efeitos da Diluição	(6)	(6)
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias Considerando as Ações Preferenciais Após Efeitos da Diluição	2.302	1.757
Média Ponderada Ajustada de Ações (Nota 21a)		
Ações Ordinárias	2.518.212.730	2.518.212.730
Ações Preferenciais	2.461.022.629	2.472.019.014
Ações Preferenciais	2.447.063.887	2.455.378.506
Ações Incrementais das Opções de Ações Concedidas segundo o Plano de Outorga de Opções de Ações	13.958.742	16.640.508
Lucro por Ação Diluído - R\$		
Ações Ordinárias	0,91	0,70
Ações Preferenciais	0,91	0,70

Os efeitos potencialmente antidilutivos das ações do Plano de Opções de Ações, que foram excluídas do cálculo do lucro por ação diluído, totalizaram 15.890.523 ações preferenciais em 31/03/2014, 13.119.547 ações preferenciais em 31/03/2013 .

Nota 29 – Benefícios Pós Emprego

Nos termos do IAS 19 (R1), são apresentadas a seguir as políticas praticadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas quanto aos benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e algumas de suas subsidiárias patrocinam planos na modalidade de benefício definido incluindo os planos de contribuição variável, que têm por finalidade básica a concessão de benefício que, em geral, se dão na forma de renda vitalícia, podendo haver conversão em pensão por morte de acordo com o regulamento do plano. Também patrocinam planos de modalidade de contribuição definida, cujo benefício é determinado unicamente com base no saldo acumulado das contas individuais na data da elegibilidade, conforme regulamento de cada plano, o qual não requer cálculo atuarial, exceto no caso descrito na Nota 29d.

Os colaboradores contratados até 31 de julho de 2002, origem Itaú, e até 27 de fevereiro de 2009, origem Unibanco, são beneficiados pelos planos acima referidos. Os colaboradores contratados após as referidas datas contam com a opção de participar voluntariamente de um plano de contribuição variável (PGBL), administrado pela Itaú Vida e Previdência S.A.

a) Descrição dos Planos

Os planos de benefícios são administrados por Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), com estrutura jurídica e legal independente, conforme detalhado a seguir:

Entidade	Plano de Benefício
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar	Plano de Aposentadoria Complementar - PAC ⁽¹⁾ Plano de Benefício Franprev - PBF ⁽¹⁾ Plano de Benefício 002 - PB002 ⁽¹⁾ Plano Básico Itaulam - PBI ⁽¹⁾ Plano Suplementar Itaulam - PSI ⁽²⁾ Plano Itaubanco CD ⁽³⁾ Plano de Aposentadoria Itaubank ⁽³⁾ Plano BD Itaú ⁽¹⁾ Plano CD Itaú ⁽²⁾ Plano de Previdência Unibanco ⁽³⁾ Plano de Benefícios Prebeg ⁽¹⁾
Fundação Bemgeprev	Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia - ACMV ⁽¹⁾
Funbep Fundo de Pensão Multipatrocinado	Plano de Benefícios Funbep I ⁽¹⁾ Plano de Benefícios Funbep II ⁽²⁾
Múltipla - Multiempresas de Previdência Complementar	Plano de Aposentadoria REDECARD Básico ⁽¹⁾ Plano de Aposentadoria REDECARD Suplementar ⁽²⁾ Plano de Previdência REDECARD ⁽³⁾
UBB-PREV - Previdência Complementar	Plano de Benefícios Definidos UBB PREV ⁽¹⁾
Banorte Fundação Manoel Baptista da Silva de Seguridade Social	Plano de Benefícios II ⁽¹⁾

(1) Plano de modalidade de benefício definido;

(2) Plano de modalidade de contribuição variável;

(3) Plano de modalidade de contribuição definida.

b) Governança

As EFPC e os planos de benefícios por elas administrados são regulados em conformidade com a legislação específica sobre a matéria. As EFPC são administradas pela Diretoria Executiva, Conselhos Deliberativo e Fiscal, cuja parte dos membros são indicados pela patrocinadora e outra eleita na condição de representantes dos participantes ativos e assistidos, nos termos dos respectivos estatutos das Entidades. As EFPC tem como objetivo principal pagar benefícios aos participantes elegíveis, nos termos do Regulamento do Plano, mantendo os ativos dos planos aplicados separadamente e de forma independente do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

c) Planos de Benefício Definido

I - Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial dos Planos de Aposentadoria

	31/03/2014	31/03/2013
Taxa de Desconto ⁽¹⁾	9,72% a.a.	8,16% a.a.
Tábua de Mortalidade ⁽²⁾	AT-2000	AT-2000
Rotatividade ⁽³⁾	Exp.Itaú 2008/2010	Exp.Itaú 2008/2010
Crescimentos Salariais Futuros	7,12% a.a.	7,12% a.a.
Crescimentos Benef. Previd. Social / Planos	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Inflação	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Método Atuarial ⁽⁴⁾	Cred.Unit.Projet.	Cred.Unit.Projet.

(1) A adoção desta premissa está baseada em estudo que utiliza como metodologia o acompanhamento das taxas de juros de títulos de longo prazo emitidos pelo tesouro brasileiro, indexados por índices de inflação, e a análise da evolução das curvas de juros até a data base da avaliação atuarial. A premissa Taxa de Desconto foi alterada em 31/12/2013 de forma a estar compatível com o cenário econômico observado na data base do encerramento do balanço, levando em conta a volatilidade dos mercados de juros e os modelos utilizados.

(2) As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pela SOA – “Society of Actuaries”, entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas.

A expectativa de vida em anos pela tábua de mortalidade AT-2000 para os participantes assistidos com 55 anos é de 27 e de 31 para homens e mulheres, respectivamente.

(3) A premissa de rotatividade é baseada na experiência efetiva da massa de participantes ativos vinculados ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING, as quais resultaram em média 2,4% a.a. na experiência 2008/2010.

(4) No método atuarial do Crédito Unitário Projetado, a reserva matemática é definida pelo valor atual do benefício projetado multiplicado pela razão entre o tempo de serviço atingido na data de avaliação e o tempo de serviço que será atingido na data da concessão do benefício. O custeio é determinado tomando-se o valor atual do benefício projetado distribuído ao longo dos anos de atividade de cada participante.

As premissas atuariais adotadas estão aderentes a massa de participantes de cada plano de benefícios, conforme estudos elaborados por consultoria atuarial externa e independente, para as premissas biométricas/demográficas.

II - Exposição a Riscos

Por meio de seus planos de benefícios definidos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING está exposto a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

- Volatilidade dos Ativos

O passivo atuarial é calculado adotando uma taxa de desconto definida com base no rendimento dos títulos de emissão do tesouro brasileiro (títulos públicos). Se o rendimento real dos investimentos dos planos for inferior ao rendimento esperado, isso poderá criar um déficit. Os planos detêm uma percentagem significativa de títulos de renda fixa atrelados aos compromissos dos planos, visando minimizar a volatilidade e o risco no curto e médio prazo.

- Mudanças no Rendimento dos Investimentos

Uma diminuição nos rendimentos de títulos públicos implicará na redução da taxa de desconto e, por decorrência, aumentará o passivo atuarial do plano. O efeito será parcialmente compensado pelo reconhecimento destes títulos pelo valor de mercado.

- Risco de Inflação

A maioria dos benefícios dos planos é vinculado a índices de inflação, e uma inflação maior levará a obrigações mais elevadas. O efeito será, também, parcialmente compensado em função de uma boa parte dos ativos do plano estar atrelado a títulos públicos com atualização de índice de inflação.

- Expectativa de Vida

A maioria das obrigações dos planos são o de proporcionar benefícios vitalícios, por isso o aumento da expectativa de vida irá resultar em um aumento nos passivos dos planos.

III - Gestão dos Ativos dos Planos de Benefício Definido

A gestão dos recursos das EFPC tem o objetivo geral de buscar o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações com pagamento de benefícios de aposentadoria, por meio da superação das metas atuariais (taxa de desconto mais índice de reajuste dos benefícios, definido nos regulamentos dos planos).

Em relação aos recursos garantidores do passivo atuarial, a gestão deve assegurar a capacidade de pagamento de benefícios de aposentadoria no longo prazo, imunizando os riscos de descasamento entre ativos e passivos por plano de previdência.

A alocação dos ativos dos planos e a meta de alocação por categoria de ativo são as seguintes:

Categorias	Valor Justo		% Alocação		
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013	Meta 2014
Títulos de Renda Fixa	11.497	11.251	91,17%	89,92%	53% a 100%
Títulos de Renda Variável	598	709	4,74%	5,67%	0% a 20%
Investimentos Estruturados	17	18	0,13%	0,14%	0% a 10%
Investimentos no Exterior	-	-	0,00%	0,00%	0% a 5%
Imóveis	472	508	3,74%	4,06%	0% a 7%
Empréstimos a participantes	27	26	0,21%	0,21%	0% a 5%
Total	12.611	12.512	100,00%	100,00%	

Os ativos dos planos de benefícios definidos incluem ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, de sua principal controladora (Itaúsa) e de controladas desta, com um valor justo de R\$ 519 (R\$ 596 em 31/12/2013), e imóveis alugados a empresas do conglomerado, com um valor justo de R\$ 469 (R\$ 474 em 31/12/2013).

Valor Justo

Os ativos dos planos são aqueles atualizados até a data base, como segue:

Títulos de Renda Fixa e Investimentos Estruturados - avaliados pelo valor de mercado considerando o preço médio de negociação do dia da apuração, valor líquido provável de realização obtido mediante adição técnica de apreçamento, levando em consideração, no mínimo, os prazo de pagamento e vencimento, o risco de crédito e o indexador.

Títulos de Renda Variável - avaliados pelo valor de mercado, assim entendido como a cotação média da ação do último dia útil do mês ou na data mais próxima, na bolsa de valores em que a ação tenha apresentado maior liquidez.

Imóveis - demonstrados ao custo de aquisição ou construção, ajustados ao valor de mercado por reavaliações efetuadas no exercício de 2012, suportadas por laudos técnicos. A depreciação é calculada pelo método linear,

Empréstimos a participantes - atualizados até a data base de acordo com os respectivos contratos.

Meta de Alocação dos Recursos

A meta de alocação dos recursos está baseada em Políticas de Investimento que são revisadas e aprovadas anualmente pelo Conselho Deliberativo de cada EFPC, com horizonte de cinco anos, as quais determinam diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores do passivo atuarial, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários.

IV- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

Apresenta-se a seguir a apuração do montante líquido reconhecido no Balanço Patrimonial, correspondente aos planos de benefícios definidos:

	31/03/2014	31/12/2013
1- Ativos Líquidos dos Planos	12.611	12.512
2- Passivos Atuariais	(11.677)	(11.577)
3- Superveniência (1-2)	934	935
4- Restrição do Ativo (*)	(1.297)	(1.293)
5- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial (3-4)	(363)	(358)
Valor Reconhecido no Ativo (Nota 20a)	243	222
Valor Reconhecido no Passivo (Nota 20b)	(606)	(580)

(*) Corresponde ao excedente do valor presente do benefício econômico disponível, em conformidade com o item 58 do IAS 19.

V- Evolução do Montante Líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

	31/03/2014				
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	12.512	(11.577)	935	(1.293)	(358)
Custo Serviço Corrente	-	(18)	(18)	-	(18)
Juros Líquidos ⁽¹⁾	295	(271)	24	(31)	(7)
Benefícios Pagos	(189)	189	-	-	-
Contribuições Patrocinadora	17	-	17	-	17
Contribuições Participantes	3	-	3	-	3
Efeito na restrição do Ativo	-	-	-	5	5
Remensurações ^{(9) (H)}	(27)	-	(27)	Á 22	(5)
Valor Final do Período	12.611	(11.677)	934	(1.297)	(363)

	31/12/2013				
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	15.072	(12.906)	2.166	(2.137)	29
Custo Serviço Corrente	-	(103)	(103)	-	(103)
Juros Líquidos ⁽¹⁾	1.202	(1.025)	177	(175)	2
Benefícios Pagos	(739)	739	-	-	-
Contribuições Patrocinadora	68	-	68	-	68
Contribuições Participantes	16	-	16	-	16
Efeito na restrição do Ativo	-	-	-	1.036	1.036
Remensurações ^{(2) (3)}	(3.107)	1.718	(1.389)	(17)	(1.406)
Valor Final do Período	12.512	(11.577)	935	(1.293)	(358)

(1) Corresponde ao valor calculado em 01/01/2014 com base no valor inicial (Ativo Líquido, Passivos Atuariais e Restrição do Ativo), descontando-se o valor projetado dos pagamentos/recebimentos de benefícios/contribuições, multiplicado pela taxa de desconto de 9,72% a.a. (Em 01/01/2013 utilizou-se a taxa de desconto de 8,16%).

(2) As remensurações apresentadas no Ativo Líquido e na Restrição do Ativo correspondem aos rendimentos obtidos acima / abaixo do retorno esperado.

(3) O valor do retorno real dos ativos foi de R\$ 268 (R\$ (1.905) em 31/12/2013).

VI- Total de valores reconhecidos no Resultado do Período e no Patrimônio Líquido - Outros Resultados Abrangentes (ORA):

	Resultado		Patrimônio Líquido (ORA)	
	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2013	31/03/2014	31/12/2013
No Início do Período	-	-	(354)	-
Custo Serviço Corrente	(18)	(25)	-	-
Juros Líquidos	(7)	1	-	-
Efeito na restrição do Ativo	-	-	5	1.036
Remensurações	-	-	(2)	(1.390)
Total Valores Reconhecidos	(25)	(24)	(351)	(354)

No período as contribuições efetuadas totalizaram R\$ 17 (R\$ 7 de 01/01 a 31/03/2013). A taxa de contribuição é crescente em função do rendimento do participante.

Em 2014 a expectativa de contribuição aos planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING é de R\$ 57.

A seguir é apresentada a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Período	Pagamento Estimado
2014	763
2015	795
2016	818
2017	842
2018	866
2019 a 2023	4.727

VII- Sensibilidade da obrigação de benefício definido

O impacto, pela alteração da premissa taxa de desconto em 0,5%, que seria reconhecido no passivo atuarial dos planos bem como no Patrimônio Líquido - Outros Resultados Abrangentes (ORA) da patrocinadora (antes de impostos) seria de:

Alteração da Premissa	Efeito no Passivo Atuarial dos Planos		Efeito que seria Refletido no Patrimônio Líquido - ORA (*)
	Valor	Percentual sobre Passivo Atuarial	Valor
- Redução em 0,5%	672	5,82%	(392)
- Acréscimo em 0,5%	(609)	(5,57%)	316

(*) Líquido do efeito da restrição do ativo

d) Planos de Contribuição Definida

Os Planos de Contribuição Definida contam com fundos previdenciais formados pela parcela das contribuições das patrocinadoras não incluídas no saldo de conta dos participantes pela perda da elegibilidade a um benefício pelo plano, bem como de recursos oriundos dos processos de migração de planos de modalidade de benefício definido. O fundo será utilizado para os aportes e as contribuições futuras às contas individuais dos participantes de acordo com as regras do regulamento do respectivo plano de benefícios.

I - Evolução do Montante Líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

	31/03/2014			31/12/2013		
	Fundo Previdencial	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	Fundo Previdencial	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	2.361	(275)	2.086	2.646	(318)	2.328
Juros Líquidos	56	(7)	49	206	(26)	180
Aportes e Contribuições	(37)	-	(37)	(136)	-	(136)
Efeito na Restrição do Ativo	-	4	4	-	43	43
Remensurações	26	1	27	(355)	26	(329)
Valor Final do Período (Nota 20a)	2.406	(277)	2.129	2.361	(275)	2.086

II - Total de Valores Reconhecidos no Resultado do Período e no Patrimônio Líquido - Outros Resultados Abrangentes (ORA):

	Resultado		Patrimônio Líquido (ORA)	
	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2013	31/03/2014	31/12/2013
No Início do Período	-	-	(286)	-
Aportes/ Contribuições	(37)	(40)	-	-
Juros Líquidos	49	45	-	-
Remensurações	-	-	27	(329)
Efeito na Restrição do Ativo	-	-	4	43
Total Valores Reconhecidos	12	5	(255)	(286)

No período as contribuições para os planos de contribuição definida, inclusive PGBL, totalizaram R\$ 52 (R\$ 54 de 01/01 a 31/03/2013), sendo R\$ 37 (R\$ 40 de 01/01 a 31/03/2013) oriundos dos fundos previdenciais.

e) Outros Benefícios Pós Emprego

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas subsidiárias não oferecem outros benefícios pós emprego, exceto nos casos decorrentes de compromissos de manutenção assumidos em contratos de aquisição firmados pelo Itaú Unibanco Holding, bem como aqueles benefícios originados por decisão judicial, nos prazos e condições estabelecidos, em que patrocinam total ou parcialmente planos de saúde para massas específicas de ex-colaboradores e beneficiários.

Com base no relatório preparado por atuário independente, as variações nas obrigações por esses outros benefícios projetados e os montantes reconhecidos no passivo do balanço patrimonial do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são os

I- Evolução do Montante Líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

	31/03/2014	31/12/2013
No Início do Período	(146)	(148)
Custo de Juros	(3)	(12)
Inclusão Credicard	(4)	
Benefícios Pagos	2	7
Remensurações	-	7
No Final do Período (Nota 20b)	(151)	(146)

II- Total de Valores reconhecidos no Resultado do Período e no Patrimônio Líquido - Outros Resultados Abrangentes (ORA):

	Resultado		Patrimônio Líquido (ORA)	
	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2013	31/03/2014	31/12/2013
Valor Início do Período	-	-	7	-
Juros Líquidos	(3)	(3)	-	-
Inclusão Credicard	-	-	(1)	-
Benefícios Pagos	2	1	-	-
Remensurações	-	-	-	7
Total Valores Reconhecidos	(1)	(2)	6	7

A seguir é apresentada a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Período	Pagamento Estimado
2014	7
2015	8
2016	9
2017	9
2018	10
2019 a 2023	59

III- Análise de Sensibilidade - Custo de Assistência Médica

Para apuração das obrigações por benefícios projetados, além das premissas utilizadas para os planos de benefícios definidos (Nota 29c I), adota-se a premissa de crescimento do custo médico de 9,72% a.a..

Os pressupostos sobre as tendências do custo de assistência médica têm um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

	Reconhecimento	Aumento de 1%	Redução de 1%
Custo de Serviço e o Custo de Juros	Resultado	2	(2)
Valor Presente da Obrigação	Outros Resultados Abrangentes	19	(16)

Nota 30 – Contratos de Seguros

a) Contratos de Seguros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de suas subsidiárias, oferece ao mercado, os produtos de seguros e previdência. Os produtos são ofertados por meio das corretoras de seguros (de mercado e cativas), nos canais de agências do Itaú Unibanco e eletrônicos, observadas as suas características e atendidas exigências regulatórias.

Para todos os segmentos, o processo de criação de um novo produto é feito por demanda considerando novas oportunidades de mercado ou atendimento de alguma negociação específica.

Os produtos desenvolvidos são submetidos a um comitê, coordenado e controlado pela Governança de Produtos, onde todos os fluxos englobando visões operacional, comercial, jurídica, contábil, financeira, controles internos e tecnologia são analisados, discutidos e aprovados pelas diversas áreas envolvidas.

O processo de governança de avaliação de produtos é normatizado pela Política Corporativa de Avaliação de Produtos e Operações e requer a integração de atividades entre áreas de produtos e avaliadoras, formando um grupo organizado de atividades que busca gerar valor para os clientes e promover diferenciais competitivos.

Circulares Normativas Internas prevêm e suportam os fluxos de avaliação e aprovação de produtos, atribuição de responsabilidades, subsídios a execução de processos e também limites máximos e mínimos de saldos, contribuição, prêmio mínimo e outros, que visam preservar a consistência do processo e resultado dos produtos.

Também há políticas de subscrição de riscos estabelecidas em cada segmento, assim como, limites técnicos atuariais por ramo e cobertura, os quais são controlados de forma sistêmica ou operacional.

Este processo de criação de produtos envolve os seguintes passos:

- Desenho do produto pelos gestores atendendo a demanda mercadológica.
- Encaminhamento das características detalhadas do produto para a Governança.
- Parametrizações dos novos produtos nos sistemas informatizados com avaliação concomitante da necessidade de desenvolvimento de novos processos de implementações.
- Lançamento do produto pós autorização do Comitê de Governança de Produtos.

Para produtos de previdência privada, o registro junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM e a aprovação de notas técnica atuariais e regulamentos na Superintendência de Seguros Privados – SUSEP para comercialização também são requeridas. Há possibilidade de customizações de valores mínimos, taxas de fundos e carregamento, tábua atuarial e juros mediante negociação com avaliações de modelo de apreamento interno acordadas em contrato específico.

Existem políticas de saldo e contribuições mínimas adequadas a cada negociação. Os benefícios de risco, considerados coberturas acessórias, obedecem a condições próprias e específicas como limite de cobertura, público-alvo e declaração de saúde, entre outros, conforme cada contrato. Adicionalmente riscos agravados contam com cobertura de excedente via resseguro.

Cada produto tem regras conforme canal e segmento onde é comercializado. As políticas de preços são definidas em modelos internos, em conformidade com modelo de apreamento padrão corporativo desenvolvido pela Área de Controle de Riscos e Finanças, no contexto da governança de avaliação de produtos.

A gestão de custos dos produtos de Seguros e Previdência contempla os grupos de despesas administrativas, operacionais e de comercialização, onde as despesas administrativas, partindo da contabilização por centros de custos, são alocadas aos produtos e canais de comercialização de acordo com a definição das respectivas atividades seguindo o modelo gerencial corporativo do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. As despesas operacionais e de comercialização seguem o ramo para identificação do produto e a segmentação da apólice para a definição do canal de comercialização.

b) Principais Produtos

I- Seguros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de suas seguradoras, oferece ao mercado produtos de seguros com a finalidade de assumir riscos e restabelecer o equilíbrio econômico do patrimônio afetado do segurado.

Nesse segmento os clientes estão divididos principalmente entre os mercados Pessoa Física (Varejo, UniClass, Personalité e Private) e Pessoa Jurídica (Empresas, Corporate e Condomínio).

O contrato firmado entre partes visa proteger os bens do cliente. Mediante o pagamento de prêmio, o segurado fica protegido por meio de reposição ou reparação financeira predeterminadas, de danos que venham causar desestabilização patrimonial ou pessoal. Em contraparte, as seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, constituem provisões técnicas por elas administradas, por meio de áreas especializadas dentro do conglomerado, com o objetivo de reparar a perda do segurado em caso de ocorrência de sinistros dos riscos previstos.

Os riscos de seguros comercializados pelas seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING se dividem em seguros elementares e seguros de vida.

- **Seguros Elementares:** garantem as perdas, danos ou responsabilidades sobre objetos ou pessoas, excluída desta classificação os seguros do ramo vida.
- **Seguros de Vida:** incluem cobertura contra risco de morte e acidentes pessoais.

Índices dos Maiores Ramos	Sinistralidade		Comercialização	
	%		%	
	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2013	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2013
Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT)	88,4	87,4	1,4	1,4
Riscos de Petróleo	77,9	-	12,5	31,6
Vida em Grupo	49,4	46,6	11,3	6,9
Compreensivo Empresarial	45,2	61,0	17,0	16,3
Riscos Nomeados e Operacionais	23,1	34,5	2,6	4,3
Extensão de Garantia - Patrimonial	17,4	18,1	63,4	63,0
Acidentes Pessoais Individual	15,2	25,0	9,6	21,9
Prestamista	13,1	17,0	22,0	22,5
Seguro Habitacional em Apólices de Mercado - Prestamista	13,0	10,1	(2,1)	(1,7)
Doença Grave ou Terminal	9,2	8,6	10,8	1,3
Acidentes Pessoais Coletivo	5,9	7,9	37,2	34,3
Riscos Diversos	3,9	3,8	54,0	54,2

II- Previdência Privada

Desenvolvido como uma solução para assegurar a manutenção da qualidade de vida dos participantes, complementando os rendimentos proporcionados pela Previdência Social, por meio de investimentos feitos a longo prazo, os produtos de Previdência Privada subdividem-se essencialmente em três grandes grupos:

- **PGBL – Plano Gerador de Benefícios Livres:** Tem como principal objetivo a acumulação de recursos financeiros, mas pode ser contratado com coberturas adicionais de risco. Indicado para clientes que apresentam declaração completa de IR, pois podem deduzir as contribuições feitas da base de cálculo do IR até 12% da renda bruta tributável anual.
- **VGBL – Vida Gerador de Benefícios Livres:** É um seguro estruturado na forma de plano de previdência. A sua forma de tributação difere do PGBL, neste caso, a base de cálculo são os rendimentos auferidos.
- **FGB – Fundo Gerador de Benefícios:** Plano de previdência com garantia mínima de rentabilidade e possibilidade de ganho pela performance do ativo. Uma vez reconhecida a distribuição dos ganhos a uma determinada percentagem, conforme estabelecido pela política do FGB, não é a critério da administração, mas representa uma obrigação de ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Apesar de existirem planos ativos, não são mais comercializados.

III- Receita de Prêmios de Seguros e Previdência Privada

Segue abaixo a receita dos principais produtos de Seguros e Previdência:

	Prêmios e Contribuições Emitidas Diretos		Resseguros		Prêmios e Contribuições Retidas	
	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2013	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2013	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2013
VGBL	2.749	4.644	-	-	2.749	4.644
Extensão de Garantia - Patrimonial	380	331	-	-	380	331
PGBL	335	312	-	-	335	312
Vida em Grupo	332	349	(6)	(8)	326	341
Prestamista	190	152	-	(4)	190	148
Acidentes Pessoais Coletivo	181	163	(1)	(1)	180	162
Riscos Nomeados e Operacionais	152	110	(126)	(79)	26	31
Riscos de Petróleo	80	80	(70)	(69)	10	11
Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT)	48	172	-	-	48	172
Seguro Habitacional em Apólices de Mercado - Prestamista	44	34	(6)	(4)	38	30
Riscos Diversos	43	40	(3)	(2)	40	38
Pensão, Pecúlio e Invalidez	43	31	(1)	(1)	42	30
Acidentes Pessoais Individual	42	32	(1)	(1)	41	31
Doenças Graves ou Terminais	34	28	-	-	34	28
Tradicional	33	41	-	-	33	41
Demais Ramos	355	358	(98)	(106)	257	252
Total	5.041	6.877	(312)	(275)	4.729	6.602

c) Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

As provisões técnicas de seguros e previdência são calculadas de acordo com notas técnicas atuariais aprovadas pela SUSEP e critérios estabelecidos pela legislação vigente.

I - Seguros e Previdência

- **Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG)** – constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo. A provisão contempla estimativa para os riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE).
- **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)** - constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a pagamentos únicos e rendas vencidas, de sinistros avisados até a data-base de cálculo, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido. A provisão deve contemplar, quando necessário, os ajustes de IBNER (Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados) para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final.
- **Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR)** - constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido.
- **Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC)** - constituída, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício, para a cobertura dos compromissos assumidos com os participantes ou segurados, sendo calculada conforme metodologia aprovada na nota técnica atuarial do plano ou produto.
- **Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)** - constituída, após ocorrido o evento gerador do benefício, para a cobertura dos compromissos assumidos com os participantes ou segurados, sendo calculada conforme metodologia aprovada na nota técnica atuarial do plano ou produto.
- **Provisão de Excedentes Financeiros (PEF)** – constituída para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes financeiros, conforme regulamentação em vigor, caso haja sua previsão contratual.
- **Outras Provisões Técnicas (OPT)** – constituída quando constatada insuficiência de prêmios ou contribuições relacionadas ao pagamento de sinistros e de benefícios;
- **Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)** – abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios ou fundos, às portabilidades solicitadas e, por qualquer motivo, ainda não transferidas para a sociedade seguradora ou entidade aberta de previdência complementar receptora e aos prêmios recebidos e não cotizados.
- **Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)** – constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros e benefícios.

II – Movimentação das Provisões de Seguros e Previdência Privada

Abaixo segue detalhes da movimentação e dos saldos das Provisões de Seguros e Previdência Privada:

II.I - Movimentação das Provisões Técnicas

	31/03/2014				31/12/2013			
	Seguros de Danos, Pessoas e Vida Individual	Previdência Complementar	Vida com Cobertura de Sobrevivência	Total	Seguros de Danos, Pessoas e Vida Individual	Previdência Complementar	Vida com Cobertura de Sobrevivência	Total
Saldo Inicial	10.275	25.252	63.496	99.023	9.120	23.729	57.469	90.318
(+) Adições Decorrentes de Prêmios / Contribuições	1.863	407	2.729	4.999	7.810	1.849	13.585	23.244
(-) Diferimento pelo Risco Decorrido	(1.850)	(42)	-	(1.892)	(7.226)	(147)	-	(7.373)
(-) Pagamento de Sinistros / Benefícios	(608)	(35)	(3)	(646)	(2.341)	(141)	(13)	(2.495)
(+) Sinistros Avisados	549	-	-	549	2.523	-	-	2.523
(-) Resgates	-	(333)	(2.080)	(2.413)	(2)	(1.129)	(9.479)	(10.610)
(+/-) Portabilidades Líquidas	-	28	107	135	-	(20)	(152)	(172)
(+) Atualização das Provisões e Excedente Financeiro	1	512	1.251	1.764	3	1.103	2.103	3.209
(+) Reorganização Societária	106	-	-	106	-	-	-	-
(+/-) Outras (Constituição/Reversão)	(136)	24	16	(96)	388	8	(17)	379
Provisão de Seguros e Previdência Privada	10.200	25.813	65.516	101.529	10.275	25.252	63.496	99.023

II.II - Saldo das Provisões Técnicas

	Seguros		Previdência		Total	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Prêmios não Ganhos	5.348	5.274	10	10	5.358	5.284
Matemática de Benefícios a Conceder e Concedidos	19	19	89.782	87.239	89.801	87.258
Resgates e Outros Valores a Regularizar	19	20	163	139	182	159
Excedente Financeiro	1	1	491	490	492	491
Sinistros a Liquidar ⁽¹⁾	3.475	3.631	15	19	3.490	3.650
Sinistros / Eventos Ocorridos e não Avisados - IBNR	794	799	12	12	806	811
Despesas Relacionadas e Administrativas	193	188	47	46	240	234
Outras Provisões	351	343	809	793	1.160	1.136
Total ⁽²⁾	10.200	10.275	91.329	88.748	101.529	99.023

(1) A provisão de Sinistros a Liquidar está demonstrada na Nota 30e.

(2) Este quadro contempla as alterações regulamentadas pela Circular Susep nº 462, de 01/03/2013, inclusive para fins comparativos.

d) Despesa de Comercialização Diferida

Os custos de aquisição diferidos de seguros diretos são os custos, diretos e indiretos, incorridos para vender, subscrever e iniciar um novo contrato de seguro.

Os custos diretos, basicamente, estão representados pelas comissões pagas a corretores, agenciamento e angariação e são diferidas para amortização proporcional ao reconhecimento da receita de prêmio ganho, ou seja, em função do decurso da vigência do risco, pelo prazo correspondente ao contrato de seguros, conforme normas de cálculos vigentes.

Os saldos estão registrados no ativo bruto de resseguros e sua movimentação está demonstrada no quadro a seguir:

Saldo em 01/01/2014	2.205
Constituições	63
Amortizações	(41)
Reorganização Societária	31
Saldo em 31/03/2014	2.258
Saldo a amortizar até 12 meses	1.451
Saldo a amortizar após 12 meses	807
Saldo em 01/01/2013	2.231
Constituições	15
Amortizações	(37)
Redução ao valor recuperável	(4)
Saldo em 31/12/2013	2.205
Saldo a amortizar até 12 meses	983
Saldo a amortizar após 12 meses	1.222

Os valores de despesas de comercialização diferida de resseguros estão demonstrados na Nota 30I.

e) Tabela de Desenvolvimento de Sinistros

Mudanças podem ocorrer no montante de obrigações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING ao final de cada fechamento anual. A tabela abaixo demonstra este desenvolvimento pelo método dos sinistros cadastrados. A parte superior da tabela abaixo ilustra como a estimativa do sinistro se desenvolve através do tempo. A parte inferior da tabela reconcilia os valores pendentes de pagamento contra o valor do passivo divulgado no balanço.

Os valores apresentados nas tabelas expressam a posição de 31/12/2013, uma vez que os cálculos atuariais são realizados semestralmente:

I - Bruto de Resseguro

Provisão de Sinistros a Liquidar (*)	3.631
(-) Operações DPVAT	168
(-) IBNER (sinistros não suficientemente avisados)	254
(-) Retrocessão e Outras Estimativas	31
Passivo Apresentado na Tabela de Desenvolvimento de Sinistros (Ia + Ib)	3.178

(*) Sinistros a Liquidar bruto de resseguros, demonstrados na Nota 30c III de 31/12/2013.

Ia - Sinistros Administrativos - Bruto de Resseguro

Data de Cadastro	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013	Total
No Final do Ano de Divulgação	1.383	1.853	1.502	2.298	2.611	-
1 ano depois	1.378	2.025	1.648	2.220	-	-
2 anos depois	1.374	2.006	1.564	-	-	-
3 anos depois	1.352	2.091	-	-	-	-
4 anos depois	1.350	-	-	-	-	-
Estimativa Corrente	1.350	2.091	1.564	2.220	2.611	-
Pagamentos Acumulados até a Data Base	1.312	1.927	1.411	1.454	1.259	7.363
Passivo Reconhecido no Balanço	38	164	153	766	1.352	2.474
Passivo em Relação a Anos Anteriores a 2009	-	-	-	-	-	188
Total de Sinistros Administrativos Incluso no Balanço						2.662

Ib - Sinistros Judiciais - Bruto de Resseguro

Data de Cadastro	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013	Total
No Final do Ano de Divulgação	61	28	31	55	29	-
1 ano depois	74	43	64	64	-	-
2 anos depois	78	59	74	-	-	-
3 anos depois	111	68	-	-	-	-
4 anos depois	121	-	-	-	-	-
Estimativa Corrente	121	68	74	64	29	-
Pagamentos Acumulados até a Data Base	63	34	36	39	18	190
Passivo Reconhecido no Balanço	58	34	38	25	11	165
Passivo em Relação a Anos Anteriores a 2009	-	-	-	-	-	351
Total de Sinistros Judiciais Incluso no Balanço						516

II - Líquido de Resseguro

Provisão de Sinistros a Liquidar ⁽¹⁾	3.631
(-) Operações DPVAT	168
(-) IBNER	254
(-) Resseguros ⁽²⁾	2.369
(-) Retrocessão e Outras Estimativas	31
Passivo Apresentado na Tabela de Desenvolvimento de Sinistros (IIa + IIb)	809

(1) Provisão refere-se a Sinistros a Liquidar demonstrados na Nota 30c III em 31/12/2013.

(2) Operações de resseguros demonstradas na Nota 30I III em 31/12/2013.

IIa - Sinistros Administrativos - Líquido de Resseguro

Data de Cadastro	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013	Total
No Final do Ano de Divulgação	1.095	1.156	1.146	1.333	1.494	-
1 ano depois	1.087	1.118	1.172	1.330	-	-
2 anos depois	1.084	1.127	1.170	-	-	-
3 anos depois	1.077	1.123	-	-	-	-
4 anos depois	1.076	-	-	-	-	-
Estimativa Corrente	1.076	1.123	1.170	1.330	1.494	-
Pagamentos Acumulados até a Data Base	1.063	1.107	1.138	1.253	1.147	5.708
Passivo Reconhecido no Balanço	13	16	32	77	347	486
Passivo em Relação a anos Anteriores a 2009	-	-	-	-	-	22
Total de Sinistros Administrativos Incluso no Balanço						508

IIb - Sinistros Judiciais - Líquido de Resseguro

Data de Cadastro	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013	Total
No Final do Ano de Divulgação	56	27	31	53	29	-
1 ano depois	68	41	59	61	-	-
2 anos depois	73	56	69	-	-	-
3 anos depois	83	63	-	-	-	-
4 anos depois	91	-	-	-	-	-
Estimativa Corrente	91	63	69	61	29	-
Pagamentos Acumulados até a Data Base	62	34	37	40	18	192
Passivo Reconhecido no Balanço	29	29	32	21	11	122
Passivo em Relação a Anos Anteriores a 2009	-	-	-	-	-	179
Total de Sinistros Judiciais Incluso no Balanço						301

As variações observadas nas estimativas dos sinistros ocorridos no ano de 2010 devem-se principalmente à ocorrência de sinistros atípicos, com valores brutos muitas vezes superiores à média até então observada. Porém, como os percentuais de resseguro são elevados, a análise líquida não sofre interferência deste fator. Além disso, em face da grande volatilidade inerente às análises dos dados brutos de resseguro, principalmente na operação de grandes riscos, recomenda-se a análise dos valores líquidos de resseguro.

A abertura da tabela de desenvolvimento de sinistros entre administrativo e judicial evidencia a realocação dos sinistros administrativos até determinada data base e que se tornam judiciais após, o que pode induzir a uma falsa impressão de necessidade de ajuste nas provisões em cada abertura.

Adicionalmente, é importante ressaltar que o ITAU UNIBANCO HOLDING constitui a provisão de IBNER com o objetivo de cobrir a expectativa do montante de ajustes nos sinistros (não individualizáveis) no momento de constituição da Provisão de Sinistros a Liquidar, principalmente nos casos judiciais, onde o desenvolvimento do sinistro é muito lento.

f) Teste de Adequação de Passivo

Conforme estabelecido no IFRS 4 – Contratos de Seguros, a seguradora deverá realizar o Teste de Adequação de Passivos, confrontando o valor contabilizado de suas provisões técnicas com a estimativa corrente do fluxo de caixa projetado. Considerar na estimativa todos os fluxos de caixa relacionados ao negócio é o requisito mínimo para realização do teste de adequação.

O Teste de Adequação de Passivo não indicou insuficiência neste período.

As premissas utilizadas no teste foram:

- a) Os critérios de agrupamento de riscos consideram grupos sujeitos a riscos similares e gerenciados em conjunto como uma única carteira.
- b) A relevante estrutura a termos de taxa de juros livre de risco foi obtida da curva de títulos considerados sem risco de crédito disponíveis no mercado financeiro brasileiro e fixada conforme metodologia interna do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, considerando a adição de um spread que levou em conta o impacto do resultado de mercado dos títulos *Held to Maturity* da carteira de Ativos Garantidores.
- c) A metodologia para teste de todos os produtos é baseada em projeção de fluxos de caixa. Especificamente para os produtos de seguros, os fluxos de caixa foram projetados utilizando o método conhecido como triângulo de *chain ladder* com periodicidade trimestral. Para os produtos de previdência, os fluxos de caixa da fase de diferimento e da fase de concessão são testados separadamente.
- d) Cancelamentos, resgates parciais, contribuições futuras, conversões em renda e despesas administrativas são revistos periodicamente e baseiam-se nas melhores práticas e na análise da experiência das subsidiárias. Desta forma, representam as melhores estimativas para as projeções das estimativas correntes.
- e) Mortalidade: tábuas BR-EMS vigentes, ajustadas por critério de desenvolvimento das expectativas de longevidade da Escala G.

g) Risco de Seguro - Efeito de Mudanças nas Premissas Atuariais

Os seguros de danos são seguros de curta duração e as principais premissas atuariais envolvidas no gerenciamento e apreçamento de seus riscos são frequência de sinistros e severidade. Volatilidade acima do esperado em quantidade de sinistros e montante de indenizações pode resultar em perdas não esperadas.

Os seguros de vida e previdência são produtos, em geral, de média ou longa duração e os principais riscos envolvidos no negócio podem ser classificados como risco biométrico, risco financeiro e risco comportamental.

Risco biométrico refere-se a: i) aumento acima do esperado nas expectativas de longevidade em produtos com cobertura por sobrevivência (previdência, em sua maioria); ii) queda acima do esperado nas expectativas de mortalidade em produtos com cobertura por morte (seguros de vida, em sua maioria).

Produtos que oferecem uma garantia financeira predefinida em contrato envolvem um risco financeiro intrínseco ao seu risco de subscrição, sendo esse risco considerado como risco de seguro.

Risco comportamental refere-se ao aumento acima do esperado nas taxas de conversão em renda, resultando em aumento nas despesas com pagamento de benefícios de aposentadoria.

As estimativas das premissas atuariais são baseadas na análise histórica do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, benchmarks de mercado e na experiência do atuário.

A análise de sensibilidade considera uma visão dos impactos de como a alteração de premissas poderia afetar o resultado do exercício e o patrimônio líquido na data do balanço. Os resultados foram os seguintes:

Teste de Sensibilidade	Impacto no Resultado e Patrimônio Líquido ⁽¹⁾			Impacto no Resultado e Patrimônio Líquido ⁽¹⁾		
	31/03/2014 ⁽²⁾			31/12/2013		
	Previdência Complementar e Vida com Cobertura por Sobrevivência	Seguros		Previdência Complementar e Vida com Cobertura por Sobrevivência	Seguros	
	Bruto de Resseguros	Líquido de Resseguros		Bruto de Resseguros	Líquido de Resseguros	
Cenário com acréscimo de 5% nas Taxas de Mortalidade	2	(5)	(5)	2	(5)	(5)
Cenário com decréscimo de 5% nas Taxas de Mortalidade	(2)	5	5	(2)	5	5
Cenário com acréscimo de 0,1% na Taxa de Juros Livre de Risco	27	10	7	27	10	7
Cenário com decréscimo de 0,1% na Taxa de Juros Livre de Risco	(27)	(10)	(7)	(27)	(10)	(7)
Cenário com acréscimo de 5% nas Taxas de Conversão em Renda	(9)	-	-	(9)	-	-
Cenário com decréscimo de 5% nas Taxas de Conversão em Renda	9	-	-	9	-	-
Cenário com acréscimo de 5% nos Sinistros	-	(180)	(88)	-	(180)	(88)
Cenário com decréscimo de 5% nos Sinistros	-	180	89	-	180	89

(1) Valores líquidos dos efeitos tributários.

(2) Os valores apresentados na tabela expressam a posição de 31/12/2013, uma vez que os cálculos atuariais são realizados semestralmente.

h) Riscos das Operações de Seguros e Previdência

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de comitês específicos, cuja atribuição é definir a administração dos recursos provenientes das Provisões Técnicas de Seguros e Previdência, estabelecer diretrizes para administração destes recursos com objetivo de rentabilidade a longo prazo e definir modelos de avaliações, limites de risco e estratégias de alocação de recursos em ativos financeiros definidos. Tais foros são integrados não apenas por executivos e pelos responsáveis diretos pelo processo de gestão do negócio, mas igualmente por profissionais com funções de direção ou coordenação das áreas comerciais e financeiras.

Os produtos de grandes riscos são distribuídos por corretores, no caso do produto garantia estendida, o produto é ofertado pela empresa varejista que comercializa o bem de consumo, a produção de DPVAT é oriunda da participação que as seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem na Seguradora Líder dos Consórcios de DPVAT.

Não há concentração de produtos em relação ao prêmio de seguros, reduzindo o risco de concentração em produtos e canais de distribuição. Para os produtos de grandes riscos adota-se a estratégia de menor retenção, conforme alguns ramos demonstrados abaixo:

	01/01 a 31/03/2014			01/01 a 31/03/2013		
	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)
Danos						
Extensão de Garantia	380	380	100,0	331	331	100,0
Prestamista	190	190	99,9	152	148	97,4
DPVAT	48	48	100,0	172	172	100,0
Pessoas						
Vida em Grupo	332	326	98,2	349	341	97,7
Acidentes Pessoais Coletivo	181	180	99,5	163	162	99,4
Acidentes Pessoais Individual	42	41	97,6	32	31	96,9
Vida Individual	4	4	100,0	18	18	100,0
Grandes Riscos						
Riscos Nomeados e Operacionais	152	26	17,1	110	31	28,2
Riscos de Petróleo	80	10	12,5	80	11	13,8
Riscos de Engenharia	20	2	9,2	38	7	18,4

i) Estrutura de Gerenciamento do Risco de Subscrição

• Controle Centralizado do Risco de Subscrição

O controle dos riscos da seguradora é realizado de forma centralizada pela Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos, ao passo que a gestão é de responsabilidade das Unidades de Negócio Expostas ao Risco de Subscrição e da Área de Gestão de Riscos das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

• Gestão Descentralizada do Risco de Subscrição

A gestão do risco de subscrição é responsabilidade da Área de Negócios, sendo coordenada pela Área de Gestão de Riscos das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING com participação da Área Atuarial Institucional e Unidades e Gestores de Produtos. Estas unidades, em suas operações diárias, assumem risco tendo em vista a rentabilidade dos seus negócios.

j) Papéis e Responsabilidades

I- Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos

Cumpre a esta área gerar condições para:

- Validação e controle dos modelos de risco de subscrição.
- Controle e avaliação das alterações nas políticas da atividade de Seguros e Previdência.
- Acompanhamento do desempenho das carteiras de Seguros e Previdência.
- Desenvolvimento de modelos de risco de subscrição.
- Avaliação do risco dos produtos, em sua criação e de maneira recorrente, de Seguros e Previdência.
- Definição e publicidade da estrutura de Gerenciamento de Risco de Subscrição.
- Adoção de políticas de remuneração que não incentivem comportamentos incompatíveis com um nível de risco considerado prudente nas políticas e estratégias de longo prazo estabelecidas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

II- Área Executiva Responsável por Risco Operacional e Eficiência

- Definição dos métodos para identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do Risco Operacional.
- Reporte tempestivo dos principais pontos de ocorrências de riscos operacionais à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.
- Atendimento às demandas do Banco Central do Brasil e demais órgãos reguladores brasileiros referentes à gestão de risco operacional, bem como o monitoramento da aderência das unidades e Áreas de Controle do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, sob a coordenação da Área de *Compliance* Legal, à regulamentação dos órgãos supervisores locais.

III- Unidades de Negócio Expostas ao Risco de Subscrição

- Aplicar e/ou enquadrar os produtos às exigências da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Atender às solicitações da área Executiva independente responsável pelo Controle de Riscos, elaborando ou fornecendo bases de dados e informações para a elaboração de relatórios gerenciais ou estudos específicos, quando disponíveis.
- Garantir a qualidade das informações utilizadas nos modelos de probabilidade de sinistro e das perdas em caso de sinistro.
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento para modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos da Seguradora.

IV- Área de Resseguros

- Definir políticas de acesso aos mercados de resseguro, regulamentando as operações de Subscrição alinhadas com as avaliações de crédito e subscrição da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento para modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Envio dos relatórios gerenciais à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e à Área de Gestão de Riscos das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Garantir atualização, alcance, abrangência, acurácia e tempestividade das informações relativas ao resseguro.

V- Área de Gestão de Riscos das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING

- Elaborar políticas e procedimentos de subscrição que abordem todo o ciclo de subscrição.
- Elaborar os indicadores estratégicos, informando os eventuais desajustes às alçadas superiores.
- Envio dos relatórios gerenciais à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento e modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.
- Monitorar os riscos incorridos das Unidades de Negócio Expostas ao Risco de Subscrição.
- Reportar, com qualidade e celeridade, as informações requeridas sob sua responsabilidade aos órgãos reguladores brasileiros.

VI- Área Atuarial

- Desenvolver e aperfeiçoar modelos de provisões e reservas e encaminhá-los, devidamente documentados, à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e à Área de Gestão de Riscos das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Envio dos relatórios gerenciais à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.
- Garantir o alcance, abrangência, acurácia e tempestividade das informações relativas às operações devidamente conciliadas contabilmente.
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento e modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.

VII- Área de Controles Internos

- Verificar regularmente a adequação do sistema de controles internos.
- Conduzir revisões periódicas do processo de risco da atividade de seguros e para assegurar sua integridade, precisão e razoabilidade.

VIII- Auditoria Interna

Efetuar verificações independentes e periódicas quanto à efetividade do processo de controle do risco da atividade de Seguros e Previdência, de acordo com as orientações do Comitê de Auditoria.

A administração das unidades de seguros e previdência privada trabalha em conjunto com o gestor de investimentos para assegurar que os ativos garantidores dos produtos de longo prazo, com retornos mínimos garantidos, sejam geridos de acordo com as características do seu passivo visando o seu equilíbrio atuarial e a solvência no longo prazo.

Anualmente a empresa elabora mapeamento detalhado dos passivos dos produtos de longo prazo que resulta em fluxos de pagamento de benefícios futuros projetados. Esse mapeamento é feito sob pressupostos atuariais.

O gestor de investimentos, de posse dessa informação, utiliza modelos de *Asset Liability Management* para encontrar a melhor composição de carteira de ativos que permita neutralizar os riscos contidos nesse tipo de produto, considerando a sua viabilidade econômico-financeira no longo prazo. As carteiras de ativos garantidores são rebalanceadas periodicamente em função das oscilações de preço no mercado de ativos, das necessidades de liquidez da empresa e das alterações nas características do passivo.

k) Risco de Mercado, Crédito e Liquidez

Risco de Mercado

As análises do risco de mercado, em relação às operações de seguros, são realizadas com base nas seguintes métricas e medidas de sensibilidade e de controle de perdas (Nota 36 – Risco de Mercado):

- **Valor em Risco (VaR - Value at Risk):** medida estatística que quantifica a perda econômica potencial esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança (Nota 36);
- **Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse):** técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos);
- **Sensibilidade (DV01 – Delta Variation):** em relação às operações de seguros, impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou taxa do indexador e 1 ponto percentual no preço de ações e moedas;
- **Concentração:** exposição acumulada de determinado ativo ou fator de risco calculada a valor de mercado (“MtM – Mark to Market”).

Classe	(R\$ milhões)			
	31/03/2014		31/12/2013	
	Saldo Contábil	DV01	Saldo Contábil	DV01
Título Público				
NTN-C	4.171	(3,44)	4.114	(3,47)
NTN-B	1.751	(1,92)	1.719	(1,92)
NTN-F	-	-	7	-
LTN	-	-	-	-
Futuro DI	-	-	-	-
Título Privado				
Indexado a IGPM	14	(0,00)	14	(0,00)
Indexado a IPCA	301	(0,21)	309	(0,22)
Indexado a PRE	-	-	14	(0,00)
Ações	40	0,40	39	0,39
Ativos Pós-Fixados	7.338	-	7.301	-
Compromissadas Over	8.091	-	7.567	-

Risco de Liquidez

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING identifica o risco de liquidez como o risco de escassez de recursos líquidos, disponíveis para honrar suas obrigações correntes num determinado momento. O gerenciamento do risco de liquidez é feito de forma contínua a partir do monitoramento do fluxo dos pagamentos relativo aos seus passivos vis a vis o fluxo de recebimentos gerado pelas suas operações e pela sua carteira de ativos financeiros. Além disso, seguindo os princípios de conservadorismo e prudência, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING mantém recursos investidos em ativos de curto prazo, com liquidez imediata, para fazer frente às suas necessidades regulares e contingenciais de liquidez.

Passivo	31/03/2014		31/12/2013		Ativo	31/03/2014		31/12/2013	
	Valor	DU ⁽¹⁾	Valor	DU ⁽¹⁾		Valor	DU ⁽¹⁾	Valor	DU ⁽¹⁾
Operações de Seguros					Ativo Garantidor				
Prêmios não Ganhos ⁽²⁾	2.290	18,0	2.011	18,0	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	2.290	18,2	2.011	2,4
IBNR, PDR e PSL ⁽³⁾	1.563	17,1	1.540	17,1	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	1.563	18,0	1.540	7,2
Outras Provisões	352	118,2	344	118,2	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	352	17,3	344	25,0
Subtotal	4.205		3.895		Subtotal	4.205		3.895	
Operações de Previdência, VGBL e Vida Individual									
Despesas Relacionadas	47	95,6	46	95,6	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	47	75,3	46	174,0
Prêmios não Ganhos ⁽²⁾	11	-	11	-	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debentures	11	12,3	11	1,9
Sinistros Liquidar	17	-	21	-	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debentures	17	12,7	21	1,9
IBNR	13	9,8	13	9,8	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debentures	13	12,3	13	1,9
Resgates e Outros Valores a Regularizar	181	-	158	-	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debentures	181	12,7	158	1,9
Matemática de Benefícios Concedidos	1.180	95,7	1.152	95,7	LFT, Compromissadas, LTN, NTN-B, NTN-C, NTN-F, CDB, LF e Debentures	1.180	75,5	1.152	174,8
Matemática de Benefícios a Conceder-PGBL/VGBL	84.706	133,2	82.279	133,2	LFT, Compromissadas, LTN, NTN-B, NTN-C, NTN-F, CDB, LF e Debentures ⁽⁴⁾	84.706	16,2	82.279	10,9
Matemática de Benefícios a Conceder-Tradicional	3.913	175,9	3.825	175,9	LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, Debentures	3.913	75,6	3.825	83,5
Outras Provisões	808	175,6	792	175,6	LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, CDB, LF e Debentures	808	75,4	792	83,3
Excedente Financeiro	492	175,6	492	175,6	LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, CDB, LF e Debentures	492	75,4	492	83,3
Subtotal	91.368		88.789		Subtotal	91.368		88.789	
Total Reservas Técnicas	95.573		92.684		Total Ativos Garantidores	95.573		92.684	

(1) DU = Duration em meses.

(2) Valor Líquido de Direito Creditório.

(3) Líquido de Depósitos Judiciais e de Provisões Retidas IRB.

(4) Desconsidera as reservas de PGBL / VGBL alocadas em renda variável.

Risco de Crédito

Discriminação dos Resseguradores

- **Operações de Seguros:** As operações de prêmios emitidos de resseguro estão representadas basicamente por: IRB Brasil Resseguros com 34,88% (38,55% em 31/12/2013), Lloyd's (A+) com 19,16% (16,92% em 31/12/2013), American Home Assurance Company (A) com 4,49% (8,64% em 31/12/2013), Munich Re do Brasil com 4,02% (6,15% em 31/12/2013), e Everest Reinsurance Company (A1) 3,98% (2,29% em 31/12/2013).
- **Operações de Previdência:** As operações de previdência referentes aos prêmios emitidos de resseguro estão representadas em sua totalidade por General Reinsurance AG com 50,00% (48,84% em 31/12/2013) e Munich Re do Brasil com 50,00% (51,16% em 31/12/2013). Nas operações de seguros, os repasses de prêmio de resseguro estão distribuídos em Munich Re do Brasil 62,51% (49,60% em 31/12/2013) e IRB Brasil Resseguros com 37,49% (49,40% em 31/12/2013).

A agência de rating utilizada para classificação das resseguradoras é a Standard & Poor's.

Nível de risco dos ativos financeiros

O quadro abaixo apresenta a carteira dos ativos financeiros das operações de seguros, avaliados individualmente, classificados por nível de risco em:

31/03/2014							
Classificação Interna ^(*)	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Total
Baixo	11.031	59.293	-	62	1.992	3.867	76.245
Médio	-	5	-	-	-	-	5
Alto	-	-	-	-	-	-	-
Total	11.031	59.298	-	62	1.992	3.867	76.250
%	14,5	77,8	-	-	2,6	5,1	100,0

(*) A Classificação Interna dos níveis de risco, com as devidas propabilidades de inadimplência associadas, está detalhada na Nota 36.

31/12/2013							
Classificação Interna ^(*)	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Total
Baixo	11.895	49.125	-	60	1.955	3.779	66.814
Médio	-	10.885	-	64	49	-	10.998
Alto	-	78	-	-	-	-	78
Total	11.895	60.088	-	124	2.004	3.779	77.890
%	15,2	77,1	-	0,2	2,6	4,9	100,0

(*) A Classificação Interna dos níveis de risco, com as devidas propabilidades de inadimplência associadas, está detalhada na Nota 36.

I) Resseguro

As despesas e receitas originadas na cessão de prêmios de resseguro são registradas observando assim o regime de competência não ocorrendo compensação de ativos e passivos relacionados de resseguro, salvo previsão contratual de compensação de contas entre as partes. As análises de resseguro são realizadas para atender as necessidades atuais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING mantendo a flexibilidade necessária caso ocorram mudanças de estratégia da administração em resposta aos diversos cenários que esta possa estar exposta.

Com a aprovação da Lei Complementar nº 126, de 15/01/2007, houve abertura do mercado de resseguro com a criação de três categorias de empresas autorizadas a operar no Brasil, local, admitida e eventual (sendo as duas últimas respectivamente resseguradoras com ou sem escritório de representação no Brasil). A transição para o novo mercado foi feita de modo progressivo mantendo o direito de preferência para as empresas resseguradoras locais a 60% dos prêmios cedidos pelas seguradoras até janeiro de 2010, após esse período esse percentual pode ser reduzido para 40%. A partir de 31 de março de 2011, esse percentual de 40% deve obrigatoriamente ser cedido para resseguradores locais.

Ativos de Resseguro

Os ativos de resseguro representam os valores estimados a recuperar das resseguradoras decorrentes das perdas ocorridas. Tais ativos são registrados segundo bases consistentes dos contratos de cessão de riscos, e para os casos de perdas efetivamente pagas são reavaliadas transcorridos 365 dias quanto a possibilidade de não recuperação destes, em casos de dúvidas tais ativos são reduzidos pela constituição de provisão para risco de créditos com resseguros.

Resseguro Cedido

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING cede, no curso normal de suas operações, prêmios de resseguros para cobertura de perdas sobre riscos subscritos aos seus segurados e estão em conformidade com os limites operacionais estabelecidos pelo órgão regulador. Além dos contratos proporcionais são também firmados contratos não proporcionais que transferem parte da responsabilidade à companhia resseguradora sobre perdas que ultrapassem um determinado nível de sinistros na carteira. Os prêmios de resseguro não proporcional são incluídos em Outros Ativos - Despesas Antecipadas e amortizados em Outras Despesas Operacionais ou de acordo com o prazo de vigência do contrato pelo regime de competência diária.

I - Operações com Resseguradoras - Movimentação

	Créditos		Débitos	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Saldo Inicial	297	234	631	384
Contratos Emitidos	-	-	296	1.448
Sinistros a Recuperar	56	86	-	-
Antecipação/Pagamentos ao Ressegurador	1	(30)	(346)	(1.184)
Atualização Monetária e Juros de Sinistros	-	-	(18)	(17)
Outras Constituições / Reversões	-	7	-	-
Saldo Final	354	297	563	631

II - Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas - Saldo

	31/03/2014	31/12/2013
Sinistros de Resseguros	2.670	2.729
Prêmios de Resseguros	922	979
Comissão de Resseguros	(46)	(47)
Saldo Final	3.546	3.661

III - Provisões Técnicas - Sinistros de Resseguros - Movimentação

	31/03/2014	31/12/2013
Saldo Inicial	2.729	2.098
Sinistros Avisados	156	1.112
Sinistros Pagos	(247)	(503)
Outras Constituições / Reversões	6	-
Atualização Monetária e Juros de Sinistros	26	22
Saldo Final (*)	2.670	2.729

(*) Inclui Provisão Despesas de Sinistros, IBNER (Provisão de Sinistros não suficientemente avisados), IBNR (Provisão de Sinistros não avisados), não contemplados da tabela de desenvolvimento de sinistros líquido de resseguros Nota 30 eII.

IV - Provisões Técnicas - Prêmios de Resseguros - Movimentação

	31/03/2014	31/12/2013
Saldo Inicial	979	700
Constituições	265	1.353
Reversões	(322)	(1.074)
Saldo Final	922	979

V - Provisões Técnicas - Comissão de Resseguros - Movimentação

	31/03/2014	31/12/2013
Saldo Inicial	(47)	(45)
Constituições	16	67
Reversões	(15)	(69)
Saldo Final	(46)	(47)

m) Entidades Reguladoras

As operações de seguros são reguladas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estas entidades são responsáveis pela regulamentação do mercado e consequentemente auxiliam na mitigação dos riscos inerentes do negócio.

O CNSP é o órgão normativo das atividades de seguros do país, foi criado pelo Decreto-Lei nº 73, de 21/11/1966. A principal atribuição do CNSP, na época da sua criação, era a de fixar as diretrizes e normas da política governamental para os segmentos de Seguros Privados, tendo posteriormente, com o advento da Lei nº 6.435, de 15/07/1977, suas atribuições se estendido à Previdência Privada, no âmbito das entidades abertas.

A Superintendência de Seguros Privados - SUSEP é o órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro e resseguro. Autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda foi criada pelo Decreto-lei nº 73, de 21/11/1966, que também instituiu o Sistema Nacional de Seguros Privados, do qual fazem parte o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, o IRB Brasil Resseguros S.A. - IRB Brasil Re, as sociedades autorizadas a operar em seguros privados e as entidades de previdência privada aberta.

n) Capital para a Atividade de Seguros

O CNSP – Conselho Nacional de Seguros Privados divulgou em 18/02/2013 as Resoluções CNSP nº 280 (que revogou a Circular nº 411 de 22/12/2010), nº 283 e nº 284. Em 23/12/2013, alterou os requisitos de cálculo com a divulgação da Resolução CNSP nº 302 (que revogou a Circular nº 282 de 18/02/2013 e alterou as Resoluções nº 228 e 280). Os normativos dispõem sobre as regras de capital regulamentar exigido para autorização e funcionamento das sociedades seguradoras, vida e previdência, capitalização e as regras de alocação de capital provenientes do risco de subscrição e operacional. Em janeiro de 2011 entrou em vigor a Resolução CNSP nº 228 de 6/12/2010, que dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital adicional baseado no risco de crédito das sociedades supervisionadas.

Nota 31 – Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

A tabela a seguir resume o valor contábil e o valor justo estimado dos instrumentos financeiros:

	31/03/2014		31/12/2013	
	Valor Contábil	Valor Justo estimado	Valor Contábil	Valor Justo estimado
Ativos Financeiros				
Disponibilidades e Depósitos Compulsórios no Banco Central	95.311	95.311	93.586	93.586
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	30.391	30.393	25.660	25.663
Aplicações no Mercado Aberto	163.310	163.310	138.455	138.455
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação (*)	123.592	123.592	148.860	148.860
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado (*)	333	333	371	371
Derivativos (*)	10.862	10.862	11.366	11.366
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (*)	76.299	76.299	96.626	96.626
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	22.187	22.766	10.116	10.480
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	387.046	388.401	389.467	390.889
Outros Ativos Financeiros	49.994	49.994	47.592	47.592
Passivos Financeiros				
Depósitos	278.208	278.372	274.383	274.317
Captação no Mercado Aberto	258.839	258.839	266.682	266.682
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação (*)	436	436	371	371
Derivativos (*)	12.031	12.031	11.405	11.405
Recursos de Mercados Interbancários	109.864	109.562	111.376	111.059
Recursos de Mercados Institucionais	70.938	70.513	72.055	72.496
Passivos de Planos de Capitalização	3.066	3.066	3.032	3.032
Outros Passivos Financeiros	55.541	55.541	61.274	61.274

(*) Estes ativos e passivos são registrados no balanço pelo seu Valor Justo.

Os Instrumentos Financeiros não incluídos no Balanço Patrimonial (Nota 36) são representados por Cartas de Crédito em Aberto (*standby*) e Garantias Prestadas no total de R\$ 71.829 (R\$ 71.162 em 31/12/2013) com o valor justo estimado de R\$ 864 (R\$ 802 em 31/12/2013).

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- Disponibilidades, Depósitos Compulsórios no Banco Central, Aplicações no Mercado Aberto, Captação no Mercado Aberto e Passivos de Capitalização** - O valor contábil desses instrumentos se aproxima de seu valor justo.
- Aplicações em Depósitos Interfinanceiros, Depósitos, Recursos de Mercados Interbancários e Recursos de Mercados Institucionais** – ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima os valores justos efetuando o desconto dos fluxos de caixa estimados adotando-se as taxas de juros do mercado.
- Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, inclusive Derivativos (Ativos e Passivos), Ativos Financeiros designados ao Valor Justo através do Resultado, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento e Passivos Financeiros Mantidos para Negociação** – Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço. Na ausência de preço cotado na ANBIMA, os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado (corretoras). Os valores justos de títulos de dívida de empresas são calculados adotando-se critérios semelhantes aos das aplicações em depósitos interfinanceiros, conforme descrito acima. Os valores justos de ações são apurados com base em seus preços cotados de mercado. Os valores justos dos instrumentos derivativos foram apurados conforme segue:
 - Swaps:** Seus fluxos de caixa são descontados a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco. Essas curvas de rentabilidade podem ser traçadas principalmente com base nos preços de troca de derivativos na BM&FBOVESPA, de títulos públicos brasileiros no mercado secundário ou de derivativos e títulos e valores mobiliários negociados no exterior. Essas curvas de rentabilidade podem ser utilizadas para obter o valor justo de *swaps* de moeda, *swaps* de taxa de juros e *swaps* com base em outros fatores de risco (*commodities*, índices de bolsas, etc.).
 - Futuros e Termo:** Cotações em bolsas ou utilizando-se critério idêntico ao utilizado nos *swaps*.

- **Opções:** Seus valores justos são apurados com base em modelos matemáticos (como o da Black&Scholes) que são alimentados com dados de volatilidade implícita, curva de rentabilidade da taxa de juros e o valor justo do ativo subjacente. Os preços de mercado corrente das opções são utilizados para calcular as volatilidades implícitas. Todos esses dados são obtidos de diferentes fontes (geralmente a Bloomberg).
- **Crédito:** Estão inversamente relacionados à probabilidade de inadimplência (PD) em um instrumento financeiro sujeito a risco de crédito. O processo de reajuste a preço de mercado desses spreads se baseia nas diferenças entre as curvas de rentabilidade sem risco e as curvas de rentabilidade ajustadas pelo risco de crédito.

d) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro - O valor justo é estimado por grupos de empréstimos com características financeiras e de risco similares utilizando modelos de valorização. O valor justo dos empréstimos de taxa fixa foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa estimados com a utilização de taxas de juros próximas as taxas atuais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING para empréstimos similares. Para a maior parte dos empréstimos à taxa variável, o valor contábil foi considerado como próximo de seu valor justo. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso normal foi calculado pelo desconto dos pagamentos previstos de principal e de juros até o vencimento, com as taxas indicadas acima. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso anormal foi baseado no desconto dos fluxos de caixa previstos, com a utilização de uma taxa proporcional ao risco associado aos fluxos de caixa estimados, ou no valor da garantia subjacente. As premissas relacionadas aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com a utilização de informações disponíveis no mercado e de informações específicas do tomador.

e) Outros Ativos/Passivos Financeiros – basicamente compostos de recebíveis de emissores de cartão de crédito, depósitos em garantia de passivos contingentes e negociação e intermediação de valores mobiliários. Os valores contábeis desses ativos/passivos aproximam-se significativamente de seus valores justos, uma vez que basicamente representam valores a serem recebidos no curto prazo de titulares de cartões de crédito e a serem pagos a emissores de cartões de créditos, depósitos exigidos judicialmente (indexado a taxas de mercado) feitos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING como garantia de ações judiciais ou recebíveis no curto prazo (geralmente com vencimento de aproximadamente 5 (cinco) dias úteis). Todos esses itens representam ativos/passivos sem riscos significativos de mercado, de crédito e de liquidez.

De acordo com o IFRS, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração.

Nível 1: As informações observáveis que refletem os preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de apuração continuamente.

Nível 2: As informações que não os preços cotados incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) as informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) as informações que são derivadas principalmente de ou corroboradas por dados do mercado observáveis por meio de correlação ou por outros meios.

Nível 3: As informações não são observáveis para o ativo ou passivo. As informações não observáveis devem ser usadas para mensurar o valor justo na proporção em que as informações observáveis não estão disponíveis, permitindo, dessa forma, que as situações nas quais há pouca, se houver, atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Designados ao Valor Justo através do Resultado:

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços disponíveis em um mercado ativo estão classificados no Nível 1 da hierarquia de valor justo. Neste nível foram classificados a maioria dos títulos do governo brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B, NTN-C e NTN-F), outros títulos estrangeiros do governo, ações e debêntures negociados em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Quando as informações de apreçamento não estiverem disponíveis para um título ou valor mobiliário específico, a avaliação geralmente se baseia em preços cotados do mercado de instrumentos semelhantes, informações de apreçamento obtidas por meio dos serviços de apreçamento, como Bloomberg, Reuters e corretoras (somente quando representam transações efetivas) ou fluxos de caixa descontados, que usam as informações derivadas de ativos ativamente negociados em um mercado ativo. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no Nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos por certos títulos do governo brasileiro, debêntures, alguns títulos do governo cotados em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no Nível 1, e alguns preços das ações em fundos de investimentos. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não detém posições em fundos de investimentos alternativos ou em fundos de participação em empresas de capital fechado.

Nível 3: Quando não houver informações de apreçamento em um mercado ativo, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING usa modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo proprietário. No Nível 3 são classificados alguns títulos do governo brasileiro e privados (principalmente NTN-I, NTN-A1, NTN-A3, CRI, TDA e CCI com vencimentos após 2025, CVS e notas promissórias) e que não são geralmente negociados em um mercado ativo.

Derivativos:

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no Nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos não negociados em bolsas de valores, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima o valor justo por meio da adoção de diversas técnicas como o Black&Scholes, Garman & Kohlhagen, Monte Carlo ou até mesmo os modelos de fluxo de caixa descontados geralmente adotados no mercado financeiro. Os derivativos incluídos no Nível 2 são *swaps* de inadimplência de crédito, *swaps* de moeda cruzada, *swaps* de taxa de juros, opções de plain vanilla, alguns *forwards* e geralmente todos os *swaps*. Todos os modelos adotados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são amplamente aceitos na indústria de serviços financeiros e refletem os termos contratuais do derivativo. Considerando que muitos desses modelos não contêm um alto nível de subjetividade, uma vez que as metodologias adotadas nos modelos não exigem grandes decisões, e as informações para o modelo estão prontamente observáveis nos mercados ativamente cotados, esses produtos foram classificados no Nível 2 da hierarquia de avaliação.

Nível 3: Os derivativos com valores justos baseados em informações não observáveis em um mercado ativo foram classificados no Nível 3 da hierarquia de valor justo e estão compostos por opções exóticas, alguns *swaps* indexados com informações não observáveis e *swaps* com outros produtos, como *swap* com opção e com verificação, derivativos de crédito e futuros de algumas *commodities*. Estas operações têm seu apreçamento derivado de superfície de volatilidade gerada a partir de volatilidade histórica.

Todas as metodologias descritas acima para avaliação podem resultar em um valor justo que pode não ser indicativo do valor realizável líquido ou dos valores justos futuros. No entanto, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING acredita que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado. Independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos na data do balanço.

Distribuição dos Níveis

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 31/03/2014 e 31/12/2013 para os Ativos de Financeiros Mantidos para Negociação e Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

	31/03/2014				31/12/2013			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	88.604	34.722	266	123.592	117.204	31.629	27	148.860
Fundos de Investimento	11	992	-	1.003	8	1.054	-	1.062
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	80.996	1.902	-	82.898	109.037	2.098	-	111.135
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	2.071	-	-	2.071	1.904	-	-	1.904
Títulos Públicos - Outros Países	1.009	365	-	1.374	406	273	-	679
Argentina	308	-	-	308	99	-	-	99
Estados Unidos	627	-	-	627	18	-	-	18
México	74	-	-	74	182	-	-	182
Chile	-	93	-	93	-	6	-	6
Uruguai	-	36	-	36	-	41	-	41
Colômbia	-	236	-	236	-	226	-	226
Bélgica	-	-	-	-	107	-	-	107
Títulos de Empresas	4.517	31.463	266	36.246	5.849	28.204	27	34.080
Ações Negociáveis	1.648	-	-	1.648	2.896	-	-	2.896
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	9	1	10	-	12	-	12
Certificado de Depósito Bancário	-	3.606	-	3.606	-	3.006	-	3.006
Debêntures	2.869	2.153	-	5.022	2.953	2.144	-	5.097
<i>Euro Bonds</i> e Assemelhados	-	1.236	-	1.236	-	1.278	-	1.278
Notas Promissórias	-	-	-	-	-	-	27	27
Letras Financeiras	-	24.170	-	24.170	-	21.566	-	21.566
Outros	-	289	265	554	-	198	-	198
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	30.722	40.921	4.656	76.299	43.413	46.724	6.489	96.626
Fundos de Investimento	-	295	-	295	-	211	-	211
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	17.548	498	257	18.303	27.197	484	258	27.939
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	8.532	-	-	8.532	11.709	-	-	11.709
Títulos Públicos - Outros Países	950	8.441	25	9.416	1.467	7.157	34	8.658
Estados Unidos	723	-	-	723	1.101	-	-	1.101
Dinamarca	-	3.408	-	3.408	-	2.631	-	2.631
Coreia	-	2.910	-	2.910	-	2.455	-	2.455
Chile	-	1.116	25	1.141	-	1.013	34	1.047
Paraguai	-	704	-	704	-	638	-	638
Uruguai	-	303	-	303	-	420	-	420
Bélgica	48	-	-	48	51	-	-	51
França	49	-	-	49	88	-	-	88
Holanda	124	-	-	124	126	-	-	126
Itália	-	-	-	-	94	-	-	94
Outros	6	-	-	6	7	-	-	7
Títulos de Empresas	3.692	31.687	4.374	39.753	3.040	38.872	6.197	48.109
Ações Negociáveis	1.910	40	-	1.950	1.986	39	-	2.025
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	1	2.958	2.959	-	7.441	4.834	12.275
Certificado de Depósito Bancário	-	1.621	2	1.623	-	2.148	33	2.181
Debêntures	1.770	15.014	-	16.784	1.042	14.465	-	15.507
<i>Euro Bonds</i> e Assemelhados	12	4.879	96	4.987	12	4.810	74	4.896
Notas Promissórias	-	-	1.289	1.289	-	-	1.227	1.227
Cédula do Produtor Rural	-	963	-	963	-	625	-	625
Letras Financeiras	-	8.742	-	8.742	-	8.804	-	8.804
Outros	-	427	29	456	-	540	29	569
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	333	-	333	-	371	-	371
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	-	228	-	228	-	371	-	371
Títulos Públicos - Outros Países	-	105	-	105	-	-	-	-
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	-	436	-	436	-	371	-	371
Notas Estruturadas	-	436	-	436	-	371	-	371

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 31/03/2014 e 31/12/2013 para os Ativos e Passivos de Derivativos.

	31/03/2014				31/12/2013			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Derivativos - Ativo	67	10.683	112	10.862	-	11.242	124	11.366
Opções	-	1.671	23	1.694	-	1.704	13	1.717
Termo	-	3.028	-	3.028	-	3.315	-	3.315
<i>Swaps</i> - Diferencial a Receber	-	4.328	8	4.336	-	4.442	-	4.442
Verificação de <i>Swap</i>	-	68	-	68	-	88	-	88
Derivativos de Crédito	-	256	-	256	-	686	-	686
<i>Forwards</i>	-	916	-	916	-	555	-	555
Futuros	67	-	-	67	-	-	-	-
Outros Derivativos	-	416	81	497	-	452	111	563
Derivativos - Passivo	-	(12.013)	(18)	(12.031)	(33)	(11.367)	(5)	(11.405)
Opções	-	(1.702)	(5)	(1.707)	-	(1.916)	(5)	(1.921)
Termo	-	(1.944)	-	(1.944)	-	(1.862)	-	(1.862)
<i>Swaps</i> - Diferencial a Pagar	-	(6.770)	(13)	(6.783)	-	(6.111)	-	(6.111)
<i>Swap</i> c/ Verificação	-	(123)	-	(123)	-	(145)	-	(145)
Derivativos de Crédito	-	(200)	-	(200)	-	(391)	-	(391)
<i>Forwards</i>	-	(904)	-	(904)	-	(560)	-	(560)
Futuros	-	-	-	-	(33)	-	-	(33)
Outros Derivativos	-	(370)	-	(370)	-	(382)	-	(382)

Não existiram transferências significativas entre Nível 1 e Nível 2 durante o período de 31/03/2014 e 31/12/2013. Transferências para dentro e fora do nível 3 são apresentadas nas movimentações do nível 3.

Mensuração de Valor Justo de Nível 2 Baseado em Serviços de Apreçamento e Corretoras

Quando informações de apreçamento não estão disponíveis para os títulos classificados como Nível 2, são utilizados serviços de apreçamento, tal como Bloomberg ou corretoras para valorizar tais instrumentos.

Em todos os casos, de forma a assegurar que o valor justo desses instrumentos seja apropriadamente classificado como Nível 2, são realizadas análises internas das informações recebidas, de modo a entender a natureza dos *inputs* que são usados na determinação de tais valores pelo prestador de serviço.

São considerados no Nível 2 os preços fornecidos pelos serviços de apreçamento que atendam aos seguintes requerimentos: os *inputs* estão prontamente disponíveis, regularmente distribuídos, fornecidos por fontes ativamente envolvidas em mercados relevantes e não são proprietários.

Do total de R\$ 75.871 milhões de instrumentos financeiros classificados como Nível 2, em 31 de Março de 2014, foi usado o serviço de apreçamento ou corretoras para avaliar títulos com valor justo de R\$ 26.201 milhões, substancialmente representados por:

- **Debêntures:** Quando disponível, são usadas informações de preço para transações registradas no Sistema Nacional de Debêntures (SND), plataforma eletrônica operada pela CETIP, que provê serviços múltiplos para as transações envolvendo debêntures no mercado secundário. Alternativamente são utilizados os preços de debêntures fornecidos pela ANBIMA. Sua metodologia inclui a obtenção diária, de preços ilustrativos, não-vinculativos, de um grupo de participantes de mercado considerados significativos. Tal informação é sujeita a filtros estatísticos definidos na metodologia, com o propósito de eliminar os *outliers*.
- **Títulos Globais e Corporativos:** O processo de apreçamento destes títulos consiste em capturar de 2 a 8 cotações da Bloomberg, conforme o ativo. A metodologia consiste em comparar os maiores preços de compra e os menores preços de venda de negociações ocorridas providas pela Bloomberg, para o último dia do mês. Comparam-se tais preços com as informações de ordens de compras que a Tesouraria Institucional do ITAÚ UNIBANCO HOLDING fornece à Bloomberg. Se a diferença entre ambos os preços for menor que 0,5%, é usado o preço médio da Bloomberg. Se maior que 0,5% ou se a Tesouraria Institucional não tiver provido informação sobre esse título específico, então é usado o preço médio coletado direto a outros bancos. O preço da Tesouraria Institucional é utilizado apenas como referência e nunca no cálculo do preço final.

Mensurações de Valor Justo Recorrentes de Nível 3

As unidades responsáveis pela definição e aplicação dos modelos de apreçamento são segregadas das áreas de negócio. Os modelos são documentados, submetidos à validação de uma área independente e aprovados por comitê específico. O processo diário de captura, cálculo e divulgação de preços são verificados regularmente com base em testes e critérios formalmente definidos e as informações são armazenadas em uma base de dados histórica única e corporativa.

Os casos mais recorrentes de ativos classificados como Nível 3 estão justificados pelos fatores de desconto utilizados. Fatores como a curva pré-fixada de juros em reais e curva de cupom de TR - e por consequência as suas dependentes - possuem dados com prazos inferiores aos vencimentos dos ativos de renda fixa. Nos casos de *swap*, a análise é feita por indexador de ambas as pontas. Há alguns casos em que os prazos dos dados são mais curtos do que o próprio vencimento do derivativo.

Movimentações de Valor Justo Recorrentes de Nível 3

As tabelas a seguir incluem as movimentações dos valores do Balanço Patrimonial, para instrumentos financeiros classificados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING no Nível 3 da hierarquia do valor justo. Os instrumentos financeiros derivativos classificados no Nível 3 correspondem basicamente a Outros Derivativos indexados a ações.

	Valor justo em 31/12/2013	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Compras	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível 3	Valor Justo em 31/03/2014	Total de Ganhos (Perdas) Relacionados aos Ativos e Passivos ainda Detidos na Data do Relatório
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	27	(54)	320	(27)	-	266	(12)
Títulos de Dívida de Empresas	27	(54)	320	(27)	-	266	(12)
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	1	-	-	1	-
Notas Promissórias	27	(55)	55	(27)	-	-	-
Outros	-	1	264	-	-	265	(12)
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	6.489	(1.098)	1.088	(700)	(1.123)	4.656	(11)
Títulos Públicos - Governo Brasileiro	258	(1)	-	-	-	257	(7)
Títulos Públicos - Outros Países - Chile	34	(25)	33	(17)	-	25	-
Títulos de Dívida de Empresas	6.197	(1.072)	1.055	(683)	(1.123)	4.374	(4)
Certificado de Recebíveis Imobiliários	4.834	(1.063)	430	(120)	(1.123)	2.958	-
Notas Promissórias	1.227	33	475	(446)	-	1.289	(2)
Certificado de Depósito Bancário	33	(25)	32	(38)	-	2	-
Euro Bonds e Assemelhados	74	(18)	89	(49)	-	96	3
Outros	29	1	29	(30)	-	29	(5)

	Valor Justo em 31/12/2013	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Compras	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível 3	Valor Justo em 31/03/2014	Total de Ganhos (Perdas) Relacionados aos Ativos e Passivos ainda Detidos na Data do Relatório
Derivativos - Ativo	124	(33)	24	(7)	4	112	4
Opções	13	(1)	19	(8)	-	23	9
Swaps - Diferencial a Receber	-	-	4	-	4	8	10
Outros Derivativos	111	(32)	1	1	-	81	(15)
Derivativos - Passivo	(5)	7	(16)	9	(13)	(18)	(7)
Opções	(5)	7	(16)	9	-	(5)	5
Swaps - Diferencial a Pagar	-	-	-	-	(13)	(13)	(12)

	Valor Justo em 31/12/2012	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Compras	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível 3	Valor Justo em 31/12/2013	Total de Ganhos (Perdas) Relacionados aos Ativos e Passivos ainda Detidos na Data do Relatório
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	20	-	57	(50)	-	27	-
Títulos de Empresas - Notas Promissórias	20	-	57	(50)	-	27	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	2.489	(867)	8.082	(3.215)	-	6.489	(140)
Títulos Públicos - Governo Brasileiro	306	(140)	92	-	-	258	(10)
Títulos Públicos - Outros Países - Chile	-	(5)	80	(41)	-	34	-
Títulos de Empresas	2.183	(722)	7.910	(3.174)	-	6.197	(130)
Certificado de Recebíveis Imobiliários	1.368	(767)	4.714	(481)	-	4.834	(123)
Notas Promissórias	777	17	3.058	(2.625)	-	1.227	(4)
Certificado de Depósito Bancário	-	-	55	(22)	-	33	-
Euro Bonds e Assemelhados	5	32	83	(46)	-	74	2
Outros	33	(4)	-	-	-	29	(5)

	Valor Justo em 31/12/2012	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Compras	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível 3	Valor Justo em 31/12/2013	Total de Ganhos (perdas) Relacionados aos Ativos e Passivos ainda Detidos na Data do Relatório
Derivativos - Ativo	313	38	55	(256)	(26)	124	-
Opções	147	4	44	(182)	-	13	1
Swaps - Diferencial a Receber	25	-	4	(3)	(26)	-	-
Termo	2	-	-	(2)	-	-	-
Outros Derivativos	139	34	7	(69)	-	111	(1)
Derivativos - Passivo	(169)	1	(14)	162	15	(5)	2
Opções	(149)	1	(13)	156	-	(5)	2
Termo	(2)	-	-	2	-	-	-
Swaps - Diferencial a Pagar	(15)	-	-	-	15	-	-
Forwards	(3)	-	(1)	4	-	-	-

Ativos Financeiros Disponíveis para Venda: em 2014, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING transferiu R\$ 1.123 de Certificado de Recebíveis Imobiliários do nível 3, em função da reclassificação de categoria.

Derivativos: em 2014, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING transferiu R\$ (9) de Swap do nível 3 para o nível 2, em função da disponibilidade de dados observáveis para tais derivativos.

Análise de Sensibilidade de Operações Nível 3

O valor justo dos instrumentos financeiros classificados como Nível 3 (onde os preços negociados não são facilmente observáveis em mercados ativos) é mensurado utilizando-se técnicas baseadas em correlações com produtos associados e negociados em mercados ativos.

Os dados não observáveis significativos usados na mensuração a valor justo dos instrumentos classificados como Nível 3 são: taxas de juros, preços de ativo objeto e a volatilidade. Aumentos (reduções) significativos em qualquer desses inputs isolados podem resultar em reduções (aumentos) significativos no valor justo.

A tabela a seguir, demonstra a sensibilidade desses valores justos em cenários de alterações nas taxas de juros, nos preços de ativos ou em cenários que combinam choques nos preços com choques de volatilidades para ativos não lineares:

Sensibilidade - Operações Nível III		31/03/2014	
Grupos de Fatores de Risco de Mercado	Cenários	Impactos	
		Resultado	Patrimônio
Taxa de Juros	I	(0,0)	(4,0)
	II	(0,6)	(98,4)
	III	(1,1)	(193,2)
Moedas, <i>Commodities</i> e Índices	I	-	-
	II	-	-
Não Lineares	I	(12,6)	-
	II	(23,2)	-

Na mensuração das sensibilidades são utilizados os seguintes cenários:

Taxa de Juros

Aplicação de choques de 1, 25 e 50 pontos-base (cenários I, II e III respectivamente) nas curvas de juros, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Moedas, *Commodities* e Índices

Aplicação de choques de 5 e 10 pontos percentuais (cenários I e II respectivamente) nos preços de moedas, *commodities* e índices, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Não lineares

Cenário I: Aplicação de choques combinados de 5 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais na volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Cenário II: Aplicação de choques combinados de 10 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais na volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Nota 32 – Provisões, Contingências e Outros Compromissos

Provisões	31/03/2014	31/12/2013
Cíveis	4.594	4.473
Trabalhistas	5.278	5.192
Fiscais e Previdenciárias	9.385	8.974
Outros	226	223
Total	19.483	18.862
Circulante	3.834	4.295
Não Circulante	15.649	14.567

Na execução das atividades normais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING está sujeito a contingências que podem ser classificadas conforme segue:

a) **Ativos Contingentes:** não existem ativos contingentes contabilizados.

b) **Provisões e Contingências:** os critérios de quantificação das contingências são adequados às características específicas das carteiras cíveis, trabalhistas e fiscais, bem como outros riscos.

- Ações Cíveis

Processos Massificados (processos relativos a causas consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante): a apuração da contingência é mensal e o valor esperado da perda é objeto de provisão contábil, realizada por aplicação de parâmetro estatístico elaborado tendo em conta o tipo de ação e as características do juízo (Juizado Especial Cível ou Justiça Comum).

Processos Individualizados (processos relativos a causas com características peculiares ou de valor relevante): a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível e, portanto, limitadas a 40 salários mínimos. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING também é parte em ações específicas referentes à cobrança de expurgos inflacionários em caderneta de poupança decorrente de planos econômicos.

A jurisprudência no Supremo Tribunal Federal (STF) é favorável aos bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo e das correções aplicadas aos contratos em geral. Além disso, no Superior Tribunal de Justiça (STJ) foi decidido que o prazo para a propositura de ações cíveis públicas que discutem os expurgos é de cinco anos. Com essa decisão, parte das ações, como foram propostas após o prazo de cinco anos, poderão tornar-se improcedentes.

Não são reconhecidos contabilmente os valores envolvidos em ações cíveis de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 2.030 (R\$ 2.095 em 31/12/2013), sendo que as naturezas referem-se às ações indenizatórias ou de cobranças, cujos valores individuais não são relevantes, sendo que neste total não existem valores decorrentes de participação em *Joint Ventures*.

- Ações Trabalhistas

Processos Massificados (processos relativos a causas consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante): o valor esperado da perda é apurado e provisionado mensalmente conforme modelo estatístico que precifica as ações. São ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados (processos relativos a causas com características peculiares ou de valor relevante): a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria e outros.

Não existem ações trabalhistas categorizadas como perda possível de valores relevantes.

- Outros Riscos

São quantificados e provisionados principalmente pela avaliação de crédito rural em operações com coobrigação e créditos com Fundos de Compensações de Variações Salariais (FCVS) cedidos ao Banco Nacional.

Segue abaixo a movimentação das provisões cíveis, trabalhistas e outros e os saldos dos respectivos depósitos em garantia de recursos:

	01/01 a 31/03/2014			
	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total
Saldo Inicial	4.473	5.192	223	9.888
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	(134)	(811)	-	(945)
Subtotal	4.339	4.381	223	8.943
Atualização/Encargos (Nota 26)	63	57	-	120
Movimentação do Período Refletida no Resultado (Nota 26)	<u>390</u>	<u>259</u>	<u>3</u>	<u>652</u>
Constituição (*)	475	432	4	911
Reversão	(85)	(173)	(1)	(259)
Pagamento	(327)	(229)	-	(556)
Subtotal	4.465	4.468	226	9.159
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	129	810	-	939
Saldo Final	4.594	5.278	226	10.098
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/03/2014 (Nota 20a)	2.106	2.485	-	4.591

(*) As Provisões Cíveis contemplam planos econômicos no montante de R\$ 69.

	01/01 a 31/03/2013			
	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total
Saldo Inicial	3.732	4.852	192	8.776
Efeito Alteração do Critério de Consolidação (Nota 2.4a I)	13	14	-	27
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	(118)	(948)	-	(1.066)
Subtotal	3.627	3.918	192	7.737
Atualização/Encargos (Nota 26)	71	51	-	122
Movimentação do Período Refletida no Resultado (Nota 26)	<u>370</u>	<u>363</u>	<u>5</u>	<u>738</u>
Constituição (*)	546	419	6	971
Reversão	(176)	(56)	(1)	(233)
Pagamento	(375)	(293)	-	(668)
Subtotal	3.693	4.039	197	7.929
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	134	897	-	1.031
Saldo Final	3.827	4.936	197	8.960
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/03/2013 (Nota 20a)	2.070	2.386	-	4.456

(*) As Provisões Cíveis contemplam planos econômicos no montante de R\$ 66.

- Ações Fiscais e Previdenciárias

As contingências equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões administrativas ou judiciais, objeto de autolancamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil, independentemente da probabilidade de perda, quando se trata de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos a provisão é constituída sempre que a perda for considerada provável.

Segue abaixo a movimentação das provisões e dos respectivos depósitos em garantia das Ações Fiscais e Previdenciárias:

Provisões	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2013
Saldo Inicial	8.974	10.433
Efeito Alteração do Critério de Consolidação (Nota 2.4a I)	-	9
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	(57)	(61)
Subtotal	8.917	10.381
Atualização/Encargos ⁽¹⁾	137	105
Movimentação do Período Refletida no Resultado	297	65
Constituição ⁽¹⁾	616	273
Reversão ⁽¹⁾	(319)	(208)
Pagamento	(24)	(402)
Subtotal	9.327	10.149
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	58	62
Saldo Final ⁽²⁾	9.385	10.211

(1) Os valores estão contemplados nas rubricas Despesas Tributárias, Despesas Gerais e Administrativas e em Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes.

(2) Contempla valores decorrentes de participações em Joint Ventures no montante de R\$ 23.

Depósitos em Garantia	31/03/2014	31/03/2013
Saldo Inicial	5.658	4.557
Efeito Alteração do Critério de Consolidação (Nota 2.4a I)	-	8
Apropriação de Rendas	102	55
Movimentação do Período	<u>255</u>	<u>(369)</u>
Novos Depósitos	265	201
Levantamentos Efetuados	(1)	(5)
Conversão em Renda	(9)	(565)
Saldo Final (Nota 20a)	6.015	4.251
Reclassificação para Ativos Dados em Garantia de Contingências (Nota 32d)	1	-
Saldo Final após a Reclassificação	6.016	4.251

As principais discussões relativas às Provisões são descritas a seguir:

- CSLL – Isonomia – R\$ 2.722: enquanto a Lei aumentou a alíquota de CSLL das empresas financeiras e seguradoras para 15%, discutimos a ausência de respaldo constitucional e, por isonomia, defendemos a incidência à alíquota normal de 9%. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 914;
- PIS e COFINS – Base de Cálculo – R\$ 1.825: defendemos a incidência das contribuições sobre o faturamento, entendido como a receita da venda de bens e serviços. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 1.732;
- IRPJ e CSLL – Lucros no Exterior – R\$ 506: discutimos a base de cálculo para incidência desses tributos sobre os lucros auferidos no exterior e a inaplicabilidade da Instrução Normativa SRF 213-02 no que excede o texto legal. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 470;
- PIS – Anterioridade Nonagesimal e Irretroatividade – R\$ 422: pleiteamos o afastamento das Emendas Constitucionais 10/96 e 17/97, dado o princípio da anterioridade e irretroatividade, visando recolhimento pela Lei Complementar 07/70. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 94.

Contingências não reconhecidas no Balanço - Os valores envolvidos nas principais Ações Fiscais e Previdenciárias de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 11.157, estão descritas a seguir:

- INSS – Verbas não Remuneratórias – R\$ 2.615: defendemos a não incidência do tributo sobre essas verbas, principalmente participação nos lucros, nos resultados, plano para outorga de opções de ações, vale transporte e abono único.
- IRPJ e CSLL – Juros sobre o Capital Próprio – R\$ 1.140: defendemos a dedutibilidade dos JCP declarados aos acionistas com base na taxa de juros TJLP aplicada sobre o patrimônio líquido do ano e de anos anteriores.
- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS – Indeferimento de Pedido de Compensação – R\$ 1.085: casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado.
- IRPJ e CSLL – Ágio – Dedução – R\$ 1.003: dedutibilidade do ágio na aquisição de investimentos com expectativa de rentabilidade futura.
- ISS – Atividades Bancárias – R\$ 731: entendemos que a operação bancária não se confunde com serviço e/ou não está listada na Lei Complementar.

c) Contas a Receber – Reembolso de Contingências

O saldo de Valores a Receber Relativo a Reembolso de Contingências totaliza R\$ 724 (R\$ 733 em 31/12/2013) (Nota 20a), representado basicamente pela garantia estabelecida no processo de privatização do Banco Banerj S.A., ocorrida em 1997, onde o Estado do Rio de Janeiro constituiu um fundo para garantir a recomposição patrimonial em contingências cíveis, trabalhistas e fiscais.

d) Ativos Dados em Garantia de Contingências

Os ativos dados em garantia de contingências são relativos a processos de passivos contingentes e estão vinculados ou depositados de acordo com os montantes abaixo:

	31/03/2014	31/03/2013
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Disponíveis para Venda (basicamente Letras Financeiras do Tesouro)	880	1.294
Depósitos em Garantia de Recursos (Nota 20a)	3.768	3.825

Em geral, os depósitos em garantia de recursos referentes às ações judiciais, no Brasil, devem ser feitos em juízo e são retidos em juízo até que seja tomada uma decisão judicial. No caso de uma decisão desfavorável ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING, o valor depositado é liberado da conta de depósito em garantia de recursos e transferido para a contraparte da ação judicial. No caso de uma decisão favorável ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING, o valor é liberado no montante total depositado atualizado.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são de longo prazo, considerando o tempo necessário para a conclusão dessas ações no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com a relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas, com base na opinião de seus assessores legais, não estão envolvidos em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais que possam afetar de forma relevante os resultados de suas operações.

Nota 33 – Capital Regulatório

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING está sujeito à regulamentação do Banco Central do Brasil que emite diretrizes e instruções sobre políticas monetárias e de crédito para instituições financeiras que operam no Brasil. O Banco Central também determina exigências de capital mínimo, limites para ativos fixos, limites de empréstimos, práticas contábeis e exigências de depósitos compulsórios, exigindo que os bancos cumpram a regulamentação baseada no Acordo de Basiléia sobre adequação de capital. Além disso, o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e a SUSEP emitem regulamentações sobre exigência de capital, que afetam nossas operações de seguros, planos de previdência privada e de capitalização.

O Acordo de Basiléia exige que os bancos apresentem uma relação entre capital regulamentar e exposição ao risco de no mínimo 8%. O capital regulamentar é basicamente composto por dois níveis:

- Nível I: somatório do Capital Principal, apurado de modo geral pelo capital social, certas reservas e lucros retidos, menos deduções e ajustes prudenciais, e do Capital Complementar
- Nível II: inclui instrumentos elegíveis, primordialmente dívidas subordinadas, sujeitos às limitações prudenciais.

Entretanto, o Acordo de Basiléia permite que autoridades reguladoras de cada país determinem parâmetros próprios de composição do capital regulamentar e de apuração das parcelas de exposição a risco. Dentre as principais diferenças decorrentes da adoção de parâmetros próprios pela legislação brasileira estão (i) a exigência da relação entre capital regulamentar e ativos ponderados pelo risco de no mínimo 11%, com cronograma para atingir 8% em 2019 (ii) determinados fatores de ponderação de risco atribuídos a certos ativos e outras exposições. Além disso, de acordo com as normas do Banco Central do Brasil, os bancos devem calcular o cumprimento da exigência mínima com base na consolidação de todas as subsidiárias financeiras regulamentadas pelo Banco Central, inclusive agências e investimentos no exterior.

A Administração gerencia o capital com a finalidade de atender aos requerimentos mínimos de capital requeridos pelo BACEN. Durante o período o ITAÚ UNIBANCO HOLDING cumpriu todos os requerimentos mínimos de capital aos quais está sujeito.

A tabela abaixo sumariza a composição do capital regulamentar, o capital mínimo exigido e o índice de Basiléia, apurados de acordo com as normas do Banco Central do Brasil, com base na consolidação das instituições financeiras.

	31/03/2014	31/12/2013
	Instituições Financeiras (Consolidação Parcial)	Instituições Financeiras (Consolidação Parcial)
Patrimônio de Referência		
Nível I	83.034	87.409
Capital Principal	83.013	87.409
Capital Complementar	21	-
Nível II	33.559	37.735
Total	116.593	125.144
Exigibilidades para Cobertura dos Ativos Ponderados pelo Risco		
De Crédito	686.511	694.039
De Mercado	22.054	24.555
Operacional	36.566	36.847
Ativos Ponderados pelo Risco	745.131	755.441
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	81.964	83.099
Folga em relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	34.629	42.045
Índice Capital/Ativos Ponderados pelo Risco - %	15,6%	16,6%

Os fundos obtidos por meio de emissão de títulos de dívida subordinada são considerados capital de Nível II, para os propósitos do índice de capital em relação aos ativos ponderados de risco, e estão descritos abaixo. Conforme legislação vigente, para o cálculo do Patrimônio de Referência de março de 2014, foi considerado o saldo das dívidas subordinadas de dezembro de 2012, com a inclusão das dívidas aprovadas após o fechamento, autorizadas pelo Bacen para compor o Nível II, totalizando R\$ 53.921 .

Nome do Papel/Moeda	Valor Principal (Moeda Original)	Emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	Saldo contábil
CDB Subordinado - BRL					
	1.865	2007	2014	100% do CDI + 0,35% a 0,6%	3.700
	33			IGPM + 7,22%	80
	1.000	2008	2014	112% do CDI	1.741
	400	2008	2015	119,8% do CDI	741
	50	2010	2015	113% do CDI	77
	466	2006	2016	100% do CDI + 0,7% (*)	996
	2.665	2010	2016	110% a 114% do CDI	4.097
	123			IPCA + 7,21%	205
	367	2010	2017	IPCA + 7,33%	618
	6.969			Total	12.255
Letra Financeira Subordinada - BRL					
	365	2010	2016	100% do CDI + 1,35% a 1,36%	369
	1.874			112% a 112,5% do CDI	1.895
	30			IPCA + 7%	46
	206	2010	2017	IPCA + 6,95% a 7,2%	271
	3.224	2011	2017	108% a 112% do CDI	3.339
	352			IPCA + 6,15% a 7,8%	463
	138			IGPM + 6,55% a 7,6%	190
	3.650			100% do CDI + 1,29% a 1,52%	3.724
	500	2012	2017	100% do CDI + 1,12%	518
	42	2011	2018	IGPM + 7%	51
	30			IPCA + 7,53% a 7,7%	38
	461	2012	2018	IPCA + 4,4% a 6,58%	556
	3.782			100% do CDI + 1,01% a 1,32%	3.909
	6.373			108% a 113% do CDI	6.736
	112			9,95 a 11,95%	133
	2	2011	2019	109% a 109,7% do CDI	2
	12	2012	2019	11,96%	15
	101			IPCA + 4,7% a 6,3%	122
	1			110% do CDI	1
	20	2012	2020	IPCA + 6% a 6,17%	26
	1			111% do CDI	1
	6	2011	2021	109,25% a 110,5% do CDI	8
	2.307	2012	2022	IPCA + 5,15% a 5,83%	2.747
	20			IGPM + 4,63%	22
	23.609			Total	25.182
Euronotes Subordinado - USD					
	990	2010	2020	6,20%	2.298
	1.000	2010	2021	5,75%	2.282
	730	2011	2021	5,75% a 6,2%	1.693
	550	2012	2021	6,20%	1.257
	2.600	2012	2022	5,50% a 5,65%	5.857
	1.851	2012	2023	5,13%	4.272
	7.721			Total	17.659
Total					55.096

(*) Os CDBs subordinados podem ser resgatados a partir de novembro de 2011.

Nota 34 – Informações por Segmento

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é uma instituição bancária que oferece a seus clientes uma diversificada gama de produtos e serviços financeiros.

A partir do primeiro trimestre de 2013, foi alterada a forma de apresentação dos segmentos para que esteja mais alinhada ao acompanhamento da evolução dos resultados. Houve mudanças de nomenclatura, com o intuito de adequá-la à realidade da atual estrutura, sendo agora apresentados os seguintes segmentos: Banco Comercial - Varejo, Crédito ao Consumidor - Varejo, Banco de Atacado e Atividades com Mercado + Corporação. Os resultados das médias empresas, anteriormente alocadas no antigo segmento Banco Comercial, passam a ser reportados no Banco de Atacado, sendo esta a principal alteração desta apresentação.

Os atuais segmentos de negócio do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são os descritos abaixo:

- **Banco Comercial – Varejo**

O resultado do segmento Banco Comercial - Varejo decorre da oferta de produtos e serviços bancários a uma base diversificada de clientes, pessoas físicas e jurídicas. O segmento engloba os clientes de varejo, clientes de alta renda, clientes com elevado patrimônio financeiro (*Private Bank*) e o segmento empresas (micro e pequenas empresas).

- **Crédito ao Consumidor – Varejo**

O resultado do segmento de Crédito ao Consumidor - Varejo decorre de produtos e serviços financeiros ofertados aos clientes não correntistas. Este segmento abrange o financiamento de veículos realizado fora da rede de agências, a oferta de cartões de crédito e a oferta de crédito para população de baixa renda.

- **Banco de Atacado**

O resultado do segmento Banco de Atacado decorre dos produtos e serviços oferecidos às médias empresas e das atividades do Itaú BBA, unidade responsável pelas operações comerciais com grandes empresas e pela atuação como Banco de Investimento.

- **Atividades com Mercado + Corporação**

Este segmento apresenta o resultado decorrente do excesso de capital, do excesso de dívida subordinada e do carregamento do saldo líquido dos créditos e passivos tributários. Evidencia, ainda, a margem financeira com o mercado, o custo da operação da Tesouraria, o resultado de equivalência patrimonial das empresas que não estão associadas a cada um dos segmentos e à participação na Porto Seguro.

Base de Apresentação das Informações por Segmento

As informações por segmento foram elaboradas com base em relatórios usados pela alta administração (Comitê Executivo) para avaliar o desempenho dos segmentos e tomar decisões quanto à alocação de recursos para investimento e demais propósitos.

A alta administração (Comitê Executivo) do ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza uma variedade de informações para fins gerenciais, inclusive informações financeiras e não financeiras que se valem de bases diversas daquelas informações preparadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil. O principal indicador utilizado para acompanhamento de performance dos negócios é o Lucro Líquido Recorrente bem como o Retorno sobre o Capital Econômico alocado para cada segmento do negócio.

As informações por segmento foram preparadas segundo as políticas contábeis adotadas no Brasil e sofreram as modificações e ajustes descritos abaixo:

- **Capital Alocado e Alíquota de Imposto de Renda**

A partir da demonstração de resultado gerencial, a preparação da informação por segmento considera a aplicação dos seguintes critérios:

Capital Alocado: Os impactos associados à alocação de capital estão considerados nas informações financeiras. Para tanto, foram feitos ajustes nas demonstrações contábeis, tendo como base um modelo proprietário. Foi adotado o modelo de Capital Econômico Alocado (CEA) para as demonstrações contábeis por segmento, que considera, além do capital alocado nível I, o capital alocado nível II (dívida subordinada) e os efeitos do cálculo da perda esperada de créditos, complementar ao exigido pelo Banco Central do Brasil pela Circular nº 2.682/99 do CMN. Dessa forma, o Capital Alocado incorpora os seguintes componentes: risco de crédito (incluindo perda esperada), risco operacional, risco de mercado e risco de subscrição de seguros.

Alíquota de Imposto de Renda: É considerada a alíquota total do imposto de renda, líquida do impacto fiscal do pagamento dos Juros sobre o Capital Próprio (JCP), para os segmentos Banco Comercial - Varejo, Crédito ao Consumidor - Varejo, Banco de Atacado e Atividades com Mercado. A diferença entre o valor do imposto de renda calculado por segmento e o valor do imposto de renda efetivo, indicado na demonstração contábil consolidada, é alocada na coluna Atividades com Mercado + Corporação.

- **Reclassificações e Aplicações de Critérios Gerenciais**

A demonstração de resultado gerencial foi utilizada para a preparação da informação por segmento. Essa demonstração foi obtida tendo como base a demonstração de resultado contábil ajustada pelo impacto dos eventos não recorrentes e reclassificações gerenciais no resultado.

A partir do primeiro trimestre de 2013, foram promovidas algumas alterações nos critérios de consolidação dos resultados gerenciais apresentados no intuito de refletir melhor a forma como a administração acompanha os números do banco. Esses ajustes alteram somente a abertura das linhas e, portanto, não afetam o lucro líquido divulgado. Por meio destas reclassificações, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING busca alinhar a forma de apresentação dos resultados e permitir maior comparabilidade e compreensão na avaliação do desempenho do banco.

Abaixo são descritas as principais reclassificações entre o resultado contábil e o gerencial:

Produto Bancário: O produto bancário considera em cada operação o custo de oportunidade. As demonstrações contábeis foram ajustadas para que o patrimônio líquido contábil fosse substituído por *funding* a preços de mercado. Posteriormente, as demonstrações contábeis foram ajustadas para incorporar as receitas vinculadas ao capital alocado a cada segmento. O custo das dívidas subordinadas e a respectiva remuneração a preços de mercado foram proporcionalmente alocados aos segmentos, de acordo com o capital econômico alocado.

Efeitos Fiscais do Hedge: Foram ajustados os efeitos fiscais do *hedge* dos investimentos no exterior – originalmente contabilizados nas linhas de despesas tributárias (PIS e COFINS) e de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – que são reclassificados para a margem. A estratégia de gestão do risco cambial do capital investido no exterior tem por objetivo não permitir efeitos decorrentes de variação cambial no resultado. Para que seja alcançada essa finalidade, o risco cambial é neutralizado e os investimentos são remunerados em reais, por meio da utilização de instrumentos financeiros derivativos. A estratégia de *hedge* dos investimentos no exterior também considera o impacto de todos os efeitos fiscais incidentes.

Seguros: As receitas e despesas do negócio de seguros foram concentradas no Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização. As principais reclassificações de receitas referem-se às margens financeiras obtidas com as reservas técnicas de seguros, previdência e capitalização além da receita de administração de recursos de previdência.

Demais Reclassificações: As Outras Receitas, Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas, Resultado não Operacional, Participação no Lucro de administradores e as despesas do programa de recompensa de cartão de crédito foram reclassificados para as linhas que representam a forma como a instituição gere seus negócios, permitindo maior compreensão na análise de desempenho. Dessa forma, por exemplo, o resultado de equivalência patrimonial do investimento no Banco CSF S.A. (“Banco Carrefour”) foi reclassificado para a linha de margem financeira. Adicionalmente, para melhor comparabilidade com os novos critérios de consolidação, foram consolidados 100,0% dos resultados de parcerias (anteriormente consolidadas proporcionalmente) e foram reclassificadas as despesas de provisões associadas a títulos e valores mobiliários e derivativos (originalmente classificadas em Despesas não Decorrentes de Juros, para Despesa de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa).

Na coluna de ajustes são apresentados os efeitos das diferenças existentes entre as políticas contábeis utilizadas na apresentação de informações por segmentos - que estão basicamente de acordo com as práticas contábeis adotadas por instituições financeiras no Brasil, salvo os ajustes descritos acima - e os princípios aplicados na preparação das Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS. Os principais ajustes são:

- Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa, que no IFRS (IAS 39) devem ser constituídas quando constatada evidência objetiva de que operações de crédito estejam em situação de perda por redução do seu valor recuperável (Perda Incorrida) e nas normas adotadas no Brasil é utilizado o conceito de Perda Esperada;
- Ações e cotas classificadas como investimento permanente foram mensuradas a valor justo no IFRS (IAS 39 e 32) e seus ganhos e perdas registradas diretamente no Patrimônio Líquido, não transitando pelo resultado do período;
- Variação cambial de subsidiárias e empresas não consolidadas no exterior, as quais tem a moeda funcional (moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade opera) diferente do Real, no IFRS (IAS 21) é registrada diretamente no Patrimônio Líquido, não transitando pelo resultado do período;
- Taxa efetiva de juros, os ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros, apropriando as receitas e os custos diretamente atribuíveis à sua aquisição, emissão ou alienação pelo prazo da operação nas normas adotadas no Brasil o reconhecimento das despesas e das receitas de tarifa ocorre no momento da contratação destas operações.
- Combinação de Negócios é contabilizada pelo método da compra no IFRS (IFRS 3), no qual o preço de compra é alocado entre os ativos e passivos da empresa adquirida e o montante, se houver, não passível de alocação é reconhecido como ágio, não sendo amortizado, mas sujeito a teste de *impairment*.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Em 01/01 a 31 de Março de 2014

(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

Demonstração Consolidada do Resultado	Banco Comercial Varejo	Crédito ao Consumidor Varejo	Banco de Atacado	Atividade com o Mercado + Corporação	ITAÚ UNIBANCO	Ajustes	Consolidado IFRS
Produto Bancário	12.241	4.258	3.418	746	20.663	1.916	22.579
Margem Financeira (1)	6.745	2.615	2.456	672	12.488	2.015	14.503
Receita de Prestação de Serviços	3.426	1.643	916	72	6.057	144	6.201
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	2.070	-	46	2	2.118	(458)	1.660
Outras Receitas	-	-	-	-	-	215	215
Perdas com Créditos e Sinistros	(1.987)	(1.172)	(478)	(14)	(3.651)	(354)	(4.005)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.252)	(1.483)	(503)	(14)	(4.252)	(354)	(4.606)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	746	311	31	-	1.088	-	1.088
Despesas com Sinistros / Recuperação de Sinistros com Resseguros	(481)	-	(6)	-	(487)	-	(487)
Produto Bancário Líquido de Perdas com Créditos e Sinistros	10.254	3.086	2.940	732	17.012	1.562	18.574
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(6.675)	(2.112)	(1.384)	(293)	(10.464)	(916)	(11.380)
Despesas Não Decorrentes de Juros (2)	(6.010)	(1.820)	(1.203)	(271)	(9.304)	(783)	(10.087)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras	(665)	(292)	(181)	(22)	(1.160)	(208)	(1.368)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	-	-	-	-	75	75
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	3.579	974	1.556	439	6.548	646	7.194
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.274)	(275)	(500)	94	(1.955)	(638)	(2.593)
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	-	(59)	-	(5)	(64)	14	(50)
Lucro Líquido	2.305	640	1.056	528	4.529	22	4.551

(1) Inclui receita e despesa de juros e rendimentos R\$ 13.285, receita de dividendos R\$ 12, ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos R\$ 105 e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R\$ 1.101.

(2) Referem-se as despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação de R\$ 408 e de amortização de R\$ 207.

Ativo Total (1)	708.901	93.556	295.793	90.609	1.107.376	(82.091)	1.025.285
Passivo Total	683.786	83.073	273.310	64.598	1.023.283	(83.485)	939.798

(1) Inclui:

Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	882	-	2.164	3.047	957	4.004
Ágio	51	1.842	-	-	1.893	35	1.928
Imobilizado, Líquido	5.852	401	368	-	6.621	55	6.676
Intangível, Líquido	3.793	1.433	515	-	5.742	77	5.819

O Consolidado não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Em 01/01 a 31 de Março de 2013

(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

Demonstração Consolidada do Resultado	Banco Comercial Varejo	Crédito ao Consumidor Varejo	Banco de Atacado	Atividade com Mercado + Corporação	ITAÚ UNIBANCO	Ajustes	Consolidado IFRS
Produto Bancário	10.624	3.630	3.572	991	18.817	629	19.446
Margem Financeira (1)	5.687	2.257	2.668	914	11.526	838	12.364
Receita de Prestação de Serviços	2.868	1.373	832	49	5.122	135	5.257
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	2.069	-	72	28	2.169	(491)	1.678
Outras Receitas	-	-	-	-	-	147	147
Perdas com Créditos e Sinistros	(2.427)	(1.207)	(733)	(53)	(4.420)	78	(4.342)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.681)	(1.431)	(774)	(53)	(4.939)	78	(4.861)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	806	224	56	-	1.086	-	1.086
Despesas com Sinistros / Recuperação de Sinistros com Resseguros	(552)	-	(15)	-	(567)	-	(567)
Produto Bancário Líquido de Perdas com Créditos e Sinistros	8.197	2.423	2.839	938	14.397	707	15.104
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(6.139)	(1.878)	(1.391)	(161)	(9.569)	(725)	(10.294)
Despesas não Decorrentes de Juros (2)	(5.544)	(1.615)	(1.189)	(179)	(8.527)	(637)	(9.164)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras	(595)	(263)	(202)	18	(1.042)	(140)	(1.182)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	-	-	-	-	52	52
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	2.058	545	1.448	777	4.828	(18)	4.810
Imposto de Renda e Contribuição Social	(709)	(117)	(451)	(18)	(1.295)	(25)	(1.320)
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	-	(19)	-	(2)	(21)	13	(8)
Lucro Líquido	1.349	409	997	757	3.512	(30)	3.482

(1) Inclui receita e despesa de juros e rendimentos R\$ 12.858, receita de dividendos R\$ 64, ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos R\$ (941) e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R\$ 383.

(2) Referem-se as despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação de R\$ 360 e de amortização de R\$ 202.

Ativo Total (1) - 31/12/2013	737.341	94.174	322.667	116.625	1.105.721	(78.424)	1.027.297
Passivo Total - 31/12/2013	717.197	84.732	299.771	86.179	1.022.793	(79.688)	943.105

(1) Inclui:

Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	859	7	2.124	2.990	941	3.931
Ágio	29	1.892	-	-	1.921	(16)	1.905
Imobilizado, Líquido	5.485	401	624	-	6.510	54	6.564
Intangível, Líquido	3.686	1.355	678	-	5.719	78	5.797

O Consolidado não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

Abaixo seguem informações das receitas de intermediação financeira e os ativos não correntes por área geográfica:

	01/01 a 31/03/2014			01/01 a 31/03/2013		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Receitas da Intermediação Financeira ^{(1) (2)}	26.165	2.523	28.688	19.216	1.642	20.858
Ativos não Correntes	11.753	742	12.495	11.488	873	12.361

(1) Inclui Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ganho (Perda) Líquido com Ativos e Passivos Financeiros e Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior.

(2) O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não tem clientes que representem 10,0% ou mais das receitas.

Nota 35 – Partes Relacionadas

a) As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações entre as empresas incluídas na consolidação (Nota 2.4a) foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- O Itaú Unibanco Participações S.A. (IUPAR) e a ITAÚSA, controladores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- As controladas não financeiras da ITAÚSA, destacando-se a Itautec S.A., a Duratex S.A., a Elekeiroz S.A. e a Itaúsa Empreendimentos S.A.;
- A Fundação Itaú Unibanco – Previdência Complementar, o FUNBEP – Fundo de Pensão Multipatrocinado, a Fundação Bemgeprev, UBB Prev - Previdência Complementar e Fundação Banorte Manuel Baptista da Silva de Seguridade Social, entidades fechadas de previdência complementar que administram planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e/ou por suas controladas;
- A Fundação Itaú Social, o Instituto Itaú Cultural, o Instituto Unibanco, Instituto Assistencial Pedro Di Perna, Instituto Unibanco de Cinema e a Associação Clube “A”, entidades mantidas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas para atuação nas suas respectivas áreas de interesse; e
- Os investimentos na Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A., BSF Holding S.A. e MCC Securities Inc.

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO					
	Taxa Anual	Ativo / (Passivo)		Receitas / (Despesas)	
		31/03/2014	31/12/2013	01/01 a	01/01 a
		31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Depósitos		-	(1)	-	-
Duratex S.A.		-	(1)	-	-
Captações no Mercado Aberto		(201)	(286)	(4)	(1)
Itaúsa Empreendimentos S.A.	100% da SELIC	(68)	(66)	-	-
Duratex S.A.	100% da SELIC	(104)	(180)	(3)	(1)
Elekeiroz S.A.	100% da SELIC	(20)	(36)	(1)	-
Itautec S.A.	100% da SELIC	(4)	(4)	-	-
Olimpia Promoção e Serviços S.A.	100% da SELIC	(5)	-	-	-
Valores a Receber (Pagar) Sociedades Ligadas / Receitas (Despesas) de Prestação de Serviços		(113)	(82)	(1)	10
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado		-	-	1	1
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar		(15)	(6)	8	8
Fundação Banorte Manuel Baptista da Silva de Seguridade Social		(93)	(76)	-	-
Outras		(5)	-	(10)	1
Receitas (Despesas) com Aluguéis		-	-	(13)	(14)
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar		-	-	(10)	(12)
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado		-	-	(3)	(2)
Despesas com Doações		-	-	(21)	(26)
Associação Clube "A"		-	-	-	(1)
Instituto Itaú Cultural		-	-	(21)	(25)
Despesas de Processamento de Dados		-	-	(62)	(71)
Itautec S.A.		-	-	(62)	(71)

Além das operações acima discriminadas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e partes relacionadas em associadas e entidades controladas em conjunto, como parte integrante do Convênio de Rateio de Custos Comuns do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, registraram em Despesas Gerais e Administrativas - Outros, o valor de R\$ 2 (R\$ 1 de 01/01 a 31/03/2013) em função da utilização da estrutura comum.

Conforme as normas vigentes, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos a:

- a) quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que controlem a Instituição ou qualquer entidade sob controle comum com a instituição, ou qualquer diretor, conselheiro, membro do conselho fiscal ou membros da família imediata de tais pessoas físicas;
- b) qualquer entidade controlada pela Instituição; ou
- c) qualquer entidade da qual o banco detenha, direta ou indiretamente, 10,0% ou mais do capital social.

Dessa forma, não são efetuados empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, diretores executivos, membros do Conselho de Administração ou seus familiares.

b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

A Resolução nº 3.921, de 25/11/2010, do CMN, determina que a remuneração variável dos administradores deverá ser compatível com as políticas de gestão de risco da instituição, sendo que no mínimo 50% (cinquenta por cento) deverá ser obrigatoriamente paga em ações e deverá ser diferida para pagamento em no mínimo 3 (três) anos.

Para atender à Resolução sobre remuneração o ITAÚ UNIBANCO HOLDING obteve autorização da CVM para que possa, de forma privada, transferir ações de sua própria emissão mantidas em tesouraria para seus administradores e os administradores de suas controladas.

No período de 01/01 a 31/03/2014, o efeito contábil da remuneração está registrado na Remuneração do Pessoal-Chave da Administração em Remuneração e Participações no Lucro, obedecendo os limites estatutários.

Os honorários atribuídos no período aos Administradores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são compostos conforme segue:

	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2013
Remuneração	97	58
Conselho de Administração	3	5
Administradores	94	53
Participações no Lucro	61	65
Conselho de Administração	1	5
Administradores	60	60
Contribuições aos Planos de Aposentadoria	2	1
Administradores	2	1
Plano de Pagamento em Ações - Administradores	41	44
Total	201	168

Risco de Crédito

1. Mensuração do Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador ou emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contrato de crédito em consequência da deterioração na classificação de risco do tomador, do emissor, da contraparte, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas em renegociações posteriores e dos custos de recuperação.

A gestão do risco de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é responsabilidade primária de todas as unidades de negócio e visa a manter a qualidade da carteira de crédito em níveis coerentes com o apetite de risco da instituição para cada segmento de mercado em que opera.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING estabelece sua política de crédito com base em fatores internos, como os critérios de classificação de clientes, desempenho e evolução da carteira, níveis de inadimplência, taxas de retorno e o capital econômico alocado; e fatores externos, relacionados ao ambiente econômico, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, inflação e variação do consumo.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui um processo estruturado para manter uma carteira diversificada considerada adequada pela instituição. O monitoramento contínuo do grau de concentração de suas carteiras, avaliando os setores de atividade econômica, maiores devedores e regiões geográficas, possibilita a tomada de medidas preventivas de modo a evitar que os limites estabelecidos sejam violados.

O processo de avaliação de política e produtos possibilita ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING identificar os riscos potenciais, a fim de certificar-se de que as decisões de crédito fazem sentido, por uma perspectiva econômica e de risco.

O processo centralizado de aprovação das políticas e validação de modelos de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING garante a sincronização das ações de crédito.

A tabela abaixo demonstra a correspondência entre os níveis de risco atribuídos pelos modelos internos do grupo (baixo, médio, alto e *impairment*) e a probabilidade de inadimplência associada a cada um desses níveis.

Classificação Interna	PD
Baixo	Menor ou igual a 4,44%
Médio	Maior que 4,44% e menor ou igual a 25,95%
Alto	Maior que 25,95%
<i>Impairment</i>	Operações <i>Corporate</i> com PD maior que 31,84% Operações em Atraso >90 dias Operações Renegociadas com atraso superior a 60 dias

A classificação de crédito no segmento de atacado baseia-se em informações tais como a situação econômico-financeira da contraparte, sua capacidade de geração de caixa, o grupo de crédito a que pertence, a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua. As propostas de crédito são analisadas caso a caso, utilizando um mecanismo de alçadas.

Em relação ao varejo (pessoas físicas, pequenas e médias empresas), a classificação é atribuída com base em modelos estatísticos de *application* e *behaviour score*. As decisões são tomadas tendo como base esses modelos, que são continuamente monitorados, por estrutura independente. Excepcionalmente, pode também haver análise individualizada de casos específicos, em que a aprovação de crédito é submetida às alçadas competentes.

Os títulos públicos e outros instrumentos de dívida são classificados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING de acordo com sua qualidade de crédito, visando a administrar suas exposições.

Em linha com os princípios da Resolução nº 3.721, de 30/04/2009, do CMN, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui estrutura e normativo institucional de gerenciamento do risco de crédito, aprovado pelo seu Conselho de Administração, aplicável às empresas e subsidiárias no Brasil e exterior.

2. Gerenciamento de Risco de Crédito

O controle centralizado do risco de crédito é realizado pela área executiva independente responsável pelo controle de riscos, segregada das unidades de negociação, conforme exigido pela regulamentação vigente.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING controla rigorosamente a exposição a crédito de clientes e contrapartes, atuando para reverter eventuais situações em que a exposição observada exceda o desejado. Nesse sentido, podem ser adotadas medidas contratualmente previstas, tais como a liquidação antecipada e a requisição de garantias adicionais.

3. Garantias e Política de Mitigação do Risco de Crédito

Como forma de controle do risco de crédito, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui um normativo institucional que define as diretrizes gerais e responsabilidades relativas à utilização de garantias, além disso, cada unidade de negócio, responsável pela gestão do risco de crédito, formaliza a utilização das garantias em suas políticas de crédito.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza garantias para aumentar sua capacidade de recuperação em operações dotadas de risco de crédito. As garantias utilizadas podem ser pessoais, reais, estruturas jurídicas com poder de mitigação e acordos de compensação.

Para que as garantias sejam consideradas como instrumento de redução de risco é necessário que cumpram as exigências e determinações das normas que as regulam, sejam internas ou externas.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING assegura que qualquer garantia que gera impacto em mitigação, alocação de capital e provisionamento, é juridicamente exercível (eficaz), exequível e é regularmente reavaliada.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza ainda derivativos de crédito, tais como CDS único-nome (*single name*), para mitigar o risco de crédito de suas carteiras de títulos. Estes instrumentos são apreçados com base em modelos que utilizam o preço justo de variáveis de mercado, tais como *spreads* de crédito, taxas de recuperação, correlações e taxas de juros.

Os limites de crédito são monitorados continuamente e alterados em função do comportamento dos clientes. Assim, os valores potenciais de perda representam uma fração do montante disponível.

4. Política de Provisionamento

A política de provisionamento adotada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING está alinhada com as diretrizes do IFRS e do Acordo da Basileia. Desse modo, as provisões para operações de crédito são constituídas a partir do momento em que houver sinais de deterioração da carteira, tendo em vista um horizonte de perda adequado às especificidades de cada tipo de operação. Consideram-se como *impairment* os créditos com atraso superior a 90 dias, créditos renegociados com atraso superior a 60 dias e operações *Corporate* com classificação interna inferior a um certo nível. As baixas a prejuízo ocorrem após 360 dias dos créditos terem vencido ou após 540 dias, no caso de empréstimos com vencimento acima de 36 meses.

5. Exposição ao Risco de Crédito

	31/03/2014			31/12/2013		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	4.667	25.724	30.391	5.564	20.096	25.660
Aplicações no Mercado Aberto	162.198	1.112	163.310	137.556	899	138.455
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	116.058	7.534	123.592	141.343	7.517	148.860
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	333	333	-	371	371
Derivativos	6.079	4.783	10.862	6.400	4.966	11.366
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	29.674	46.625	76.299	45.208	51.418	96.626
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	12.879	9.308	22.187	3.393	6.723	10.116
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	270.587	116.459	387.046	277.877	111.590	389.467
Outros Ativos Financeiros	44.316	5.678	49.994	45.389	2.203	47.592
<i>Off Balance</i>	274.557	23.097	297.654	273.766	21.286	295.052
Avais e Fianças	66.996	4.833	71.829	66.165	4.997	71.162
Cartas de Crédito	10.572	-	10.572	11.431	-	11.431
Compromissos a Liberar	196.989	18.264	215.253	196.170	16.289	212.459
Crédito Imobiliário	10.097	-	10.097	10.846	-	10.846
Cheque Especial	82.406	-	82.406	82.206	-	82.206
Cartão de Crédito	96.521	764	97.285	94.453	847	95.300
Outros Limites Pré-Aprovados	7.965	17.500	25.465	8.665	15.442	24.107
Total	921.015	240.653	1.161.668	936.496	227.069	1.163.565

A tabela apresenta a exposição máxima em 31/03/2014 e 31/12/2013, sem considerar qualquer garantia recebida ou outras melhorias de crédito agregadas.

Para os ativos registrados no Balanço Patrimonial, as exposições descritas são baseadas em valores contábeis líquidos. Esta análise somente inclui os ativos financeiros sujeitos ao risco de crédito. Eles excluem ativos não financeiros.

Os valores contratuais de avais e fianças e de cartas de crédito representam o potencial máximo de risco de crédito caso a contraparte não cumpra com os termos do contrato. A grande maioria dos compromissos a liberar (crédito imobiliário, conta garantida e outros limites pré-aprovados) vence sem ser sacado, já que a sua renovação é mensal e temos poder de efetuar o cancelamento a qualquer momento. Consequentemente, o valor contratual não representa nossa real exposição futura ao risco de crédito e nem a necessidade de liquidez proveniente desses compromissos.

Como descrito no quadro anterior, a exposição mais significativa é derivada de Operações de Crédito, Ativos Mantidos para Negociação, Aplicações no Mercado Aberto, além de Avais, Fianças e Outros compromissos assumidos.

A qualidade dos ativos financeiros descritos na exposição máxima resultam em:

- 87,5% das Operações de Crédito e demais ativos financeiros (Quadros 6.1 e 6.1.2) são categorizados como baixa probabilidade de inadimplência de acordo com a classificação interna.
- somente 4,5% do total das Operações de Crédito (Quadro 6.1) são representados por créditos vencidos sem evento de perda.
- 3,9% do total das Operações de Crédito (Quadro 6.1) são créditos vencidos com eventos de perda.

5.1) Exposição Máxima dos Ativos Financeiros Segregados por Setor de Atividade

a) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

	31/03/2014	%	31/12/2013	%
Setor Público	3.919	1,0	3.981	1,0
Indústria e Comércio	113.257	27,7	115.025	27,8
Serviços	86.059	21,1	87.103	21,2
Setor Primário	20.468	5,0	20.492	5,0
Outros Setores	1.412	0,3	1.553	0,4
Pessoa Física	183.207	44,9	183.548	44,6
Total	408.322	100,0	411.702	100,0

b) Demais Ativos Financeiros (*)

	31/03/2014	%	31/12/2013	%
Setor Primário	1.887	0,4	1.766	0,4
Setor Público	137.049	32,1	174.331	40,4
Indústria e Comércio	12.199	2,9	11.665	2,7
Serviços	80.427	18,8	76.650	17,8
Outros Setores	1.362	0,3	2.664	0,6
Pessoa Física	349	0,1	263	0,1
Financeiras	193.701	45,4	164.115	38,0
Total	426.974	100,0	431.454	100,0

(*) Inclui Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, Derivativos, Ativos Designados a Valor Justo através do Resultado, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento, Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto.

c) Os riscos de créditos dos *Off Balance* (Avais e Fianças, Cartas de Crédito e Compromissos a Liberar) não são categorizados e nem gerenciados por setor de atividade.

6. Qualidade de Crédito dos Ativos Financeiros

6.1 A tabela abaixo apresenta a segregação de operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro, considerando: créditos ainda não vencidos e créditos vencidos com ou sem evento de perda:

Classificação Interna	31/03/2014				31/12/2013			
	Créditos Não Vencidos e sem Evento de Perda	Créditos Vencidos sem Evento de Perda	Créditos Vencidos com Evento de Perda	Total dos Créditos	Créditos Não Vencidos e sem Evento de Perda	Créditos Vencidos sem Evento de Perda	Créditos Vencidos com Evento de Perda	Total dos Créditos
Baixo	299.894	4.468	-	304.362	300.816	4.354	-	305.170
Médio	63.116	7.598	-	70.714	64.722	7.676	-	72.398
Alto	10.957	6.422	-	17.379	11.273	6.556	-	17.829
<i>Impairment</i>	-	-	15.867	15.867	-	-	16.305	16.305
Total	373.967	18.488	15.867	408.322	376.811	18.586	16.305	411.702
%	91,6%	4,5%	3,9%	100,0%	91,5%	4,5%	4,0%	100,0%

A tabela abaixo apresenta a segregação de operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro por portfólio de área e por classes, baseada nos indicadores de qualidade de crédito:

	31/03/2014					31/12/2013				
	Baixo	Médio	Alto	<i>Impairment</i>	Total	Baixo	Médio	Alto	<i>Impairment</i>	Total
Pessoas Físicas	96.449	49.140	11.308	10.402	167.299	96.904	48.833	11.323	10.371	167.431
Cartão de Crédito	35.847	11.323	2.189	2.900	52.259	36.964	11.773	1.892	2.520	53.149
Crédito Pessoal	8.297	8.405	7.169	3.725	27.596	7.760	8.158	7.143	3.574	26.635
Crédito Consignado	6.021	17.879	341	396	24.637	5.676	16.147	378	370	22.571
Veículos	22.480	10.117	1.576	3.136	37.309	23.692	11.310	1.881	3.701	40.584
Crédito Imobiliário	23.804	1.416	33	245	25.498	22.812	1.445	29	206	24.492
Grandes Empresas	122.017	3.335	138	1.535	127.025	121.643	3.041	145	1.584	126.413
Micros/Pequenas e Médias Empresas	56.056	14.773	5.318	3.745	79.892	55.210	16.430	5.796	4.165	81.601
Unidades Externas América Latina	29.840	3.466	615	185	34.106	31.413	4.094	565	185	36.257
Total	304.362	70.714	17.379	15.867	408.322	305.170	72.398	17.829	16.305	411.702
%	74,5%	17,3%	4,3%	3,9%	100,0%	74,1%	17,6%	4,3%	4,0%	100,0%

A tabela abaixo apresenta a segregação das operações de Créditos e Arrendamento Mercantil Financeiro não Vencidos e Sem Evento de Perda, por portfólio de área e por classes, baseada nos indicadores de qualidade de crédito:

	31/03/2014				31/12/2013			
	Baixo	Médio	Alto	Total	Baixo	Médio	Alto	Total
I - Operações Avaliadas Individualmente								
Grandes Empresas	121.505	3.141	-	124.646	120.828	2.861	-	123.689
II - Operações Avaliadas Coletivamente								
Pessoas Físicas	93.635	43.231	6.757	143.623	94.586	42.896	6.708	144.190
Cartão de Crédito	35.399	10.530	1.406	47.335	36.764	11.129	1.266	49.159
Crédito Pessoal	8.140	7.937	4.968	21.045	7.703	7.691	4.986	20.380
Crédito Consignado	5.913	17.528	219	23.660	5.574	15.881	245	21.700
Veículos	20.942	6.545	157	27.644	22.206	7.454	206	29.866
Crédito Imobiliário	23.241	691	7	23.939	22.339	741	5	23.085
Micro/Pequenas e Médias Empresas	55.460	13.534	3.701	72.695	54.544	15.142	4.121	73.807
Unidades Externas América Latina	29.294	3.210	499	33.003	30.858	3.823	444	35.125
Total	299.894	63.116	10.957	373.967	300.816	64.722	11.273	376.811

6.1.1 As operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro, por portfólio de área e por classes, estão assim classificadas pelo seu vencimento (Créditos Vencidos sem Evento de Perda):

	31/03/2014				31/12/2013			
	Vencidos em até 30 dias	Vencidos de 31 a 60 dias	Vencidos de 61 a 90 dias	Total	Vencidos em até 30 dias	Vencidos de 31 a 60 dias	Vencidos de 61 a 90 dias	Total
Pessoas Físicas	8.124	3.687	1.464	13.275	8.103	3.273	1.494	12.870
Cartão de Crédito	1.202	458	363	2.023	833	323	314	1.470
Crédito Pessoal	1.543	949	335	2.827	1.641	716	325	2.682
Crédito Consignado	426	97	60	583	372	74	55	501
Veículos	4.088	1.831	609	6.528	4.460	1.872	685	7.017
Crédito Imobiliário	865	352	97	1.314	797	288	115	1.200
Grandes Empresas	435	318	92	845	944	167	29	1.140
Micros/Pequenas e Médias Empresas	2.057	980	414	3.451	2.378	843	409	3.630
Unidades Externas América Latina	735	112	70	917	774	117	55	946
Total	11.351	5.097	2.040	18.488	12.199	4.400	1.987	18.586

6.1.2 O quadro abaixo apresenta a carteira dos demais ativos financeiros, avaliados individualmente, classificados por nível de risco em:

31/03/2014							
Classificação Interna	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Total
Baixo	193.701	123.551	333	10.813	76.179	22.187	426.764
Médio	-	41	-	35	94	-	170
Alto	-	-	-	14	23	-	37
<i>Impairment</i>	-	-	-	-	3	-	3
Total	193.701	123.592	333	10.862	76.299	22.187	426.974
%	45,4	28,9	0,1	2,5	17,9	5,2	100,0

31/12/2013							
Classificação Interna	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Total
Baixo	164.115	138.883	371	7.173	57.515	10.093	378.150
Médio	-	9.691	-	3.896	38.301	23	51.911
Alto	-	286	-	297	807	-	1.390
<i>Impairment</i>	-	-	-	-	3	-	3
Total	164.115	148.860	371	11.366	96.626	10.116	431.454
%	38,0	34,5	0,1	2,6	22,5	2,3	100,0

6.1.3 Garantias de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

Efeito financeiro da garantia	31/03/2014				31/12/2013			
	(I) Ativos com Excesso de Garantia		(II) Ativos com Insuficiência de Garantia		(I) Ativos com Excesso de Garantia		(II) Ativos com Insuficiência de Garantia	
	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia
Pessoas Físicas	60.547	149.471	1.538	1.273	61.723	156.230	2.738	2.290
Crédito Pessoal	392	961	45	38	377	879	13	7
Veículos	35.041	72.557	1.383	1.184	37.010	71.736	2.620	2.235
Crédito Imobiliário	25.114	75.953	110	51	24.336	83.615	105	47
Micros/Pequenas, Médias e Grandes Empresas	161.441	555.222	4.519	2.230	161.274	476.507	5.200	2.610
Unidades Externas América Latina	10.572	16.618	23.329	21.518	11.457	17.169	24.660	22.084
Total	232.560	721.311	29.386	25.021	234.454	649.906	32.597	26.983

A diferença entre o total da carteira de crédito e a carteira de crédito com garantia é gerada por empréstimos não garantidos R\$ 146.376 (R\$ 144.651 em 31/12/2013).

ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza garantias para reduzir a ocorrência de perdas em operações com risco de crédito, gerenciando suas garantias de modo que elas sejam sempre suficientes, legalmente executáveis (efetivas) e viáveis, sendo revisadas regularmente. Assim, a garantia é utilizada para maximizar o potencial de recuperação de crédito em caso de inadimplemento, e não para reduzir o valor da exposição de clientes ou contrapartes.

Pessoas Físicas

Crédito Pessoal - Esta categoria de produtos de crédito geralmente requer garantias, com foco em avais e fianças.

Veículos - Neste tipo de operação, os ativos dos clientes funcionam como garantia, assim como os ativos arrendados nas operações de arrendamento.

Crédito Imobiliário - Os próprios imóveis são dados em garantia.

Micros/Pequenas, Médias e Grandes Empresas - Nessas operações pode ser utilizada qualquer garantia prevista na política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (alienação fiduciária, cessão fiduciária, aval/devedor solidário, hipoteca e outras).

Unidades Externas América Latina - Nessas operações pode ser utilizada qualquer garantia prevista na política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (alienação fiduciária, cessão fiduciária, aval/devedor solidário, hipoteca e outras).

7. Bens Retomados

Os ativos são classificados como bens apreendidos e reconhecidos como ativo quando da efetiva posse.

Os ativos recebidos quando da execução de empréstimos, inclusive imóveis, são registrados inicialmente pelo menor valor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para sua venda, ou (ii) o valor contábil do empréstimo.

Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para desvalorização, com um débito correspondente no resultado. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos.

A política de venda destes bens contempla a realização de leilões periódicos que são divulgados previamente ao mercado além de considerar a restrição para a manutenção em propriedade da Instituição pelo prazo máximo de um ano, expedidas pelo órgão regulador brasileiro (Banco Central do Brasil). Este prazo pode ser prorrogável a critério do referido regulador.

Os saldos apresentados abaixo representam o total de bens retomados no período:

	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2013
Imóveis Não de Uso	1	-
Imóveis Habitacionais - Crédito Imobiliário	14	17
Veículos - Vinculado a Operações de Crédito	1	-
Outros (Veículos/móveis/Equipamentos) - Dação	1	-
Total	17	17

Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo as operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (*commodities*), entre outros índices sobre estes fatores de risco.

A gestão de risco de mercado é o processo pelo qual o ITAÚ UNIBANCO HOLDING monitora e controla os riscos de variações nas cotações dos instrumentos financeiros devidas aos movimentos de mercado, objetivando a otimização da relação risco-retorno, valendo-se de estrutura de limites, modelos e ferramentas de gestão adequadas.

A política institucional de gerenciamento de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING encontra-se em linha com os princípios da Resolução nº 3.464 do CMN e alterações posteriores, constituindo um conjunto de princípios que norteiam a estratégia do ITAÚ UNIBANCO HOLDING no controle e gerenciamento de risco de mercado de todas as suas unidades de negócio e suas entidades organizacionais.

O documento que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de mercado, que não faz parte das demonstrações contábeis, pode ser visualizado no site www.itaunibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco de Mercado.

A estratégia de gerenciamento de risco do ITAÚ UNIBANCO HOLDING busca balancear seus objetivos de negócio, considerando, dentre outros:

- Conjuntura política, econômica e de mercado;
- Carteira de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- Capacidade de atuar em mercados específicos.

O processo de gerenciamento de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING ocorre dentro da governança e hierarquia de Comissões e limites aprovados especificamente para este fim, sensibilizando diferentes níveis e classes de risco de mercado. Este arcabouço de limites cobre desde o acompanhamento de indicadores agregados de risco (nível de carteira) até limites granulares (nível de mesas individuais), garantindo efetividade e cobertura de controle. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, expectativa de performance e apetite de risco da instituição, o tamanho do patrimônio e o perfil de risco de cada entidade organizacional, sendo definidos em termos das medidas de risco utilizadas na gestão. Os limites são monitorados e controlados diariamente e os excessos são reportados e discutidos nas Comissões competentes. Além disso, relatórios diários de risco, utilizados pelas áreas de negócios e de controle, são emitidos para a alta gestão.

A estrutura de limites e alertas segue as diretrizes do Conselho de Administração e é aprovada pela Comissão Superior de Políticas de Risco (CSRisc), após deliberações da Comissão Superior de Tesouraria Institucional (CSTI). A revisão dessa estrutura de limites é realizada, no mínimo, anualmente.

Essa estrutura de controle de limites tem a função de:

- Proporcionar mais conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- Promover o diálogo disciplinado e bem informado sobre o perfil de risco global e sua evolução no tempo;
- Aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados;
- Fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio; e
- Evitar a concentração de riscos.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua no ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de mensuração, avaliação, análise e reporte de risco às áreas e pessoas relevantes, de acordo com a governança estabelecida e acompanhando as ações necessárias para readequação da posição e/ou nível de risco, quando necessário. Para isto, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING conta com um processo estruturado de comunicação e fluxo de informações que fornece subsídios para acompanhamento das Comissões Superiores e atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e agentes regulatórios no exterior.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING realiza hedge de operações de clientes e de posições proprietárias, inclusive de investimentos no exterior, buscando mitigar os riscos derivados das oscilações dos preços de fatores de risco de mercado relevantes e enquadrar as operações nos limites de exposição vigentes. Derivativos são os instrumentos mais utilizados para a execução destas atividades de hedges. Nas situações em que essas operações se configuram como hedge contábil, gera-se documentação comprobatória específica, inclusive com o acompanhamento contínuo da efetividade do hedge (retrospectivo e prospectivo) e das demais alterações no processo contábil. Os procedimentos de hedge contábil e econômico são regidos por normativos institucionais no ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

O tema *hedge* contábil é tratado em detalhe nas notas explicativas das Demonstrações Contábeis.

A mensuração de risco de mercado segrega suas operações em Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação, de acordo com os critérios gerais estabelecidos pelo Acordo de Basileia e alterações posteriores.

A carteira de negociação é composta por todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, realizadas com a intenção de negociação.

A carteira de não negociação caracteriza-se preponderantemente pelas operações provenientes do negócio bancário e relacionadas à gestão do balanço da instituição. Tem, como princípios gerais, a não intenção de revenda e horizonte de tempo de médio e longo prazos.

As exposições a risco de mercado inerentes aos diversos instrumentos financeiros, inclusive derivativos, são decompostas em vários fatores de risco. Fatores de risco de mercado são componentes primários do mercado na formação dos preços. Os principais grupos de fatores de risco mensurados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são:

- Taxas de Juros: risco de perda nas operações sujeitas às variações nas taxas de juros;
- Cupons Cambiais: risco de perda nas operações sujeitas à variações das taxas dos cupons de moedas estrangeiras;
- Variação Cambial: risco de perda nas operações sujeitas à variação cambial;
- Índices de Preços: risco de perda nas operações sujeitas às variações nas taxas dos cupons de índices de preços;
- Renda Variável: risco de perda nas operações sujeitas à variação do preço de ações e *commodities*.

O tratamento de risco de mercado para taxa de juros da Carteira de Negociação e de Não Negociação adota a metodologia de marcação a mercado dos diversos produtos, calculando a sensibilidade às variações das taxas de juros, o valor em risco (*VaR*) e efetuando testes de estresse em toda a carteira, conforme estabelecido nos normativos institucionais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Para avaliação de posições em ações das Carteiras de Negociação e de Não Negociação, utiliza-se o *VaR*, além de aplicar testes de estresse, conforme apresentado no parágrafo abaixo.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (*VaR* - *Value at Risk*): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos);
- Alerta de *Stop Loss*: métrica que tem por objetivo a revisão das posições, caso as perdas acumuladas em um dado período atinjam um determinado valor;
- Concentração: exposição acumulada de determinado ativo ou fator de risco calculada a valor de mercado ("*MtM* – *Mark to Market*"); e
- *VaR* Estressado: métrica estatística derivada do cálculo de *VaR*, que objetiva capturar o maior risco em simulações da carteira atual, levando-se em consideração retornos observáveis em cenários históricos.

Adicionalmente, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, incluem-se:

- Análise de Descasamentos (GAPS): exposição acumulada dos fluxos de caixa, por fator de risco, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;
- Sensibilidade (*DV01- Delta Variation*): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador;
- Sensibilidades aos Diversos Fatores de Riscos (GREGAS) – derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativos-objetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza sistemas proprietários para mensurar o risco de mercado consolidado. O processamento desses sistemas ocorre principalmente em São Paulo, em ambiente com controle de acesso, de alta disponibilidade, com processos de guarda e recuperação de dados e conta com infraestrutura para garantir a continuidade de negócios em situações de contingência (*disaster recovery*).

VaR - Consolidado ITAÚ UNIBANCO HOLDING

O modelo interno de VaR (paramétrico) utilizado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING considera 1 dia como horizonte de tempo e 99% como grau de confiança. As volatilidades e correlações são estimadas com uma metodologia de ponderação da volatilidade que confere maior peso às informações mais recentes.

A tabela de VaR Global Consolidado propicia a análise da exposição ao risco de mercado das carteiras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e de suas subsidiárias no exterior, demonstrando onde se encontram as maiores concentrações de risco de mercado (subsidiárias no exterior: Banco Itaú BBA International PLC, Banco Itaú Argentina S.A., Banco Itaú Chile S.A., Banco Itaú Uruguai S.A., Banco Itaú Paraguai S.A. e Itaú BBA Colômbia S.A. – Corporación Financiera).

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, mantendo sua gestão conservadora e diversificação da carteira, seguiu com sua política de operar dentro de limites reduzidos em relação a seu capital no período.

No primeiro trimestre de de 2014, o VaR Global Médio foi de R\$ 101 milhões ou 0,12% do patrimônio total (em todo o ano de 2013 foi de R\$ 224 milhões ou 0,28%).

(em milhões de R\$)

	VaR Global							
	Média	Mínimo	Máximo	31/03/2014	Média	Mínimo	Máximo	31/12/2013
Grupo de Fatores de Risco								
Taxas de Juros	70,7	39,4	108,1	69,6	172,4	65,6	416,9	69,1
Cupons Cambiais	33,7	25,7	46,5	25,7	26,2	8,6	76,7	45,2
Varição Cambial	29,0	19,6	52,9	27,0	34,5	4,4	70,2	10,4
Índices de Preços	59,4	49,1	70,1	62,9	76,1	37,3	155,5	65,7
Renda Variável	18,7	10,4	26,8	14,0	29,6	14,0	60,1	20,4
Unidades Externas (*)								
Itaú BBA International	2,0	1,6	2,3	1,9	2,4	1,6	4,1	1,9
Itaú Argentina	9,4	2,8	18,8	2,8	4,0	2,2	7,4	5,7
Itaú Chile	2,9	2,2	3,5	3,0	5,6	2,1	13,6	2,1
Itaú Uruguai	1,7	1,2	2,5	1,5	2,8	1,5	8,9	1,7
Itaú Paraguai	1,2	0,6	2,9	1,9	0,9	0,4	1,8	0,9
Itaú BBA Colômbia	0,4	0,2	0,8	0,4	0,4	0,0	1,3	0,2
Efeito de Diversificação				(129,9)				(113,0)
Risco Global	101,1	72,2	139,8	80,6	224,5	97,9	443,4	110,4

(*) Apurado na moeda local e convertido para reais pela cotação de cada dia.

Taxa de Juros

A tabela de posição de contas sujeitas a risco de taxa de juros agrupa por produtos o valor contábil das contas distribuído por vencimento. Esta tabela não é usada diretamente para fins de gestão de riscos de taxas de juros, sendo bastante utilizada para permitir a avaliação de descasamentos entre as contas e os produtos a elas associados bem como para identificar possíveis concentrações de risco.

A tabela a seguir demonstra a posição contábil dos nossos ativos e passivos que rendem juros e assim não refletem as diferenças de posição de taxa de juros que possam existir em qualquer outra data. Adicionalmente, variações na sensibilidade das taxas de juros podem existir dentro dos períodos de reprecificação apresentados por conta de diferentes datas de reprecificação durante o período.

Posição de Contas Sujetas a Risco de Taxa de Juros ⁽¹⁾

	31/03/2014						31/12/2013					
	0-30 dias	31-180 dias	181-365 dias	1-5 anos	Acima de 5 anos	Total	0-30 dias	31-180 dias	181-365 dias	1-5 anos	Acima de 5 anos	Total
Ativos Remunerados	297.361	181.559	94.137	238.137	99.067	910.261	281.495	182.556	100.636	248.019	102.326	915.033
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	22.832	4.372	1.982	683	522	30.391	19.341	2.126	3.557	636	-	25.660
Aplicações no Mercado Aberto	111.882	46.418	5.000	-	10	163.310	90.970	47.290	-	184	10	138.455
Depósitos Compulsórios no Banco Central	74.965	-	-	-	-	74.965	71.877	-	-	-	-	71.877
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	7.101	17.451	16.558	69.745	12.737	123.592	16.807	12.269	22.257	81.032	16.495	148.860
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Designados a Valor Justo Através do Resultado	333	-	-	-	-	333	371	-	-	-	-	371
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	8.737	10.769	8.730	23.573	24.490	76.299	14.470	13.244	10.553	26.430	31.929	96.626
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	111	494	283	5.258	16.041	22.187	52	47	-	158	9.859	10.116
Derivativos	2.633	2.549	1.314	2.883	1.483	10.862	2.933	2.419	1.675	3.377	962	11.366
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	68.767	99.506	60.270	135.995	43.784	408.322	64.674	105.161	62.594	136.202	43.071	411.702
Passivos Remunerados	242.166	80.134	51.715	249.674	66.476	690.165	252.818	81.456	56.068	255.198	50.872	696.412
Depósitos de Poupança	108.931	-	-	-	-	108.931	106.166	-	-	-	-	106.166
Depósitos a Prazo	10.050	29.367	10.573	52.316	18.261	120.567	12.260	29.436	9.961	61.551	3.923	117.131
Depósitos Interfinanceiros	1.387	2.497	1.282	319	8	5.493	1.768	3.909	2.146	363	8	8.194
Mercado Aberto	110.110	12.158	14.417	108.163	13.991	258.839	119.745	13.663	15.190	104.547	13.537	266.682
Mercado Interbancário	5.234	27.840	19.508	47.392	9.890	109.864	6.609	26.507	22.661	46.541	9.058	111.376
Mercado Institucional	1.320	6.292	4.708	35.468	23.150	70.938	811	6.529	4.156	36.887	23.672	72.055
Derivativos	2.068	1.944	1.114	5.874	1.031	12.031	2.421	1.393	1.892	5.076	623	11.405
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	-	36	113	142	145	436	6	19	62	233	51	371
Passivos de Planos de Capitalização	3.066	-	-	-	-	3.066	3.032	-	-	-	-	3.032
Diferença Ativo/Passivo ⁽²⁾	55.195	101.425	42.422	(11.537)	32.591	220.096	28.677	101.100	44.568	(7.179)	51.454	218.621
Diferença Acumulada	55.195	156.620	199.042	187.505	220.096		28.677	129.777	174.345	167.166	218.621	
Índice da Diferença Acumulada para o Total de Ativos Remunerados	6,1%	17,2%	21,9%	20,6%	24,2%		3,1%	14,2%	19,1%	18,3%	23,9%	

(1) Prazos contratuais remanescentes;

(2) As diferenças decorrem de descasamento de prazos entre o vencimento de todos os ativos e passivos remunerados na respectiva data-base, considerando os prazos acordados contratualmente.

Posição de Contas Sujeitas a Risco de Moeda

Ativo	31/03/2014				
	Dólar	Euro	Peso Chileno	Outros	Total
Disponibilidades	6.037	405	580	2.603	9.625
Depósitos Compulsórios no Banco Central	-	-	273	2.869	3.142
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	22.645	-	1.368	1.711	25.724
Aplicações em Mercado Aberto	975	-	-	137	1.112
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	6.817	-	100	617	7.534
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	333	-	-	-	333
Derivativos	4.103	-	620	60	4.783
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	42.509	-	2.874	1.242	46.625
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	9.308	-	-	-	9.308
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, líquida	73.066	263	22.427	20.703	116.459
Total do Ativo	165.793	668	28.242	29.942	224.645

Passivo	31/03/2014				
	Dólar	Euro	Peso Chileno	Outros	Total
Depósitos	59.208	13	17.997	16.977	94.195
Captações no Mercado Aberto	12.671	-	317	128	13.116
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	645	-	-	-	645
Derivativos	3.032	-	739	83	3.854
Recursos de Mercados Interbancários	73.378	41	2.666	1.097	77.182
Recursos de Mercados Institucionais	56.195	-	2.946	311	59.452
Total do Passivo	205.129	54	24.665	18.596	248.444

Posição Líquida (39.336) 614 3.577 11.346 (23.799)

A exposição ao risco de ações encontra-se divulgada na Nota 7, referente a Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, e Nota 10, referente a Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

Posição de Contas Sujeitas a Risco de Moeda

Ativo	31/12/2013				
	Dólar	Euro	Peso Chileno	Outros	Total
Disponibilidades	7.672	194	409	2.560	10.835
Depósitos Compulsórios no Banco Central	-	-	365	3.723	4.088
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	17.612	-	1.073	1.411	20.096
Aplicações em Mercado Aberto	880	-	19	-	899
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	7.099	-	13	405	7.517
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	371	-	-	-	371
Derivativos	4.511	-	443	12	4.966
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	46.830	-	3.308	1.280	51.418
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	6.723	-	-	-	6.723
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, líquida	67.557	1.776	23.657	18.600	111.590
Total do Ativo	159.255	1.970	29.287	27.991	218.503

Passivo	31/12/2013				
	Dólar	Euro	Peso Chileno	Outros	Total
Depósitos	48.516	16	18.439	17.952	84.923
Captações no Mercado Aberto	15.324	-	248	19	15.591
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	569	-	-	-	569
Derivativos	3.027	-	424	87	3.538
Recursos de Mercados Interbancários	48.694	71	2.945	978	52.688
Recursos de Mercados Institucionais	59.155	-	3.141	333	62.629
Total do Passivo	175.285	87	25.197	19.369	219.938

Posição Líquida (16.030) 1.883 4.090 8.622 (1.435)

A exposição ao risco de ações encontra-se divulgada na Nota 7, referente a Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, e Nota 10, referente a Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - descasamentos entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Políticas e Procedimentos

O gerenciamento do risco de liquidez busca garantir liquidez suficiente para suportar potenciais saídas de recursos em situações de estresse de mercado, bem como a compatibilidade entre as captações e os prazos e a liquidez dos ativos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui estrutura dedicada ao monitoramento, controle e análise do risco de liquidez, utilizando-se de modelos de projeções das variáveis que afetam o fluxo de caixa e o nível de reserva em moeda local ou estrangeira.

O documento que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de liquidez, que não faz parte das demonstrações contábeis, pode ser visualizado no site www.itaunibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco de Liquidez.

O processo de mensuração do risco de liquidez faz uso de sistemas corporativos e de aplicativos próprios desenvolvidos internamente. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING administra sistemas de informática proprietários para atendimento aos processos de mensuração de risco de liquidez.

Além disso, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING estabelece diretrizes e limites cujo cumprimento é analisado periodicamente em comitês técnicos e que visam a garantir uma margem de segurança adicional às necessidades mínimas projetadas. As políticas de gestão de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos revistos periodicamente e nas definições da alta administração.

Estes cenários podem ser revistos à luz das necessidades de caixa, em virtude de situações atípicas de mercado ou decorrentes de decisões estratégicas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Em observância às exigências da Resolução nº 4.090, de 24/05/2012, do CMN e da Circular nº 3.393, de 03/06/2008, do BACEN, é enviado mensalmente ao BACEN o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL) e periodicamente são elaborados e submetidos à alta administração os seguintes itens para acompanhamento e suporte às decisões:

- Diferentes cenários projetados para a evolução da liquidez;
- Planos de contingência para situações de crise;
- Relatórios e gráficos que descrevem as posições de risco;
- Avaliação do custo de captação e fontes alternativas de captação;
- Acompanhamento da diversificação de captação por meio de um controle constante de fontes de captação, considerando tipo do investidor e prazo, entre outros fatores.

Fontes Primárias de *Funding*

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de fontes diversificadas de recursos, com parcela significativa advinda do segmento de varejo. O total dos recursos de clientes atingiu R\$ 505,1 bilhões (R\$ 501,1 bilhões 31/12/2013), com destaque para as captações de depósitos a prazo. Parte considerável destes recursos – 33,5% do total, ou R\$ 169,2 bilhões - tem disponibilidade imediata para o cliente. No entanto, o comportamento histórico do saldo acumulado dos dois maiores itens - depósito à vista e poupança - é relativamente consistente: a soma dos seus saldos cresce ao longo do tempo e há excesso de entradas de caixa sobre as saídas na comparação das médias mensais dos fluxos.

Recursos de Clientes	31/03/2014			31/12/2013		
	0-30 dias	Total	%	0-30 dias	Total	%
Depósitos	163.584	278.208		163.086	274.383	
Recursos à Vista	43.217	43.217	8,6	42.892	42.892	8,6
Recursos de Poupança	108.931	108.931	21,6	106.166	106.166	21,2
Recursos a Prazo	10.049	120.567	23,9	12.260	117.131	23,4
Outros Recursos	1.387	5.493	1,1	1.768	8.194	1,6
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos ⁽¹⁾	2.370	43.866	8,7	2.916	46.256	9,2
Recursos de Emissão Própria ⁽²⁾	2.977	126.625	25,1	2.977	123.922	24,7
Dívida Subordinada	258	56.424	11,2	146	56.564	11,3
Total	169.189	505.123		169.125	501.125	

(1) Inclui Letras Hipotecárias, de Crédito Imobiliário, Agronegócios, Financeiras e Certificados de Operações Estruturadas registradas em Recursos de Mercados Interbancários e Obrigações por Emissão de Debêntures e TVM no Exterior registrados em Recursos de Mercados Institucionais.

(2) Referem-se a Captações no Mercado Aberto com títulos de emissão própria.

Controle de Liquidez

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING gerencia suas reservas de liquidez mediante estimativas dos recursos que estarão disponíveis para aplicação, considerando a continuidade dos negócios em condições de normalidade.

Durante o período de 2014, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING manteve níveis adequados de liquidez no Brasil e no exterior. Os ativos líquidos (Disponibilidades, Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada e Títulos Públicos – Livres, conforme quadro Fluxos Futuros - Ativos Financeiros) totalizavam R\$ 94,1 bilhões e representavam 55,6% dos recursos resgatáveis a curto prazo, 18,6% do total de recursos e 13,2% dos ativos totais.

A tabela abaixo apresenta os indicadores utilizados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING na gestão de riscos de liquidez:

Indicadores de Liquidez	31/03/2014	31/12/2013
	%	%
Ativos Líquidos ⁽¹⁾ / Recursos de Clientes em até 30 dias ⁽²⁾	55,6	53,9
Ativos Líquidos ⁽¹⁾ / Recursos de Clientes Totais ⁽³⁾	18,6	18,2
Ativos Líquidos ⁽¹⁾ / Ativos Financeiros Totais ⁽⁴⁾	13,2	12,8

(1) Ativos Líquidos são: Disponibilidades, Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada e Títulos Públicos - Livres. Estão detalhados no quadro de Fluxos Futuros não Descontados - Ativos Financeiros

(2) Quadro Recursos de Clientes (Total Recursos de Clientes 0-30 dias)

(3) Quadro Recursos de Clientes (Total Recursos de Clientes)

(4) Detalhados no quadro de Fluxos Futuros não Descontados - Ativos Financeiros, totalizam a valor presente R\$ 711.978 (R\$ 712.710 em 31/12/2013).

Adicionalmente, apresenta-se os ativos e os passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, considerando seus fluxos não descontados.

Fluxos Futuros não Descontados Exceto para Derivativos	31/03/2014					31/12/2013				
	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias	Total	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias	Total
Ativos Financeiros ⁽¹⁾										
Disponibilidades	16.030	-	-	-	16.030	16.576	-	-	-	16.576
Aplicações em Instituições Financeiras	128.565	54.732	1.224	136	184.657	110.510	45.993	614	145	157.262
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada ⁽²⁾	29.848	-	-	-	29.848	23.979	-	-	-	23.979
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Financiada	75.886	48.151	-	10	124.047	67.190	37.921	-	10	105.121
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	22.831	6.581	1.224	126	30.762	19.341	8.072	614	135	28.162
Títulos e Valores Mobiliários	52.047	22.869	12.472	106.057	193.445	58.892	30.197	16.773	83.168	189.030
Títulos Públicos - Livres	48.232	-	-	-	48.232	50.573	-	-	-	50.573
Títulos Públicos - Compromissadas de Recompra	-	9.470	5.060	53.129	67.659	4.327	17.741	8.805	52.301	83.174
Títulos Privados - Livres	3.803	12.924	7.376	51.978	76.081	3.992	12.089	7.017	29.696	52.794
Títulos Privados - Compromissadas de Recompra	12	475	36	950	1.473	-	367	951	1.171	2.489
Instrumentos Financeiros Derivativos	2.633	3.560	990	3.376	10.559	2.933	3.781	1.410	2.929	11.053
Posição Líquida	2.633	3.560	990	3.376	10.559	2.933	3.781	1.410	2.929	11.053
Swaps	157	1.016	715	2.448	4.336	396	745	865	2.436	4.442
Opções	363	1.063	138	130	1.694	423	977	187	130	1.717
Contratos a Termo	1.667	998	37	326	3.028	2.018	1.048	184	65	3.315
Demais Derivativos	446	483	100	472	1.501	96	1.011	174	298	1.579
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro ⁽³⁾	57.776	155.271	94.708	131.276	439.031	56.021	160.056	92.526	131.721	440.324
Total de Ativos Financeiros	257.051	236.432	109.394	240.845	843.722	244.932	240.027	111.323	217.963	814.245

(1) A carteira ativa não considera os saldos dos depósitos compulsórios no Banco Central que montam em R\$ 79.281 (R\$ 77.010 em 31/12/2013) cuja liberação desses recursos está atrelada ao vencimento das carteiras passivas. Os valores dos fundos PGBL e VGBL não são considerados na carteira ativa pois estão contemplados na Nota 30.

(2) Subtraído o valor de R\$ 5.613 (R\$ 3.333 em 31/12/2013), cujos títulos estão vinculados à garantia de operações na BM&FBovespa S.A. e no Banco Central.

(3) Subtraído o valor de pagamentos ao lojista R\$ 31.607 (R\$ 34.142 em 31/12/2013) e o valor das Obrigações Vinculadas a Cessão de Crédito R\$ 3.918 (R\$ 4.233 em 31/12/2013).

Fluxos Futuros não Descontados Exceto para Derivativos	31/03/2014					31/12/2013				
	0 - 30 dias	31 - 365 dias	365 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total	0 - 30 dias	31 - 365 dias	365 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total
Passivos Financeiros										
Depósitos	172.359	47.253	10.388	78.952	308.952	163.436	46.756	12.005	86.269	308.466
Depósito a Vista	43.217	-	-	-	43.217	42.892	-	-	-	42.892
Depósito Poupança	108.931	-	-	-	108.931	106.166	-	-	-	106.166
Depósito a Prazo	19.228	42.777	10.239	78.687	150.931	12.609	40.590	11.833	85.968	151.000
Depósito Interfinanceiros	983	4.476	149	265	5.873	1.769	6.166	172	301	8.408
Depósitos Compulsórios	(44.422)	(14.134)	(3.014)	(17.711)	(79.281)	(42.600)	(12.537)	(3.321)	(18.552)	(77.010)
Depósito a Vista	(7.184)	-	-	-	(7.184)	(8.821)	-	-	-	(8.821)
Depósito Poupança	(30.787)	-	-	-	(30.787)	(29.805)	-	-	-	(29.805)
Depósito a Prazo	(6.450)	(14.134)	(3.014)	(17.711)	(41.309)	(3.974)	(12.537)	(3.321)	(18.552)	(38.384)
Captações no Mercado Aberto ⁽¹⁾	127.654	28.093	41.919	123.196	320.862	132.394	33.508	43.464	118.067	327.432
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos ⁽²⁾	1.676	19.608	15.374	12.016	48.674	3.176	20.511	14.363	12.598	50.648
Obrigações por Empréstimos e Repasses ⁽³⁾	5.066	33.596	14.312	28.526	81.499	5.127	34.659	12.696	28.647	81.129
Dívidas Subordinadas ⁽⁴⁾	293	9.645	9.400	57.755	77.093	214	8.752	5.146	63.917	78.029
Instrumentos Financeiros Derivativos	2.068	2.755	1.277	5.628	11.728	2.421	2.972	1.607	4.092	11.092
Posição Bruta	-	14	-	-	14	-	15	-	-	15
Swap de Moeda (Cross Currency Swap Deliverable) - Posição Ativa	-	(303)	-	-	(303)	-	(313)	-	-	(313)
Swap de Moeda (Cross Currency Swap Deliverable) - Posição Passiva	-	317	-	-	317	-	329	-	-	329
Posição Líquida	2.068	2.741	1.277	5.628	11.714	2.421	2.956	1.607	4.092	11.076
Swaps	130	888	924	4.841	6.783	361	1.085	1.076	3.589	6.111
Opções	212	1.126	209	160	1.707	406	1.058	316	141	1.921
Contratos a Termo	1.307	267	79	291	1.944	1.482	229	116	35	1.862
Demais Derivativos	419	460	65	336	1.280	172	584	99	327	1.182
Total Passivos Financeiros	264.694	126.816	89.656	288.362	769.527	264.168	134.620	85.961	295.037	779.786

(1) Inclui Carteira Própria e de Terceiros.

(2) Inclui Letras Hipotecárias, de Crédito Imobiliário, Agronegócios, Financeiras e Certificados de Operações Estruturadas registradas em Recursos de Mercados Interbancários e Obrigações por Emissão de Debêntures e TVM no Exterior registrados em Recursos de Mercados Institucionais.

(3) Registradas em Recursos de Mercados Interbancários.

(4) Registradas em Recursos de Mercados Institucionais.

Compromissos Off Balance	31/03/2014					31/12/2013				
	0 - 30 dias	31 - 365 dias	365 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total	0 - 30 dias	31 - 365 dias	365 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total
Avais e Fianças	1.944	14.165	4.016	51.704	71.829	1.257	14.886	4.620	50.399	71.162
Compromissos a Liberar	86.219	29.507	34.245	65.282	215.253	75.838	37.153	36.749	62.719	212.459
Cartas de Crédito Imobiliário a Liberar	10.572	-	-	-	10.572	11.431	-	-	-	11.431
Compromissos Contratuais - Imobilizado e Intangível (Nota 15 e 16)	-	364	511	773	1.648	-	875	576	521	1.972
Total	98.735	44.036	38.772	117.759	299.302	88.526	52.914	41.945	113.639	297.024

NOTA 37 – Informações Suplementares

Medida Provisória nº 627: em 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A referida MP 627/13 dispõe, entre outros assuntos, sobre:

- a revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009;
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e de lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior.

Com base no texto vigente estimamos que a referida MP 627/13 não acarrete efeitos contábeis relevantes nas demonstrações contábeis consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.